

Plano de Atividades e Orçamento

**20
26**

28 de novembro

Misericórdia de Albufeira

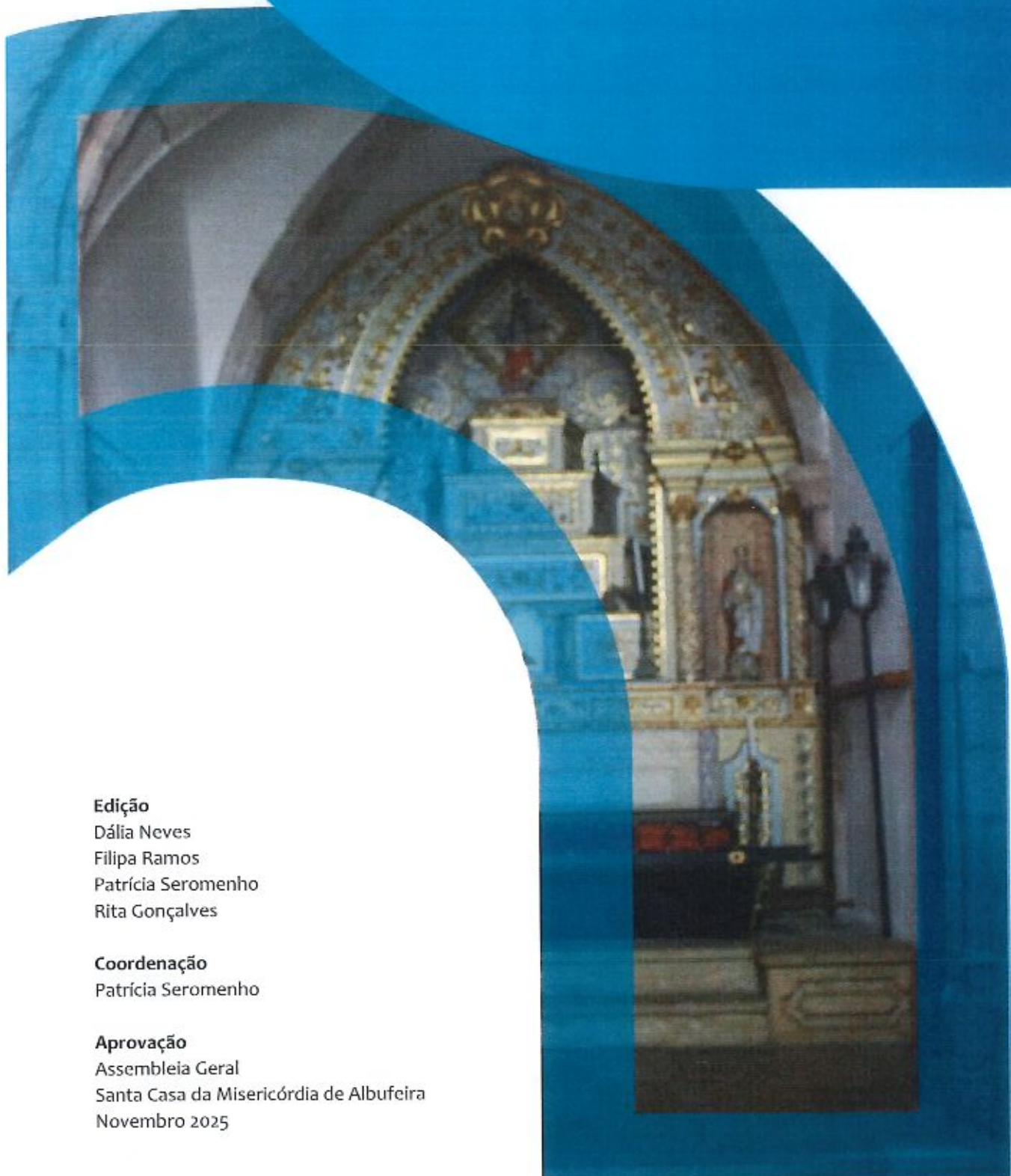
Handwritten signature in blue ink.



Redação

- Alicia Teixeira
- Ana Isabel Silva
- Andreia Barros
- Bruna Guerreiro
- Dália Neves
- Daniela Palma
- Estevão Leal
- Fátima Francisco
- Filipa Pires
- Filipa Ramos
- Grethel Tejadilla
- Isabel Barrocas
- Isabel Santos
- Janete Fernandes
- Joana Gomes
- Liliana Nascimento
- Kevín Guerreiro
- Lisbeth Grade
- Lurdes Garcia
- Maria José Luís
- Mónica Benício
- Nicole Lança
- Patrícia Seromenho
- Paula Mira
- Pedro Brazão
- Raquel Neto
- Rosa Oliveira
- Telma Leal
- Vanessa Caetano

vfl.
A



Edição

Dália Neves
Filipa Ramos
Patrícia Seromenho
Rita Gonçalves

Coordenação

Patrícia Seromenho

Aprovação

Assembleia Geral
Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
Novembro 2025



MF
[Signature]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CORPOS GERENTES	11
MENSAGEM DA PROVEDORA	13
ORGANOGRAMA	14
POLÍTICA DE QUALIDADE	16
PRINCIPIOS GERAIS	20
Cenário MacroEconómico.....	20
Enquadramento institucional.....	21
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA 2026	21
PLANO DE ATIVIDADES	24
SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS	25
1.1. PROVIDORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PSA	28
1.1.3. Gestão administrativa.....	28
1.1.2. Gestão da Irmandade.....	28
1.1.3. Culto.....	29
1.2. DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - DPDO	32
1.2.1. Qualidade e Melhorias.....	32
1.2.2. Sistemas de Informação.....	33
1.2.3 Jurídico e Contencioso.....	34
1.3. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, MARKETING E IMAGEM - DCMI	38
1.3.1. Gestão da Identidade e Comunicação Visual Institucional.....	38
1.3.2. Responsabilidade Social.....	38
1.3.3. Produção Audiovisual e Comunicação Institucional Humanizada.....	39
1.3.3. Presença Online e Comunicação Digital.....	39
1.3.4. Produção de Conteúdos, Media e Eventos.....	40
1.3.5. Envolvimento Académico e Captação de Talentos.....	40
1.4. DEPARTAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS E FORMAÇÃO INTERNA - DGPFI	43
1.4.1. Recrutamento e seleção.....	43



1.4.2. Processo administrativo e processamento salarial.....	44
1.4.3. Comunicação e Formação Interna.....	45
1.4.4. Valorização e Bem-estar dos trabalhadores.....	46
1.5. DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTABILISTICO – DFC.....	48
1.5.1. Tesouraria.....	48
1.5.2. Contabilidade.....	48
1.5.3. Controlo Orçamento.....	49
1.5.4. Gestão de utentes.....	49
1.5.5. Gestão de Projetos.....	50
1.6. DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO E MANUTENÇÃO - DGPM.....	52
1.6.1. Gestão e Controlo.....	52
1.6.2. Património.....	53
1.6.3. Manutenção e Obras de Reabilitação.....	54
1.6.4. Gestão das Lavandarias.....	55
1.6.5. Gestão da Frota.....	56
1.7. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SUPORTE OPERACIONAL - DCSO.....	60
1.7.1 Compras e Logística.....	60
1.7.2. Alimentação e gestão das cozinhas.....	62
1.7.3. Higienização de Espaços.....	63
1.7.4. Segurança e Saúde no Trabalho.....	64
1.8. DEPARTAMENTO DA SAÚDE E BEM ESTAR - DSBE.....	67
1.8.1. Serviços da Saúde.....	67
1.8.2. Serviços de Reabilitação Física e Funcional.....	67
1.8.3. Serviços de Psicologia.....	68
1.8.4. Serviço de Nutrição.....	68
ATIVIDADE OPERACIONAL.....	71
2.1. ENVELHECIMENTO.....	73
2.1.1. Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.....	76
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Olhos de Água.....	76
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Roseiral.....	79
2.1.2. Centros de Dia.....	85
Centro de Dia Olhos de Água.....	85
Centro de Dia Roseiral.....	88
2.1.3. Serviços de Apoio Domiciliário.....	90
Serviço de Apoio Domiciliário Olhos de Água e Roseiral.....	90
2.1.4. Respostas Inovadoras.....	92
+ Próximo.....	92
Habitação Colaborativa.....	93
.....	94
Habitação Sénior.....	95
2.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	98
2.2.1. Creches.....	98



Creche Olhos de Água	98
Creche Tempos de Infância	101
Centro Infantil Quinta dos Pardais	103
Creche Quinta dos Pardais	103
2.2.2. Pré-Escolar	104
Jardim de Infância Quinta dos Pardais	104
2.2.3. Crianças e Jovens em Risco	106
Casa de Acolhimento a Gaivota.....	106
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	108
2.2.5 Projetos Inovadores	111
sQills.....	111
2.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	117
2.3.1. Gabinete de Inserção Social.....	117
Atendimento e Acompanhamento Social	117
Apoio Alimentar	117
2.3.2. Violência Doméstica.....	122
Casa Abrigo Cegonha.....	122
2.3.3. Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social	123
Aldeia do SANACAI	123
ECOS – Oficina Ecológica de Economia Social	125
Contratos Locais de Desenvolvimento Social: CLDS-5G GerAção	129
2.4. SAÚDE MENTAL.....	133
2.4.1. Unidades Residenciais para doentes mentais	134
Unidade de Vida apoiada – UVA Casa da Paz.....	134
2.4.2. Atividades Ocupacionais para doentes mentais	136
Fórum Sócio Ocupacional – FSO Casa da Paz.....	136
2.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO.....	139
2.5.1. Lar Residencial	139
Lar Residencial S. Vicente.....	139
Ateliers Ocupacionais.....	141
2.5.2. Reabilitação Profissional.....	143
Unidade de Reabilitação Profissional Bússola.....	143
Centro de Recursos	145
2.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE.....	148
2.6.1. Formação Profissional.....	148
Centro de Formação Profissional a Bússola	148
CAPACITAR	150
2.6.2. Respostas para a Empregabilidade	153
Centro de Recursos	153
Gabinete de Inserção Profissional.....	153
2.7. PATRIMÓNIO E CULTURA.....	156
2.7.1. Valorização e Rentabilização do Património.....	156
2.7.2. Património Cultural.....	157
A Capela e o Complexo Histórico	158

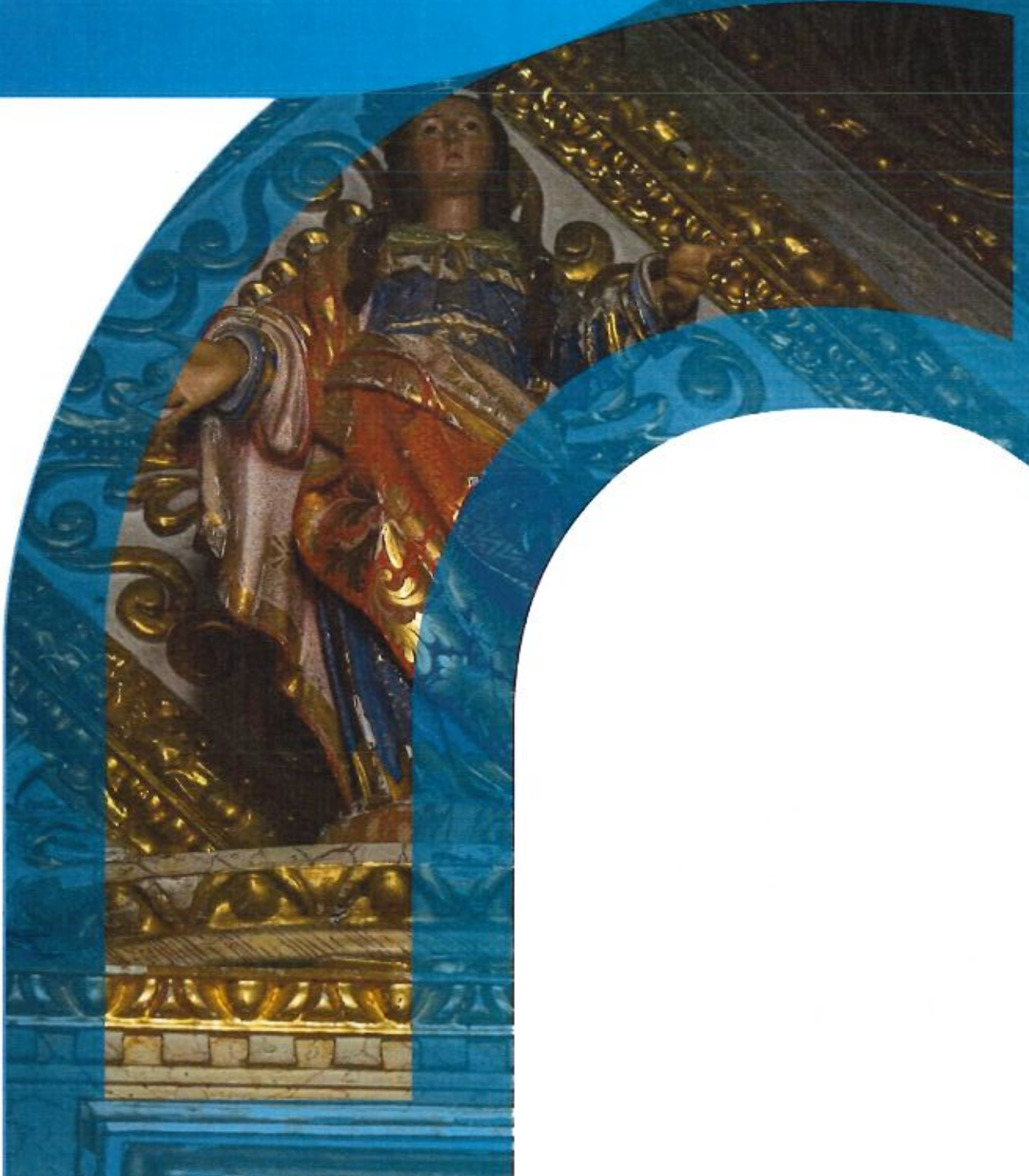


3. ORÇAMENTO	161
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	164
Pressupostos para Elaboração do Orçamento	165
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS E PREVISÃO DOS ORÇAMENTOS	169
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS ESPECTÁVEIS PARA 2026 DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA	183
REFERÊNCIAS FINAIS	186
PLANO DE INVESTIMENTO	188
PARECERES	192
.....	193
Deliberação da Mesa Administrativa	194
PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	195
PARECER DO CONSELHO FISCAL	198
Deliberação da Assembleia Geral.....	200



4/11

[Handwritten signature]





INTRODUÇÃO

Apresentamos o Plano de Atividades e o orçamento para o ano de 2026 por imposição estatutária do nosso Compromisso e da Lei, com a certeza de que a sua avaliação se fará num quadro de continuidade da administração. Este Plano merecedor da avaliação positiva dos Irmãos e Irmãs da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, será um documento previsional que, de forma substantiva e adjetiva, permite conduzir os destinos da Misericórdia de Albufeira, ao longo do ano de 2026.

Como é natural, é um documento que corporiza um conjunto de opções que foram sucessivamente sufragadas no âmbito da Misericórdia de Albufeira e se apresentam de continuidade sobre um trabalho que se desenvolve de forma quotidiana.

As incertezas da política internacional, com a guerra em vários continentes, conjugadas com as dúvidas sobre o orçamento de estado, exigem o Plano de Atividades e um Orçamento que seja moderado na sua finalidade de objetivos.

Contudo, será sempre com os olhos no futuro e na sustentabilidade da nossa Instituição que vamos enfrentar o ano de 2026 na certeza de que este documento possui a flexibilidade exigida a uma Instituição penta-secular que ousa continuar a arriscar no seu crescimento como resposta às necessidades da comunidade e por isso também apresentamos a atualização ao plano do Plano Estratégico a 15 anos, para suportar s necessidades de financiamento ao Investimento.

A certeza que procuramos deixar, é que a Instituição está pronta para enfrentar os desafios que nos venham a colocar e saberemos ter o sucesso, o qual é inerente à nossa essência para cumprir a Missão da Misericórdia de Albufeira.



Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and illegible scribbles.





Handwritten signature

Handwritten signature

CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA

PRESIDENTE	Paulo Alexandre Figueiredo Freitas
VICE PRESIDENTE	Fernando Manuel Sousa Gregório
SECRETÁRIA	Ana Cristina Neves Pinto Oliveira

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	Marco Paulo Rodrigues Matos
VICE PRESIDENTE	Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo
SECRETÁRIO	Luciano Silva Atanásio
SUPLENTE	António Gonçalves Carapinha
SUPLENTE	Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDORA	Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho
VICE PROVEDORA	Ana Maria da Graça Rosa
TESOUREIRO	Carlos Manuel Conceição Oliveira
SECRETÁRIA	Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis
VOGAL	Maria Margarida Santos Feiteira
VOGAL	Jorge Miguel Sousa
VOGAL	Carla Maria Gonçalves da Ponte
SUPLENTE	Valentina Cabrita Catuna
SUPLENTE	Delfina Rosa Caeiro Leitão Santos
SUPLENTE	Ana Paula Silva Santos



4
M
CP



MENSAGEM DA PROVEDORA

O tempo que vivemos nas relações internacionais implica necessariamente prudência e esperança naquilo que deve ser a afirmação institucional da Misericórdia de Albufeira.

Uma nova ordem internacional está a desenhar-se e será portadora de consequências para todos nós. Contudo, é também o tempo onde vamos ter de fazer opções e consagrar as necessárias reformas que a Misericórdia de Albufeira exige.

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira tem, ao longo dos seus 526 anos, sabido enfrentar todos os momentos com a capacidade inerente à realização da inovação social e com recurso a uma boa gestão do seu património. Este espírito de resiliência tem permitido encontrar as fórmulas mais apropriadas para, em cada momento, responder com sucesso aos desafios colocados.

Os desafios que se colocam à sociedade portuguesa, nomeadamente os que resultam do envelhecimento das populações, da sobrecarga do serviço nacional de saúde, dos movimentos migratórios de pessoas deslocadas de outras geografias e da crise de habitação, vão exigir muito mais atenção a toda a nossa atividade operacional.

Esta nossa capacidade de saber construir as respostas necessárias ao conforto e bem-estar dos outros, mostra de forma marcante a dinâmica da Misericórdia de Albufeira. E essa capacidade será colocada à prova no próximo ano com a finalização das empreitadas, dos dois grandes investimentos que estão em curso, a requalificação e ampliação do Equipamento Roseiral e a remodelação e conversão dos Apartamentos Rainha D. Leonor, que vêm duplicar a resposta residencial para idosos, existente à data de hoje, com soluções inovadoras e adaptadas às verdadeiras necessidades das pessoas.

Em nome das pessoas, justifica-se a nossa atitude e desempenho institucional. A Mesa Administrativa fica com a responsabilidade de não desiludir, neste esforço coletivo, e estou certa de que, com a confiança dos Irmãos e Irmãs, com o empenho dos nossos parceiros, com a disponibilidade dos nossos utentes e o apoio dos nossos trabalhadores vamos conseguir atingir os objetivos aqui propostos.

Se a conjuntura política internacional e os novos protagonistas nacionais o permitirem, estou convicta que esta proposta vem na senda da recuperação e estabilização da nossa Santa Casa.

Termo deixando uma palavra de verdadeiro reconhecimento e gratidão a todos os homens e mulheres que fazem parte da equipa Misericórdia de Albufeira e que são inextinguíveis: conto convosco. Somos pessoas a cuidar de pessoas. Que Deus nos ilumine e proteja na nossa ação.

Albufeira, 27 de outubro de 2025

A Provedora da Misericórdia de Albufeira

Patrícia Dias Seromenho



Handwritten initials and a signature in blue ink.

ORGANOGRAMA





[Handwritten signature and initials]

Serviços Partilhados





POLÍTICA DE QUALIDADE

h

MF

[Signature]





[Handwritten signatures]

Integridade

- Agir com honestidade.
- Manter o respeito pelo outro.
- Comunicar com transparência.

01

Dignidade

- Ser solidário com o próximo.
- Considerar o outro como nós próprios.
- Escolher acima de tudo o bem de todos.

02

03

Responsabilidade

- Primar pelo rigor e profissionalismo.
- Exerver com ética e confidencialidade.
- Manter o compromisso com a comunidade.

Handwritten initials and a signature in blue ink, located in the top right corner of the page.



Handwritten signature and date: 0/16





PRINCIPIOS GERAIS

Os princípios de gestão que pautaram a preparação deste documento afirmam-se no quadro de princípios de prudência orçamental, de subsidiariedade em relação às políticas públicas e de rentabilização do nosso património de rendimento.

A estrutura do nosso orçamento assenta em alguma rigidez de despesa como é o caso dos recursos humanos ou aquisição de bens e serviços. Daí que a busca constante das receitas dependa sempre de a capacidade do Estado atualizar os valores de prestação de serviços e respetiva rentabilização do nosso património de rendimento, assim como da consolidação da parceria com o Município de Albufeira.

Nesse sentido temos plena consciência da adoção de princípios conservadores e históricos dos recentes exercícios e da respetiva consequência de medidas de gestão oportunamente realizadas.

Foi com esta preocupação que este documento foi elaborado e é apresentado à avaliação da Assembleia Geral.

CENÁRIO MACROECONÓMICO

Cenário macroeconómico em 2026, a economia portuguesa deverá manter uma trajetória de crescimento moderado com aceleração face a 2025, beneficiando de condições financeiras mais favoráveis, ganhos reais de rendimento e da execução de investimento público e privado cofinanciado por fundos europeus.

As projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB de 2,2% em 2026 e inflação estabilizada abaixo de 2%, com a aceleração a refletir, em parte, a expectativa de recuperação de ritmos de execução do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Neste contexto, 2026 será decisivo para a maximização de oportunidades de financiamento, com especial destaque para o PRR que entra na sua reta final, e que tem orientações europeias para concentrar medidas exequíveis até 31 de agosto de 2026 e fasear o remanescente.

No que se refere ao Portugal 2030, prevê-se que seja dada continuidade à estratégia estabelecida com a abertura de concursos alinhados com transição digital e climática, competitividade, qualificações e coesão.





ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O presente Plano de Atividades e Orçamento para 2026 é apresentado num quadro de grande instabilidade na política internacional e de alguma expectativa na política interna.

No plano internacional, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e entre o Hamas e Israel, arrasta também a chegada à Casa Branca de uma nova administração norte-americana, com tudo o que implica esta nova dinâmica.

No plano nacional, as eleições autárquicas, com uma mudança da liderança municipal, e a eleição de um novo Presidente da República, trazem uma fundada expectativa na gestão da coisa pública.

Estabilizada que está a situação macro orçamental do país e a continuação de programas de reformas, consideramos ser importante manter a nossa Instituição na direção de uma certa sustentabilidade ambiental, financeira, económica e social.

Por último, referir a acrescida responsabilidade de gestão da Mesa Administrativa, da Misericórdia de Albufeira, para o cumprimento do plano de investimentos em curso em articulação com as várias fontes de financiamento previstas.

Vamos então cuidar do futuro, com atenção ao presente e sabendo a responsabilidade do nosso passado comum.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA 2026

Em virtude da conjuntura interna apresentamos como prioridades as linhas de consolidação das políticas definidas no plano de investimento aprovado anteriormente, com as devidas atualizações para concretizar os dois grandes objetivos estratégicos:

1. Reestrutura de Unidades operacionais, com um aumento da capacidade de respostas à comunidade, com o propósito de uma gestão que procura a sustentabilidade financeira e económica:
 - a. executar a empreitada para requalificar e ampliar a ERPI Roseiral, com financiamento pela candidatura PRR-RE-C03-i01-02-000979, para 78 utentes.
 - b. executar a empreitada de requalificação dos Edifício Rainha D. Leonor, candidatura PRR-RE-C03-i01-10-000055, para criar uma resposta inovadora de habitação colaborativa para 28 utentes.
 - c. Requalificar 11 apartamentos restantes no Edifício Rainha D. Leonor, para arrendamento urbano.
 - d. Licenciamento de mais uma resposta inovadora, de 8 apartamentos assistidos para habitação sénior.
2. Integração da norma ISO 9001 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para fins de conformidade com o objetivo de alinhar um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) com metas de sustentabilidade, melhorando processos, satisfação do cliente e desempenho.



Neste enquadramento, a Mesa Administrativa redefine as cinco grandes dimensões estratégicas para o ano de 2026, que servirão como guia para todas as atividades:

Prestação de serviços de excelência

A prestação de serviços de excelência prevê a entrega de apoio e cuidados que vão além do cumprimento de requisitos básicos, focando-se na melhoria da qualidade de vida dos utentes e na satisfação das suas necessidades de forma digna, personalizada e transparente. Promover um serviço orientado para o utente que coloca as suas necessidades e satisfação no centro de todas as ações, garantindo que sejam tratados com dignidade e justiça em ambientes adequados e seguros. Aposta em soluções inovadoras para resolver problemas comuns nas seis áreas de intervenção da Misericórdia de Albufeira, através de novos projetos ou apenas na introdução de novos serviços nas respostas sociais tipificadas. A revisão do modelo de prestação de cuidados assume-se como determinante neste esforço institucional coletivo, pois implica em si um movimento transformacional de fundo. Este pilar envolve a implementação do sistema de gestão da qualidade a todas as Unidades Operacionais, reforço das soluções tecnológicas e a consolidação dos procedimentos de monitorização e controlo para garantir a satisfação do cliente.

Motivação e estabilidade das equipas

O presente pilar preconiza o investimento no desenvolvimento profissional e pessoal dos trabalhadores, proporcionando uma capacitação contínua e criando um ambiente de trabalho que incentiva a criatividade e a implementação de novas metodologias. Deve-se fomentar a comunicação aberta e transparente, com reuniões individuais ou de equipa regulares, que utilizam canais de comunicação claros e promovam o feedback construtivo, contínuo e bidirecional. Promover o espírito de equipa definindo objetivos comuns e claros, com promoção de atividades de team building, que promovem o reconhecimento e celebração das conquistas das equipas e sucessos individuais. Garantir um ambiente de trabalho motivador e eficiente, delegando responsabilidades e dando autonomia, mostrar consideração pelo equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, investir na formação profissional e no desenvolvimento das competências dos trabalhadores e promover iniciativas que cuidam da saúde mental e física das equipas.

Sustentabilidade Financeira, Ambiental e Social

Estas três dimensões do pilar, formam o que é conhecido como o "tripé da sustentabilidade" ou critérios ESG (Ambiental, Social e Governança). Eles são interdependentes: a sustentabilidade financeira é crucial para financiar iniciativas ambientais e sociais, enquanto práticas ambientais e sociais responsáveis podem melhorar a imagem da Misericórdia de Albufeira, reduzir riscos e aumentar a eficiência, gerando vantagem competitiva a longo prazo e melhores retornos financeiros. O equilíbrio entre estes três aspetos é fundamental para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável da governação da Misericórdia de Albufeira, neste momento de grandes reestruturações internas e empreitadas em curso.

Respostas eficientes às necessidades da comunidade

Necessidade de avaliações SMART em todas as respostas sociais e unidades operacionais para adequação às necessidades efetivas da comunidade e promoção da sustentabilidade para a Misericórdia. Aposta em 2026 na adaptação, requalificação e ampliação das respostas à comunidade



nas áreas do envelhecimento, da infância e juventude, com abordagens inovadoras e modelo de governança sustentável.

Fortalecimento das Redes de Parcerias e Colaborações

Expandir e consolidar parcerias estratégicas com entidades externas, universidades e centros de investigação para enriquecer a oferta de serviços e fomentar a inovação. Estas colaborações visam, complementarmente, a troca de conhecimentos e a implementação de projetos de referência na área do envelhecimento e outras áreas de intervenção social. Neste sentido, preconizam-se articulações importantes com a Academia, fundamentais para a produção de conhecimento, por um lado, mas, também, para a supervisão e validação científica do já realizado. Assume como pilar estratégico o reforço das iniciativas de responsabilidade social, com o levantamento de necessidades para criar um catálogo de possíveis iniciativas.

O orçamento, por seu turno, reflete uma redução no financiamento à operação, pelas alterações introduzidas pelo compromisso de cooperação 2025/2026, assim como pela redução da atividade da ERPI o Roseiral. Mas também reflete a capacidade de gerar mais recursos pelo seu incremento, resultado da consolidação do acordo de cooperação para o equipamento Olhos de Água, da reorganização do Centro Infantil Quinta dos Pardais, das candidaturas de financiamento para a Medida de Qualificação para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade realizadas pelo Centro de Formação Profissional a Bússola, do financiamento para o novo projeto do CLDS-5G, assim como, a concretização de contenção dos custos através do aumento do controlo da despesa com os fornecimentos e serviços externos.

Acreditamos que, desta forma, a Misericórdia de Albufeira reafirma o seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados e com a promoção de um impacto social positivo e duradouro na comunidade



dh

1/1

[Handwritten signature]





PARTE I

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS

Os serviços partilhados e corporativos são constituídos por vários departamentos, os quais foram alvo de uma grande reorganização, para se concretizar a janeiro de 2026.

O crescimento da atividade operacional e a reorganização dos serviços da Misericórdia de Albufeira desde 2012, tem obrigado a constantes alterações no modelo organizacional dos serviços centrais partilhados.

Apresentamos a evolução dos acordos, do número de utentes por capacidade instalada em função dos acordos, das vagas privadas e do número de projetos, desde 2012 até à data e com projeção a 2028.

	N.º Acordos de Cooperação		N.º de utentes por Capacidade Instalada em função dos acordos de cooperação		Vagas privadas		N.º de projetos com financiamento comunitário, do IEFP, Fundação La Caixa, Fundação Gulbenkian, CMA, CC Agrícola e ISS
2012	11		422		8		5
2019	15	+4	602	+180	40	+32	10
2023	17 (alargamento da capacidade das creches)	(-1) +6	751	+329	85	+77	14
2024	18	+7	808	+386	109	+101	13
2025	18 (Obras ERPI Roseiral)	+7	788	(-20) +366	121	+113	15
2026	18	+7	788	(-20) +366	121	+113	15
2027	19 (+habitação colaborativa e residência sénior)	+8	882	+460	167	+159	...
2028	19 (ampliação CI Quinta Pardais)		964	+542	167	+159	...
	+9		+542		+159		+10

Como podemos observar no quadro anterior o crescimento da capacidade instalada em virtude do crescimento do número de acordos de cooperação, ao longo de 12 anos, faz com que em 2024 se tenha alcançado um crescimento de 91% face a 2012% e de 64% face a 2019.



Desde o segundo semestre de 2024 que se alterou a dinâmica e dimensão dos serviços partilhados e corporativos, com recrutamento de mais pessoas e reforço das tecnologias no suporte à gestão, mas manifestamente insuficientes para um modelo de governança eficiente e sustentável.

Dada a dispersão das respostas sociais no território do concelho de albufeira, é imperioso que a Provedoria e todos os serviços partilhados tenham condições de acolhimento para os potenciais interessados nos serviços da Misericórdia e em fazer parte da equipa, assim como toda a comunidade em geral. Pelo que se torna essencial criar acessos pedonais e zona de estacionamento para pessoas externas à Instituição no perímetro exterior às respostas sociais do complexo social, com a devida sinalética.

Assim sendo, passamos a ter a Provedoria, com os serviços administrativos e mais sete departamentos centrais para darem resposta a toda a atividade operacional da Misericórdia de Albufeira. Para o bom cumprimento desta intenção torna-se necessário proceder à ampliação do espaço físico da sede para acolher os estagiários que vem reforçar o Departamento Financeiro e Contabilístico, o Departamento da Gestão do Património e Manutenção, do Departamento de Comunicação, Marketing e Imagem, do Departamento de Compras e Suporte Operacional, assim como, do Departamento de Intervenção Social com toda a atividade operacional e a Gestão de Utentes da Misericórdia de Albufeira.

Esta reflexão conduziu à alteração do Organograma Institucional, o qual fará parte integrante do Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

Os departamentos que compõem os Serviços Partilhados e Corporativos são os abaixo descritos:

1. Provedoria e Serviços Administrativos - PSA
2. Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional – DPDO
3. Departamento de Comunicação, Marketing e Imagem - DCMI
4. Departamento Financeiro e Contabilidade – DFC
5. Departamento de Gestão do Património e Manutenção – DGPM
6. Departamento de Compras e Suporte Operacional – DCSO
7. Departamento da Saúde e Bem Estar - DSBE

Todos os serviços partilhados e corporativos são transversais a toda a Misericórdia de Albufeira, centralizados nas várias áreas e setores de intervenção e prestam serviços a todas as respostas sociais ou unidades operacionais que compõem a área operacional.

A definição dos objetivos e metas foram traçados para o próximo ano e por consequência ao plano estratégico a implementar a 10 ou 15 anos, criando desta forma praticas para atingir as metas. É um processo evolutivo e dinâmico que não se extingue em 2026, por serem praticas que obrigam a uma mudança de mentalidade, atitude e praticas por parte de todos os trabalhadores da Misericórdia de Albufeira.

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark, the number '111', and a signature.





1.1. PROVIDORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PSA

Este departamento depende diretamente da Mesa Administrativa e gere toda a relação com a Irmandade, presta serviços de assessoria à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, à Mesa Administrativa e à Provedora e restantes Órgãos Sociais. Gere os serviços administrativos de apoio aos departamentos dos serviços partilhados em articulação com os serviços e unidades operacionais

1.1.3. Gestão administrativa

A área da Gestão Administrativa continuará a investir no reforço da transformação digital, orientada para a modernização administrativa, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a digitalização de processos e o reforço da articulação entre serviços.

Tem como objetivos, reforçar a eficiência e celeridade dos serviços administrativos, promover a simplificação e desmaterialização de procedimentos. E otimizar a comunicação e articulação interna entre serviços.

A implementação destes objetivos perspectiva um impacto esperado de maior agilidade na resposta administrativa, com redução significativa do uso de papel e de processos manuais, contribuindo para serviços mais integrados, modernos e centrados na qualidade da resposta institucional.

Estes objetivos refletem o compromisso do Departamento com uma Instituição mais eficiente, moderna e orientada para a prestação de um serviço de excelência.

1.1.2. Gestão da Irmandade

Iremos dar continuidade ao trabalho já iniciado, na atualização da base de dados dos irmãos, no que respeita a endereços, para envio de correspondência, visando uma redução das comunicações em papel e priorizando cada vez mais o digital.

É necessário garantir a continuidade geracional da Instituição, desenvolvendo campanhas de sensibilização e adesão à Irmandade junto da comunidade em geral. Para isso, e sendo o “passa palavra” a melhor forma de divulgação da Missão da Santa Casa, é necessário reforçar a comunicação/divulgação das atividades das várias respostas sociais, promovendo o envolvimento dos irmãos no dia a dia da Instituição, com uma participação ativa. Contribuindo desta forma para o compromisso da sustentabilidade financeira da Irmandade.



1.1.3. Culto

Nesta área pretende-se continuar o trabalho, que se tem vindo a realizar, em parceria com a paróquia, retomando as tradições religiosas que presidem à fundação desta Instituição.

De uma forma sucinta estão previstas as seguintes atividades:

- Participação dos utentes na catequese, na celebração eucarística e em atividades paroquiais próprias do calendário litúrgico;
- Continuação da celebração mensal da eucaristia no ERPI Centro de Dia e Creche do Equipamento dos Olhos de Água, assim como, a participação na celebração eucarística celebrada mensalmente no Centro Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, com a presença dos utentes do Centro de Dia Roseiral, do Lar Residencial S. Vicente e ainda dos utentes do ERPI Roseiral que se encontram nos Pirilampos;
- Participação com a Irmandade na Procissão do Senhor dos Passos;
- Realização de uma celebração Eucarística, na Quarta feira de Cinzas, pelos Irmãos e utentes padecidos;
- Realização, com a participação da Irmandade, trabalhadores e utentes, de uma Via Sacra no tempo Quaresmal;
- Organização e realização da Procissão dos Painéis na Quinta Feira Santa;
- Participação com a Irmandade na Procissão do Enterro do Senhor, na Sexta-Feira Santa;
- Realização de uma celebração Eucarística, no dia 31 de maio, Dia de Nossa Senhora da Visitação, padroeira das Misericórdias e comemorativa do aniversário da Instituição;
- Recitação do terço, no Centro de Dia dos Olhos de Água, todos os dias treze, dos meses de maio e outubro;
- Participação com utentes e a Irmandade na Procissão com a Imagem de Nossa Senhora de Fátima, nas ruas dos Olhos de Água.

Ainda neste âmbito pretende-se, reforçar a ligação à comunidade religiosa local, promovendo internamente celebrações que envolvam os trabalhadores nos valores e princípios cristãos.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '144'.





1.2. DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - DPDO

O Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional atua como o centro estratégico que garante coerência, rigor e visão de longo prazo em toda a Instituição. Trabalha diariamente para que cada área, qualidade, sistemas de informação, jurídico e contencioso, proteção de dados e MENAC, funcione de forma alinhada, segura e orientada para resultados consistentes.

A sua missão cruza as cinco dimensões essenciais da Instituição. Na dimensão dos clientes, assegura que os serviços são prestados com qualidade, transparência e respeito pelos direitos dos utentes, promovendo confiança e uma experiência segura e consistente. Na dimensão dos trabalhadores, cria condições para que as equipas tenham processos claros, ferramentas informáticas adequadas e suporte técnico que reduza a pressão do dia a dia e permita um trabalho mais eficiente e motivador.

No plano organizacional, o departamento assume o papel de promotor da melhoria contínua, garantindo que os sistemas, os procedimentos e a informação evoluem de forma responsável. Trabalha com método, antecipa necessidades e sustenta decisões com dados, permitindo que a Instituição seja mais ágil, integrada e preparada para os desafios futuros.

Na vertente da sustentabilidade — social, financeira e ambiental — o departamento promove decisões estratégicas. Acompanha riscos, assegura a proteção de dados, promove soluções digitais mais eficientes e incentiva práticas que equilibram responsabilidade, poupança de recursos e estabilidade a longo prazo.

A relação com a comunidade é reforçada através da promoção de práticas éticas, da gestão responsável da informação e da garantia de conformidade legal, contribuindo para a credibilidade e reputação da Instituição. Esta presença sólida ajuda a consolidar parcerias, estreitar relações e afirmar a Instituição como um agente confiável no território.

No conjunto, este departamento funciona como o motor silencioso que estrutura, protege e impulsiona a Instituição para um futuro mais robusto, transparente e sustentável, garantindo que cada decisão se traduz em valor para pessoas, equipas e comunidade.

1.2.1. Qualidade e Melhorias

A área da Qualidade e Melhorias assume um papel estratégico no reforço da identidade e credibilidade da Instituição, garantindo que todas as respostas sociais e serviços partilhados operam com base em processos consistentes, transparentes e orientados para a melhoria contínua.

A Qualidade não é vista apenas um requisito normativo e legal, mas sim como uma forma de pensar e agir que assegura confiança, rigor e coerência nas práticas quotidianas, contribuindo diretamente para o bem-estar das pessoas, a eficiência organizacional e a sustentabilidade da missão social.



Em 2026, o foco da área da Qualidade e Melhorias, estrutura-se em torno das 5 dimensões que orientam a gestão integrada da Instituição — Pessoas, Clientes, Comunidade, Organização e Sustentabilidade — reforçando a ligação entre a qualidade dos serviços, o impacto social e o compromisso ambiental.

Nas **dimensões Pessoas e Organização**, o principal desafio é consolidar uma cultura de qualidade e sustentabilidade que envolva todos os trabalhadores, promovendo o alinhamento de práticas, a clareza dos processos e a partilha de conhecimento entre equipas e respostas. A otimização e normalização de procedimentos nas áreas e serviços partilhados permitirá reduzir redundâncias, aumentar a eficiência e garantir que cada resposta atua de forma integrada, coerente e centrada na pessoa.

Na **dimensão Clientes**, a prioridade é garantir a excelência e consistência dos serviços prestados, assegurando que a experiência de cada utente e família reflete os valores da Instituição — respeito, proximidade, confiança e melhoria contínua. A **certificação das áreas da Infância e do Envelhecimento** representa um objetivo importante neste percurso, traduzindo o compromisso com a qualidade reconhecida e mensurável.

Na dimensão Comunidade, o departamento atua de forma indireta, mas determinante, assegurando que os processos internos, as práticas de gestão e os mecanismos de monitorização reforçam a credibilidade, a transparência e a confiança da Instituição junto da comunidade. Através da melhoria contínua e da padronização dos processos, promove-se uma imagem de rigor, ética e responsabilidade social, que se reflete na forma como a Instituição é reconhecida externamente. Este trabalho de base sustenta o impacto social da organização, garantindo que cada projeto, resposta ou parceria se apoia em procedimentos sólidos, mensuráveis e alinhados com os princípios da qualidade e da sustentabilidade.

Por fim, na **dimensão Sustentabilidade**, será iniciado o **desenho do Relatório ESG** (Environmental, Social and Governance), um instrumento essencial para avaliar e comunicar o desempenho global da Instituição em matéria ambiental, social e de governação. Este processo implica o levantamento de indicadores, a definição de metas e a criação de mecanismos de monitorização que permitam medir o valor gerado — não apenas em termos económicos, mas também humanos e ambientais.

Num contexto em que o setor social enfrenta o desafio de garantir a **sustentabilidade financeira, ambiental e humana**, a área da Qualidade e Sustentabilidade assume a missão de apoiar a gestão estratégica da Instituição com dados, metodologias e ferramentas que permitam tomar decisões informadas, alinhar práticas e transformar a qualidade num verdadeiro motor de confiança e futuro.

1.2.2. Sistemas de Informação

A área de Sistemas de Informação (SI) manterá o seu compromisso com a modernização tecnológica da Instituição, estruturando a sua intervenção em quatro eixos prioritários. Ao nível das infraestruturas, pretende-se garantir uma arquitetura tecnológica escalável, segura e eficiente, capaz de responder de forma ágil às necessidades operacionais e estratégicas da Instituição. No que diz respeito ao parque informático, será concluído o processo de renovação dos equipamentos, assegurando a produtividade, fiabilidade e facilidade de manutenção dos postos de trabalho.



No domínio das soluções aplicacionais, será reforçada a adequação dos sistemas ao contexto e às especificidades da Instituição, com especial atenção à interoperabilidade, à usabilidade e ao seu contributo efetivo para a tomada de decisão.

Finalmente, a cibersegurança e a proteção de dados assumem-se como uma prioridade transversal, sendo objetivo consolidar políticas e práticas robustas nesta matéria, incluindo a monitorização contínua de incidentes, a sensibilização dos utilizadores, a atualização das políticas de segurança e o cumprimento rigoroso da legislação em vigor.

No domínio da Segurança, a Instituição garante a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação e acesso às mesmas. A implementação de controlos de acesso físico será para continuar sendo a sua implementação transversal à Instituição. A segurança da própria rede está sempre em constante adaptação, a implementação de regras e procedimentos de modo a contribuir para o normal funcionamento da rede informática.

Pretendemos continuar a inovar, promovendo um suporte técnico capaz de ajudar toda a comunidade institucional, com a implementação de sistemas de tickets e formulário para procedimentos internos, permitindo assim ter uma visão geral do trabalho efetuado, tornando a consulta do histórico dos trabalhos realizados uma possibilidade sem recurso a arquivamento em papel. Da mesma forma será criado plataformas de informação interna, de consulta rápida de instruções e procedimentos internos da Instituição, minimizando assim o arquivo de emails desatualizados e impressão em papel.

As aplicações evoluem, surgindo a necessidade de otimizar e organizar o trabalho e tempo dispensado, será incluído no ano de 2026, planos de formação para utilização das aplicações e ferramentas de produtividade, otimizando assim os processos de trabalho, e promover a eficiência através de formação interna com informações úteis, e construtivas, que possam contribuir para o crescimento da equipa técnica.

1.2.3 Jurídico e Contencioso

A Misericórdia de Albufeira tem contratos com gabinetes jurídicos para assegurar a assessoria jurídica a todos os Órgãos Sociais, Unidades Operacionais e Departamentos que compõem os serviços partilhados e corporativos da Misericórdia de Albufeira. Estes gabinetes jurídicos tratam das questões legais inerentes ao desempenho da atividade institucional, e, ainda, assegura o patrocínio judicial da Instituição, perante as várias instâncias judiciais e extrajudiciais, procurando, sempre, dar uma resposta organizada, especializada, célere e rigorosa, ao aumento das solicitações, agregando o máximo de áreas de atuação possível para atingir os objetivos pretendidos.

As atribuições da assessoria jurídica, são:

Assessoria jurídica especializada aos órgãos sociais, departamentos e Unidades Operacionais



Representação da Instituição judicial e extrajudicialmente (processos negociais, judiciais, administrativos, arbitrais, contraordenacionais, entre outros)		Elaboração, revisão e monitorização de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídicos	
Cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e das normas internas em matéria de privacidade e segurança da informação	Gestão de contencioso judicial e extrajudicial, incluindo processos de cobrança de dívidas, injunções, execuções e confissões de dívida	Apoio e garantia da legalidade dos procedimentos de contratação pública	Promoção da gestão do risco jurídico, através da emissão de pareceres e análises preventivas

Os objetivos estratégicos nesta área estão plenamente alinhados com a missão e os valores e têm como objetivo delinear as atividades a realizar em 2026, definir metas e ajustar o orçamento necessário para a sua execução, e estruturam-se em torno de seis eixos principais de atuação.

Reforço da segurança jurídica institucional:

- Promover a normalização de procedimentos e a uniformização de práticas jurídicas em todas as áreas da Misericórdia de Albufeira;
- Garantir resposta jurídica preventiva a 100% dos pedidos recebidos, com foco na antecipação de riscos legais;
- Estabelecer procedimentos padronizados para resposta a pedidos de acesso, retificação, oposição e outros direitos no âmbito da proteção de dados.

Melhoria da qualidade e eficácia da assessoria jurídica:

- Aumentar a capacidade de resposta técnica especializada, com apoio jurídico célere e fundamentado aos diferentes serviços e Unidades Operacionais da Misericórdia de Albufeira;
- Apoiar a tomada de decisão estratégica dos órgãos sociais da Misericórdia de Albufeira, mediante pareceres jurídicos, análise crítica e suporte técnico qualificado;
- Realizar sessões regulares de esclarecimento jurídico com as áreas operacionais, promovendo proximidade e partilha de conhecimento.

Otimização da gestão do contencioso e dos contratos

- Melhorar os mecanismos de gestão de processos contenciosos (judiciais e extrajudiciais), com enfoque na prevenção de litígios e defesa eficiente dos interesses institucionais;
- Garantir a atualização trimestral da base de dados de processos jurídicos em curso;

Promoção da conformidade legal

- Assegurar a atualização permanente face a alterações legislativas e regulamentares com impacto na atividade da Misericórdia de Albufeira;
- Consolidar práticas de conformidade legal em todas as áreas de intervenção da Instituição.



Handwritten initials and signature in blue ink.

Consolidação de políticas internas de *compliance*

- Desenvolver e implementar políticas internas nas seguintes áreas: contratação pública; proteção de dados pessoais; controlo e mitigação de riscos jurídicos;
- Atualizar, de forma contínua, o registo das atividades de tratamento de dados pessoais, conforme o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
- Promover ações de sensibilização interna sobre proteção de dados, dirigidas a todas as áreas operacionais.

Capacitação interna e cultura jurídica institucional

- Promover uma cultura de legalidade e responsabilidade jurídica transversal a toda a organização;
- Fomentar a formação contínua das equipas em matérias legais relevantes para a sua atividade;
- Estabelecer canais de comunicação eficazes entre o DAJC e os restantes departamentos, promovendo a partilha de boas práticas jurídicas.



Handwritten signature and initials in blue ink.

525 ANOS

Misericórdia de Albufeira





1.3. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, MARKETING E IMAGEM - DCMI

O Departamento de Marketing, Comunicação e Imagem (DMCI) assume, em 2026, a missão de consolidar a presença institucional da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira (SCMA) como uma organização de referência na intervenção social, reconhecida pela sua credibilidade, modernidade e humanização dos cuidados.

Num ano particularmente desafiante, o DMCI reforça o seu papel estratégico na promoção da coesão interna, na valorização da marca e na mobilização da comunidade e dos parceiros para o cumprimento da missão institucional.

A estratégia de comunicação e marketing para 2026 assenta na continuidade do trabalho desenvolvido em 2025, reforçando a coerência visual, o impacto das mensagens e a articulação com os valores da Misericórdia: **solidariedade, confiança, rigor e inovação.**

1.3.1. Gestão da Identidade e Comunicação Visual Institucional

A consolidação da identidade institucional da SCMA continuará a ser uma prioridade, reforçando a coerência entre a missão social da Instituição e a imagem pública que a representa. Está prevista a atualização da identidade visual da marca Misericórdia de Albufeira, assegurando uma expressão contemporânea, consistente e alinhada com os valores de confiança, proximidade e solidariedade que definem a organização.

Em paralelo, serão desenvolvidas identidades visuais próprias para os projetos CLDS-5G Albufeira GerAção, Apartamentos Rainha D. Leonor e a Habitação Colaborativa, Apartamentos Partilhados em Residência Sénior e para o projeto Passaporte dos Sonhos, promovendo a individualização de cada iniciativa dentro de uma linha gráfica harmonizada.

Será igualmente renovado o registo fotográfico das respostas sociais, garantindo uma representação atual, fidedigna e humanizada das atividades e dos beneficiários, valorizando o papel dos profissionais e o impacto social das intervenções.

Esta linha de ação visa assegurar uma comunicação visual integrada, moderna e orientada para a valorização das pessoas, reforçando a credibilidade institucional e o vínculo emocional à comunidade e aos parceiros estratégicos.

1.3.2. Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social assume, em 2026, uma dimensão reforçada, refletindo o compromisso da Instituição em promover uma cooperação efetiva entre o setor social, o tecido empresarial e a comunidade local.



Com base na experiência positiva do III Encontro de Responsabilidade Social realizado em 2025, será adotada uma abordagem estruturada e integrada, assegurando maior coerência, planeamento e impacto nas ações desenvolvidas.

Entre as iniciativas previstas, destaca-se a criação de um Catálogo Digital de Ações de Responsabilidade Social, reunindo contributos das diferentes respostas sociais, devidamente fundamentados e orçamentados, permitindo às empresas e parceiros conhecer e apoiar as necessidades prioritárias da Instituição.

Prevê-se ainda o reforço da divulgação junto dos parceiros, o acolhimento de iniciativas de responsabilidade social corporativa e a realização de uma ação de formação dirigida a empresas e IPP's, orientada para a partilha de boas práticas e o fortalecimento das relações interinstitucionais.

Será também criado um separador dedicado à Responsabilidade Social no site institucional, reunindo o histórico das edições anteriores do Encontro e destacando as iniciativas mais relevantes.

Este eixo visa consolidar a responsabilidade social como prática transversal à comunicação institucional, promovendo uma cultura de cooperação, ética e sustentabilidade, e reforçando o papel da Misericórdia de Albufeira como referência de compromisso social e humano na comunidade.

1.3.3. Produção Audiovisual e Comunicação Institucional Humanizada

A produção audiovisual continuará a ser um instrumento essencial de comunicação e transparência, respondendo simultaneamente às exigências legais dos programas de financiamento e à necessidade de reforçar a visibilidade das ações da SCMA.

Serão produzidos vídeos informativos e institucionais sobre os principais projetos em curso — sQlls, CAPACITAR, CLDS-5G Albufeira GerAção, Requalificação dos Apartamentos Rainha D. Leonor e a Habitação Colaborativa, Requalificação e Ampliação da ERPI O Roseiral, e Restauro da Capela da Misericórdia de Albufeira. Também iremos criar quatro vídeos no âmbito do projeto “Passaporte dos Sonhos”, articulados com o eixo da Responsabilidade Social, assegurando uma comunicação coerente, humanizada e alinhada com as boas práticas de divulgação pública.

A rubrica “Cuidar com Amor” será mantida, com a produção de quatro entrevistas anuais que dão voz aos profissionais e evidenciam a humanização dos cuidados, com especial destaque para áreas com maior dificuldade de recrutamento. Estas produções contribuirão para a valorização das equipas técnicas e operacionais, reforçando a perceção pública da qualidade e dedicação dos serviços prestados pela Misericórdia de Albufeira.

1.3.3. Presença Online e Comunicação Digital

A presença digital da Misericórdia de Albufeira será reforçada através da criação e gestão de novas páginas nas redes sociais dos projetos CAPACITAR e CLDS-5G Albufeira GerAção, cumprindo as exigências dos programas de financiamento e ampliando o alcance da comunicação institucional.



Será implementada uma política de conteúdos digitais integrados, assegurando coerência visual, editorial e técnica entre todos os canais, fortalecendo a identidade institucional e promovendo maior proximidade com a comunidade.

Em complemento, será desenvolvido um Plano de Contingência de Comunicação Offline, garantindo a continuidade da comunicação institucional em qualquer circunstância, através de suportes físicos como brochuras, murais informativos e comunicados impressos.

Este eixo visa assegurar uma comunicação resiliente, inclusiva e acessível, consolidando o posicionamento da Misericórdia de Albufeira como Instituição moderna, transparente e próxima da comunidade.

1.3.4. Produção de Conteúdos, Media e Eventos

A comunicação institucional continuará a ser um instrumento central de consolidação da imagem e notoriedade da Misericórdia de Albufeira, promovendo a transparência, a confiança e o alinhamento entre a missão e as práticas da Instituição.

Serão assegurados o planeamento, organização e acompanhamento dos eventos institucionais, garantindo a coerência visual e comunicacional de todas as iniciativas.

A participação em eventos de entidades externas será igualmente valorizada, reforçando a visibilidade da SCMA e a sua ligação à comunidade.

Será também dada continuidade à produção regular de conteúdos gráficos, visuais e noticiosos, assegurando uma comunicação dinâmica, humanizada e ajustada aos diferentes públicos, fortalecendo assim a presença da Instituição nos meios de comunicação e consolidando a sua reputação como entidade de referência na área social.

1.3.5. Envolvimento Académico e Captação de Talentos

O fortalecimento das relações com o universo académico será uma prioridade, promovendo a inovação, a aprendizagem e o envolvimento da comunidade educativa na missão da Misericórdia de Albufeira.

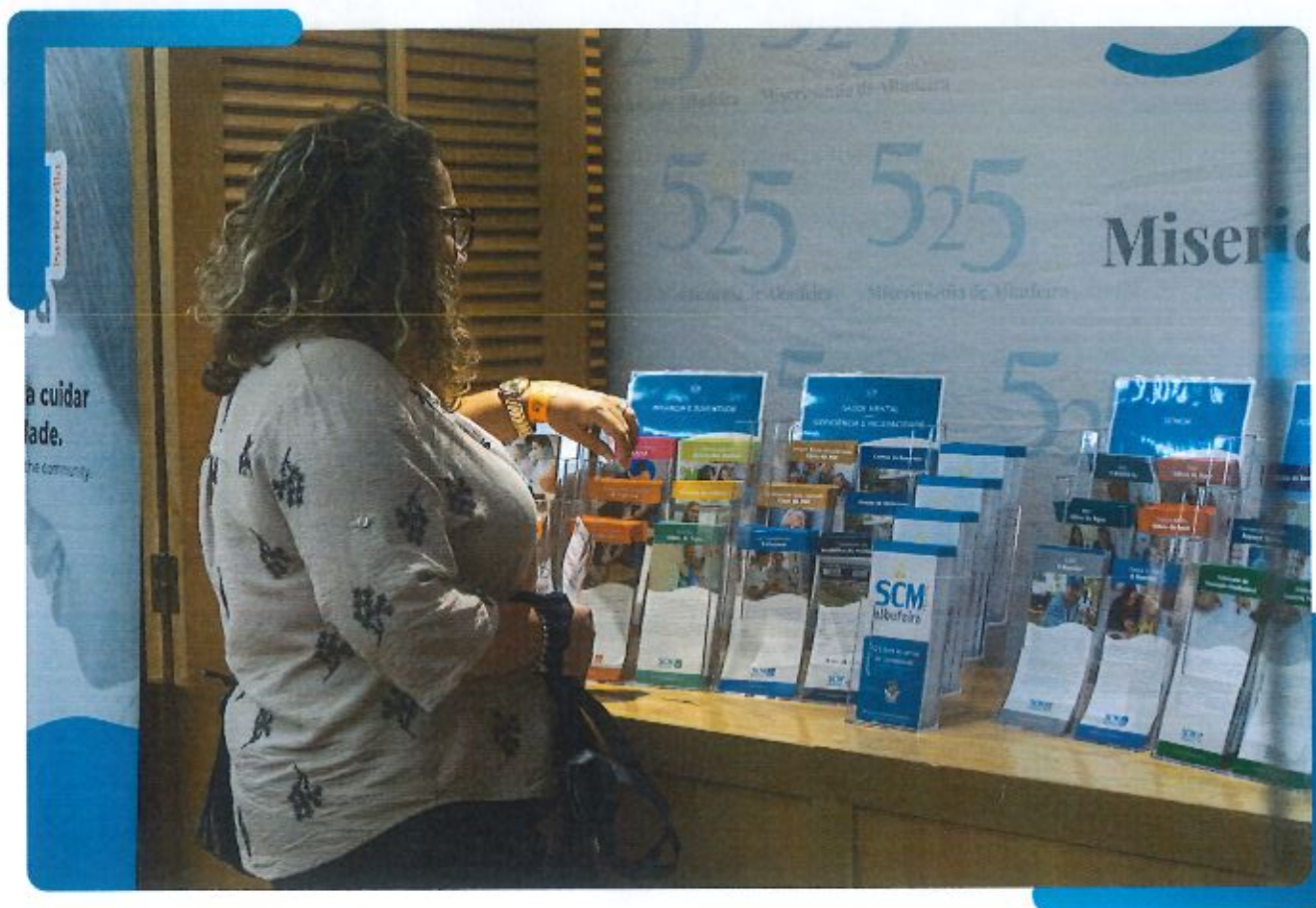
Será implementada uma estratégia de captação de estágios curriculares em articulação com instituições de ensino superior e profissional, nas áreas de comunicação, design, fotografia e multimédia.

Esta iniciativa visa responder à crescente exigência de produção de materiais institucionais e, simultaneamente, contribuir para a formação prática de novos profissionais, fomentando o espírito de responsabilidade social.

O envolvimento académico será igualmente comunicado como ação de valorização comunitária, reforçando a notoriedade da Misericórdia enquanto espaço de partilha de conhecimento, desenvolvimento de competências e inovação social.



Em 2026, o DMCI reafirma o seu compromisso em fortalecer a presença, a voz e a identidade da Misericórdia de Albufeira. Através de uma comunicação integrada, humanizada e estrategicamente orientada, o DMCI pretende consolidar a confiança da comunidade, inspirar novas parcerias e projetar a Instituição como modelo de inovação e solidariedade no setor social. Este plano reflete a convicção de que comunicar com verdade, proximidade e propósito é também cuidar — e cuidar é a essência da Misericórdia.



H
M
Q





1.4. DEPARTAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS E FORMAÇÃO INTERNA - DGPMI

1.4.1. Recrutamento e seleção

Para o período de 2026-2030, o crescimento previsto para a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, obrigará a um reforço dos quadros de recursos humanos, com maior incidência na área de intervenção sénior e na área de infância e juventude.

Face ao crescimento previsto para 2026, e ao conseqüente aumento da dimensão e complexidade organizacional, torna-se imperativo reforçar a capacidade de resposta da área de Recursos Humanos, nomeadamente no eixo do recrutamento e seleção. A crescente dificuldade em encontrar perfis adequados às exigências funcionais da Instituição exige uma abordagem mais estratégica e estruturada, que permita atrair, selecionar e integrar profissionais mais qualificados e alinhados com os valores da Misericórdia.

Nesta área, os grandes desafios e base dos objetivos traçados, serão os de responder ao aumento das necessidades operacionais com processos de recrutamento mais ágeis e eficazes com redução do tempo médio de seleção e aumento da taxa de adequação dos candidatos às funções.

Reforçar a identidade visual e narrativa institucional nas comunicações de divulgação de emprego, será também um dos objetivos a ser trabalhado, como meio de vincular desde uma fase inicial, uma imagem à atividade e ao perfil pretendido para os trabalhadores da Instituição.

Criar e divulgar, através de campanhas, uma imagem da realidade quotidiana dos trabalhadores da área de intervenção direta com os utentes, será outra das estratégias a ser seguida. Esta visará a promoção da humanização dos cuidados e o desenvolvimento de ações, com aplicação de conhecimentos e competências técnicas, procurando assim direcionar a divulgação do perfil pretendido para integração de novos trabalhadores.

Após a seleção, haverá um reforço na monitorização da fase de acompanhamento de integração, através da clarificação e melhoria dos procedimentos de acolhimento, com definição de responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação e definição de formação necessária.





1.4.2. Processo administrativo e processamento salarial

A complexidade de gestão dos quadros de pessoal da Misericórdia de Albufeira, amplamente ampliada pela sua previsão de alargamento, exigem uma gestão administrativa cada vez mais rigorosa, eficiente e transparente. A área de processos administrativos e processamento salarial assume, assim, um papel estratégico na garantia da conformidade legal, da fiabilidade dos dados e da valorização dos recursos humanos.

Monitorizar e reduzir erros nos processos administrativos e de vencimentos, assegurando tempos de correção adequados, através da melhoria dos procedimentos de verificação sistematizados que permitam o controlo mensal de ocorrências e registo das medidas adotadas, será um dos objetivos desta área.

As permanentes atualizações da legislação laboral, as quais, em 2026, se perspetiva que sejam relevantes, irão obrigar a um registo e atualização permanente da legislação laboral aplicável e a uma articulação de maior proximidade com o departamento jurídico da Misericórdia, sendo previstas ações de formação para atualização e aplicação prática das alterações verificadas.

Para que a política salarial da Instituição siga uma diretriz clara e de fácil leitura, também em articulação direta com o departamento jurídico, será dado início à elaboração do Manual de Política Salarial, garantindo desta forma a síntese de procedimentos aplicados na Misericórdia.

Dada a dimensão e abrangência de todo o processo administrativo de recursos humanos e processamento salarial, visando um maior controlo destes processos e possibilitando a aplicação de medidas corretiva e de melhoria de forma atempada, está prevista a realização de uma auditoria interna a estes processos.

A comunicação com os Recursos Humanos, efetuada por trabalhadores, Respostas Sociais e Departamentos, feita por diferentes meios de comunicação, reflete-se numa permanente perda de foco, num desgaste no atendimento e de transmissão de informação sem registo de suporte.

Esta constatação leva à decisão de, em 2026, criar um canal único de comunicação formal e registada entre os trabalhadores, os departamentos e os Recursos Humanos, facilitando o processo, tornando-o mais fiável, coerente e menos desgastante.

Transversal a toda a Misericórdia existe um objetivo que é de capacitação das equipas de trabalho e fidelização das mesmas. Para 2026, o objetivo será de maior proximidade das lideranças às suas equipas, permitindo a elaboração de planos de necessidades formativas individualizadas, adoção de ações de melhoria para alteração de comportamentos e melhoria das competências. Será reforçada a comunicação destes dados com a área de Recursos Humanos, com a definição de prazos e responsabilidades claras para o envio de informação relevante inerente à gestão de pessoal.

Para que possa existir um reconhecimento justo das competências demonstradas, será dado início ao procedimento de avaliação de desempenho, estando previsto para 2026, em articulação direta com o departamento de Gestão da Qualidade, a criação do instrumento base para a implementação deste procedimento.



1.4.3. Comunicação e Formação Interna

A comunicação interna e a formação contínua dos trabalhadores são pilares fundamentais para o fortalecimento da cultura organizacional, o desenvolvimento de competências e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. Em 2026, pretende-se consolidar uma abordagem formativa mais participativa, adaptada às necessidades reais das equipas e alinhada com os objetivos estratégicos da Instituição.

Para que a formação desenvolvida não fique cingida ao Plano de Formação definido anualmente, semestralmente será efetuada uma adaptação do plano de acordo com as necessidades detectadas e transmitidas pelas lideranças e pelos próprios trabalhadores. O diagnóstico de formação será enviado trimestralmente a todos os trabalhadores e responsáveis de departamento / Reposta Social, visando envolver os trabalhadores na identificação e decisão das ações formativas prioritárias e reforçando a comunicação interna como instrumento de alinhamento, motivação e valorização.

A priorização da formação será efetuada tendo em conta as obrigatoriedades legais e a necessidade de conhecimentos / competências verificadas para o desenvolvimento da atividade, com maior incidência na área de cuidados e segurança.

A formação em contexto real de trabalho, já desenvolvida em muitas áreas, tem demonstrado um elevado impacto positivo na demonstração e aplicação de novas competências, com maior incidência em trabalhadores em processo de integração.

Em 2026, será promovida uma intensificação desta tipologia formativa, a qual será desenvolvida por trabalhadores internos que demonstrem competências relevantes na área pretendida. Este procedimento, para além de visar a aquisição/melhoria de competências, tem também inerente um processo de valorização e motivação de trabalhadores internos que serão previamente identificados pelas competências demonstradas.

As ações de formação previstas para 2026, são baseadas no diagnóstico de formação efetuado no último trimestre de 2025 e em que a maior incidência formativa será na capacitação técnica para os intervenientes da área de cuidados e nas formações de segurança e saúde no trabalho.

Dadas as exigências atuais, as lideranças de Respostas Sociais e departamentos terão cada vez mais de ter uma visão global de análise funcional, englobando princípios de gestão financeira, de recursos humanos e de sustentabilidade. Para garantir que os objetivos e competências de gestão, aplicados ao contexto social são aplicados no quotidiano funcional, estão previstas ações de formação específicas para as lideranças das diferentes áreas.

Sendo a sustentabilidade um pilar incontornável no funcionamento da Misericórdia, para 2026, serão propostas ações de promoção práticas de sustentabilidade, nomeadamente a realização de oficinas práticas de reutilização criativa e desafio de consumo consciente. Estas ações serão também utilizadas para dinamização da interligação entre Respostas Sociais, sendo acompanhadas ações de sensibilização.

A globalidade de tipologias formativas propostas prevê o cumprimento do legalmente exigido para a área de formação.



1.4.4. Valorização e Bem-estar dos trabalhadores

O projeto CRIAR+ constitui uma iniciativa estratégica da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, orientada para a promoção do bem-estar, da coesão interna e do desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores. Em 2026, o projeto será reforçado com novas ações que visam consolidar uma cultura organizacional mais saudável, participativa e socialmente responsável, valorizando o papel de cada trabalhador na missão institucional.

As atividades a serem desenvolvidas serão focadas na melhoria do ambiente laboral e coesão das equipas e inter equipas.

Para além de atividades mais vocacionadas para o lazer e descontração, estão previstas ações de promoção de um ambiente de Segurança Psicológica, as quais visam promover espaços em que os trabalhadores se sintam confortáveis para partilhar as suas preocupações, levantar questões e apresentar sugestões de melhoria para o funcionamento geral ou admitir erros, sendo uma atividade de promoção da inovação e o respeito pela diversidade.

Para além destes espaços de partilha, será reforçada a divulgação apoio psicológico individual que, a partir de 2026, receberá o nome de “Inspira”.

Para a continuidade da promoção do fortalecimento do espírito institucional, será dada continuidade à atividade partilha de experiências entre Respostas Sociais, em que a atividade “Conhece o teu Vizinho” dará lugar a uma nova dinâmica, denominada “O anfitrião convida...”, permitindo uma preparação prévia para uma recepção mais personalizada.

Para que as atividades do CRIAR+ sejam conhecidas por todos, será apresentado um calendário anual das atividades previstas, para que todos os trabalhadores tenham oportunidade de participar e os locais de trabalho possam organizar as equipas e dinâmicas funcionais, para permitir esta participação.

Para que todos os trabalhadores possam estar mais envolvidos na planificação das dinâmicas desenvolvidas pelo CRIAR+, semestralmente será realizado um levantamento de sugestões criativas.

Por outro lado, será identificado, em cada resposta social, um interlocutor que irá articular diretamente com os RH com o objetivo de criar uma maior proximidade entre os trabalhadores e as iniciativas propostas pelo CRIAR+, de forma a que todos possam participar.

No âmbito da responsabilidade social, o reforço da rede de parcerias será um objetivo para 2026, com o intuito de proporcionar experiências e momentos de lazer e bem-estar, como forma de reconhecimento, de todos os que cuidam diariamente daqueles que mais necessitam.



h

41

[Signature]





1.5. DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTABILISTICO – DFC

MF
[Handwritten signature]

1.5.1. Tesouraria

A área da tesouraria tem como principal objetivo garantir a liquidez da Instituição, gerir o fluxo de caixa de forma otimizada, minimizar os riscos financeiros e otimizar os recursos financeiros através do controlo da disponibilidade de fundos.

As principais metas passam por garantir que existe sempre disponibilidade para o cumprimento das obrigações (fornecedores, trabalhadores, Estado e demais compromissos), gerir a liquidez de forma prudente e proteger a Misericórdia de Albufeira de riscos externos que possam comprometer a sua estabilidade financeira.

Entre as responsabilidades da tesouraria destacam-se as seguintes:

Gestão da liquidez e fluxo de caixa: O objetivo principal é garantir que a Instituição tenha liquidez suficiente para pagar as suas despesas operacionais, fornecedores, funcionários e impostos. Isso envolve controlar e monitorizar todas as entradas e saídas de dinheiro.

Gestão de riscos: Assegurar a disponibilidade de fundos e equilibrar o caixa para reduzir riscos financeiros.

Planeamento financeiro: Prever as necessidades de fundos a curto e longo prazo, organizar o financiamento e controlo das contas bancárias.

Otimização de recursos: Utilizar os recursos financeiros de forma eficiente, alinhando as necessidades de caixa com o planeamento estratégico para maximizar a liquidez operacional.

Face aos inputs internos do departamento assume-se a responsabilidade da elaboração do plano mensal de tesouraria, bem como, do acompanhamento e a apuramento dos desvios.

1.5.2. Contabilidade

A área de Contabilidade e Fiscalidade tem como missão estratégica e operacional adotar princípios e políticas contabilísticas/fiscais uniformes e transversais, assegurando, sempre, o cumprimento das normativas nacionais e internacionais.

Os principais objetivos da contabilidade são registar, organizar e analisar as movimentações financeiras e patrimoniais da Instituição para fornecer informações úteis à tomada de decisões. Garantir o cumprimento de obrigações legais e fiscais e permitir a prestação de contas à irmandade da Misericórdia. A Contabilidade serve para dar um retrato fiel da situação financeira, que ajuda à análise e controlo de despesas, bem como fornecer dados históricos para ajudar no planeamento e orçamento e na previsão de resultados futuros, permitindo que Misericórdia planeie com mais segurança.



A base da contabilidade está assente nos princípios da consistência, comparabilidade, continuidade e prudência, bem como, da especialização de gastos e rendimentos, reconhecendo-os no exercício a que se referem. Estas são as premissas presentes no quotidiano operacional desta área.

Para o ano 2026 pretende-se consolidar os registos contabilísticos, assegurando a obtenção de dados trimestrais que permitam uma análise da situação financeira e controlo de desvios face ao orçamento.

1.5.3. Controlo Orçamento

O controlo do orçamento tem como principal objetivo planear, monitorizar e analisar receitas e despesas para garantir que os recursos financeiros estão a ser utilizados de forma eficiente e alinhada com os objetivos estratégicos da Instituição.

Através da comparação entre resultados reais e valores orçamentados, é possível identificar desvios, avaliar o desempenho financeiro, ajustar prioridades e definir medidas corretivas, nomeadamente ao nível de investimentos, cortes de custos e alocação de recursos.

Em 2026 pretende-se criar planos detalhados de acompanhamento e monitorização do plano e orçamento, de forma a apoiar a concretização dos objetivos económicos a curto, médio e longo prazo.

1.5.4. Gestão de utentes

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, enquanto Instituição de Solidariedade Social, tem como missão promover o bem-estar e a inclusão social, assegurando a sustentabilidade financeira das suas respostas sociais.

Assim, a gestão de utentes constitui uma área estratégica, que visa garantir a boa gestão de recursos, a transparência dos processos e a proximidade com as famílias. Assume um papel fundamental na sustentabilidade económica e na qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

O presente plano visa garantir uma gestão rigorosa das mensalidades, participações e demais movimentos financeiros associados aos utentes, definindo simultaneamente as metas e os procedimentos necessários para assegurar a atualização, o controlo e a transparência das operações financeiras, promovendo a eficiência administrativa e o apoio contínuo aos utentes, às suas famílias e a uma eficiente cooperação com o governo, nas áreas que tutelam a Misericórdia de Albufeira, com principal destaque o Instituto da Segurança Social.

Para 2026, pretende-se que todas as respostas sociais estejam plenamente alinhadas com a gestão de utentes e com uma comunicação eficaz, de forma a assegurar o cumprimento atempado dos prazos por ambas as partes, possibilitando assim que os recebimentos ocorram em tempo útil e contribuindo para a sustentabilidade financeira da Instituição.



1.5.5. Gestão de Projetos

À semelhança dos anos anteriores, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira pretende continuar a desenvolver esforços para se poder candidatar a projetos que tragam mais valia à população do concelho.

Trata-se de projetos que, não tendo como finalidade incrementar diretamente receitas, têm como objetivo promover as condições favoráveis à prosperidade e ao êxito dos projetos sociais, do ponto de vista específico e agregado, no âmbito do apoio social aos utentes, e como resposta às exigências legais e ao melhoramento da qualidade de vida das pessoas.

Estas candidaturas conduzem a Misericórdia de Albufeira para um aumento da capacidade de resposta social de apoio aos utentes do concelho e outras operações, direta ou indiretamente associadas.

Neste sentido, a Misericórdia de Albufeira apresenta a lista dos vários projetos em curso, desde 2023, para os quais espera poder vir a concretizar durante os próximos três anos.

Identificação do Projeto	Data de Início	Data de Fim	Valor Aprovado Candidatura	Duração do Projeto em meses
03/MQPDI/FI/FC/24	03/06/2024	15/10/2026	220 156,57 €	28
08/MQPDI/FI/FC/24	12/12/2024	26/11/2027	809 607,54 €	36
Centro de Recursos (IAOQE; AC e APC)	01/01/2025	31/12/2025	25 327,80 €	11
17/GIP/2018	01/01/2025	31/12/2025	14 107,50 €	11
Algarve-FSE+00465000 (SQills)	01/09/2024	31/08/2027	921 611,88 €	35
Algarve-FSE+01311200 (CAPACITAR)	05/11/2024	20/11/2026	164 605,76 €	24
PESSOAS-FSE+005323 (Privação Material - Distr. Direta)	27/11/2023	31/01/2027	79 748,64 €	39
PESSOAS-FSE+023557 (Privação Material - Distr. Indireta)	01/01/2025	31/03/2027	71 387,06 €	27
ALGARVE -FSE+03019000 (CLDS 5G)	02/12/2025	02/12/2028	425 080,22 €	36
			2 731 632,97 €	

Handwritten signature and initials in blue ink.





1.6. DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO E MANUTENÇÃO - DGPM

O Departamento de Gestão do Património e Manutenção (DGPM) é um departamento fundamental e responsável por assegurar a proteção, conservação e uso eficiente de todos os ativos físicos e bens móveis e imóveis da Misericórdia. A sua atuação principal é na área do Património e em três setores operacionais transversais a toda a Misericórdia de Albufeira que são a Manutenção e obras, Gestão de Frota e Lavandaria.

Assim, no Património é da sua competência continuar a zelar pelo Património Operacional, Património de Rendimento e Património Cultural e Histórico, assim como dos espaços verdes e estacionamento, através da realização de intervenções programadas e o desenvolvimento de projetos e de especialidades em colaboração com entidades externas, sempre com a orientações superiores da Provedora e para cumprir a estratégia definida pela Mesa Administrativa, numa logica de gestão eficiente dos recursos financeiros, cumprindo com todas as normas para o setor.

Os setores operacionais de Manutenção e Obras, Gestão de Frota e Lavandaria tem como missão a satisfação do cliente interno, que são as Respostas Sociais, garantindo que os recursos estejam sempre operacionais, seguros e em conformidade com os objetivos da Instituição otimizando custos e sinergias.

Em 2026 irá ser acrescentado a este departamento o setor de Gestão e Controlo. Este será responsável pela gestão de imobilizado, abrangendo o planeamento estratégico e a monitorização da execução operacional dos vários setores de atuação do departamento, tendo como função o cumprimento dos objetivos da DGMP.

No seu conjunto, o DGME atua como o garante da resiliência operacional da Misericórdia, assegurando que todos os ativos e serviços de apoio funcionam com a máxima eficiência, segurança e conformidade, através de uma gestão patrimonial integrada e proativa.

1.6.1. Gestão e Controlo

Com a reestruturação pensada para 2026 e com a redistribuição das áreas operacionais, foi criada dentro do Departamento de Gestão do Património e Manutenção (DGPM) a área de **gestão e controlo** com o objetivo de assegurar que todas as atividades deste departamento estão alinhadas com os objetivos estratégicos da Misericórdia traçado para o corrente ano. O setor de gestão e controlo atuará através da monitorização, avaliação e ajuste do desempenho de cada setor. Vai utilizar ferramentas como o controlo orçamental, análise de indicadores (KPIs) e sistemas de informação para comparar resultados com as metas definidas, identificar desvios, abrangendo tanto aspetos financeiros quanto não financeiros por forma a que a Provedora e Mesa Administrativa tenha mais informação para a tomada de decisão.



O desenvolvimento do setor de gestão e controlo exige a integração de dados de setores operacionais específicos que constituem o DGPM, como a gestão de frota, setor da lavandaria, gestão da manutenção e património, para obter uma visão integrada e otimizar a eficiência do todo, permitir a tomada de decisões que beneficiem a Misericórdia como um todo, e não apenas um departamento específico, facilitando a monitorização e a ação rápida.

Assim, particularizando, este setor de gestão e controlo irá verificar na **gestão de frota** os dados da frota que alimentam o controlo de gestão com informações em tempo real sobre custos operacionais e desempenho, permitindo a análise de custo-benefício e a identificação de desvios. No **setor da lavandaria** avaliará o custo por peça lavada, consumo de energia/água por ciclo, taxa de substituição de inventário (perdas de roupa), e o tempo total que decorre desde a receção da roupa até ao momento em que é concluído e entregue ao cliente, resposta social. Através do controlo no **setor da manutenção**, para além da verificação de todos os KPI's estabelecidos para a atividade, o objetivo principal é o fornecimento de dados que permitam otimizar os planos de manutenção, prever necessidades de investimento e que contribua para o prolongamento da vida útil dos ativos e redução dos custos de manutenção, principalmente no controlo dos custos de manutenção preventiva vs. corretiva. Por último, mas o setor de maior relevância da Misericórdia, o **património**, em que a gestão de controlo terá de administrar todos os ativos fixos da organização, como edifícios, terrenos, equipamentos e infraestruturas e que em consonância com a Mesa Administrativa e sob sua orientação da Provedora verificara a otimização do uso do espaço, rácio de manutenção sobre o valor do ativo e minimizar os custos totais associados à operação e manutenção.

O início desta área de **gestão e controlo**, durante o ano de 2026, será de desenvolvimento de ferramentas, de recolha de informação e do início de implementação de práticas que aumentem a capacidade de gestão deste departamento, para as áreas operacionais atrás enunciadas por forma a ficarem mais eficientes, eficazes e com práticas sustentáveis, conseguindo-se desta forma ter-se uma organização eficaz e voltada para os resultados.

1.6.2. Património

Com a definição em 2019 dos 4 pilares estruturantes no que ao património edificado concerne, com o operacional, o histórico e cultural, o de rentabilização, e o passível de alienação, junta-se também a gestão dos espaços verdes e de estacionamento, que se encontra incluído na gestão de ativos com todos os seus equipamentos que vão desde o mobiliário de lar, mobiliário dos serviços administrativos, frota, lavandaria, centrais térmicas, centrais de geração de energia, cozinha e diferentes copas, incluindo ainda os equipamentos das enfermarias e salas de fisioterapia. Todo este património a partir de 2026 vai ter uma nova abordagem e forma de tratamento, com a inclusão do setor de gestão e controlo dentro do DGPM, que também irá ter a função, em colaboração com as respostas sociais, de realizar um inventário físico completo de todos os equipamentos, por forma a de futuro se conseguir acompanhar o movimento e o estado dos equipamentos em tempo real.

Desta forma, avançamos com o plano para 2026 onde destacamos o desenvolvimento da gestão de património dos equipamentos e o cumprimento das empreitadas do ERPI Roseiral e dos Apartamentos Rainha Dona Leonor. Ambas as empreitadas são de requalificação e ampliação, comparticipadas pelo



PRR para a habitação colaborativa (10-C03-i01-2023) com um financiamento de 848.983,41 €, nos Apartamentos Rainha D. Leonor, e para a requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais no ERPI Roseiral (02-C03-i01-2021) com um financiamento de 1.070.850,00 € que terão de ter a sua finalização durante a primeira metade de 2026.

A manutenção de infraestruturas e conservação continuará a ser assegurado pelo setor da manutenção e obras de reabilitação que garante as obras de reabilitação e conservação necessárias ao património, como será o exemplo da casa do Pátio que terminará a sua reabilitação e será realizado com meios próprios com um valor de investimento em materiais e equipamentos da ordem dos 35.000,00 €.

Por último, ao nível do património histórico e cultural será concretizado o restauro na capela que visa a reabilitação do chão, da porta principal e do painel de armas que se encontrava anteriormente instalado no teto da capela. Este projeto é financiado através do Fundo Rainha Dona Leonor, a que a Misericórdia de Albufeira se candidatou ficando aprovada com uma dotação de 19.987,50 € euros.

Ao garantir a máxima eficiência operacional e a longevidade dos seus ativos, a Misericórdia não só mitiga riscos e reduz custos, como também assegura a operabilidade dos ativos e a interruptibilidade do apoio aos utentes, honrando o seu legado secular e garantindo a sua relevância futura.

1.6.3. Manutenção e Obras de Reabilitação

Pela dimensão da Instituição e seu edificado estabeleceu-se, para o ano de 2026, no Setor da Manutenção objetivos estratégicos assentes em 5 pilares fundamentais: o Relacionamento com as diferentes Respostas Sociais, a formação e responsabilização da equipa, a sustentabilidade, o organizacional e a relação com a comunidade.

No Relacionamento com as Diferentes Respostas Sociais este Setor irá estar orientado para o serviço e para o utilizador ficando alinhado com a missão principal dos edifícios e equipamentos (creches, lares de idosos, lares de jovens, centros de dia, etc.), garantindo que funcionam sem interrupções todas as atividades e serviços prestados aos utentes. Com uma comunicação proativa, de envolvimento de todas as partes, com uma compreensão das necessidades específicas de cada resposta social e a minimização do impacto das intervenções na rotina diária são cruciais, onde existirá uma relação de maior proximidade e envolvimento com os Diretores Técnicos e Trabalhadores.

Com a dificuldade de recrutamento em Albufeira de técnicos com especialidades diversas, manter a equipa existente, com as suas diferentes características, é o um dos grandes desafios que se nos depara, pois, o capital humano é o motor da manutenção. Este pilar aborda a capacitação e o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores. Envolve a formação técnica atualizada, mas também a promoção de competências interpessoais e a consciencialização para a segurança. A responsabilização é fundamental, criando uma cultura onde cada membro da equipa se sente "*proprietário*" dos resultados, reporta proactivamente problemas e adere aos planos de manutenção preventiva, garantindo um serviço de maior qualidade e eficiência que presta a cada Resposta Social.

A sustentabilidade na manutenção refere-se à eficiência no uso de recursos e à redução do impacto ambiental. Vai além da simples gestão de resíduos e abrange a priorização de reparações em vez de substituições, a escolha de materiais e equipamentos energeticamente eficientes, e a otimização de



consumos (energia, água). Uma manutenção sustentável contribui diretamente para a redução de custos operacionais e para a responsabilidade ambiental da organização.

Este pilar, Organizacional, diz respeito à eficiência interna e à estrutura da função de manutenção. Envolve a definição de processos claros, a implementação de planos de manutenção preventiva, a gestão de ativos e stocks, e o uso de ferramentas de gestão. Uma estrutura organizacional sólida garante que a manutenção é planeada, metódica e baseada em dados, evitando a gestão reativa e de crise, e permitindo a otimização de custos e recursos.

O último pilar destaca a ligação entre a função de manutenção e o meio envolvente. Equipamentos sociais são parte integrante da comunidade local. A manutenção deve ser transparente, minimizando perturbações (como ruído, tráfego ou poluição visual) durante as obras. A boa gestão do edifício reflete a imagem da organização perante a comunidade, contribuindo para a confiança e boa vizinhança.

Com a integração destes cinco pilares o Setor da Manutenção passa a ser um centro de valor estratégico, garantindo a longevidade do património, a satisfação dos utentes e funcionários.

Também nas obras de requalificação, através de recursos humanos próprios ou em caso de grande requalificação através de empreitadas públicas, cumpre-se com os pilares estratégicos enunciados anteriormente. Assim, para 2026 propomo-nos finalizar as requalificações:

Equipamentos em Obras & Reabilitação

Equipamento	Financiamento PRR	Valor de Participação PRR	Valor Total do Investimento	Meios de Execução	Data de Finalização
Rainha D. Leonor	PRR-RE-C03-i01-10-000055	848 983,41 €	1.726.675,48 €	Empreitada de Obra Publica	Março de 2026
ERPI Roseiral	PRR-RE-C03-i01-02-000979	1 070 850,00 €	6.241.020,00 €	Empreitada de Obra Publica	Março de 2026

Este setor de atividade contribui para que o espaço físico funcione como um verdadeiro lar, seguro, confortável e adaptado às necessidades de todos os que ali frequentam, vivem e trabalham contribuindo ativamente para uma gestão mais sustentável e resiliente, demonstrando o compromisso da Instituição com um futuro mais verde e inclusivo.

1.6.4. Gestão das Lavandarias

Com a alteração ocorrida em setembro pela transferência da Lavandaria central, provisoriamente, para o Espaço Bússola a operação deste setor viu introduzidas algumas alterações de funcionamento sem nunca ter existido um reflexo dos constrangimentos desta alteração nas respostas sociais.



Continua a ser objetivo para 2026 a manutenção de um diálogo permanente com as respostas sociais por forma a que façam uma correta separação das roupas, não só pelas cores, do tipo de tecido assim como pelo diferente grau de contaminação que possuem. A importância deste objetivo é vital na operabilidade e no processamento de roupa da lavandaria tendo como consequência o adequado tratamento da roupa e garantindo desta forma uma maior durabilidade da mesma, que é o reflexo de uma lavandaria a operar bem, mas acima de tudo reflete-se na redução dos custos de operação da lavandaria.

Como consequência do traçado anteriormente, consegue-se com que exista uma melhor escolha nos programas de lavagem reduzindo assim o número de lavagem em programas onde o gasto de detergente é excessivo, os litros de água e o tempo de lavagem é menor, atingindo-se uma poupança de detergente, água, energia e tempo de funcionamento do equipamento que se traduz também em menos horas trabalhadas e menor custo de manutenção, aumentando o tempo de vida útil dos equipamentos.

Através da introdução de Procedimentos Operativos de Trabalho e da formação em contexto real de trabalho com o treino de novas praticas de funcionamento, proporciona-se aos trabalhadores competências pessoais e profissionais por forma a podemos padronizar os procedimentos com treino e formação específica para que conheçam todas as normas e regras de utilização dos equipamentos, consumíveis e matéria-prima, contribuindo assim para a redução efetiva de custos.

1.6.5. Gestão da Frota

A gestão da frota automóvel mais do que uma simples gestão de frota é o motor que permite à Instituição cumprir a sua missão fundamental de apoio social. A eficiência, segurança e disponibilidade dos veículos impactam diretamente a capacidade de servir a comunidade, desde o transporte de utentes e refeições à assistência domiciliária.

Neste contexto, a gestão da frota dentro da Misericórdia adquire uma dupla responsabilidade:

- Garantir a Missão Social, assegurando que os veículos estão sempre operacionais para não comprometer os serviços essenciais prestados aos Utentes.
- Otimização de recursos garantindo que o investido na manutenção é maximizado para benefício dos utentes, em linha com os princípios de boa gestão e transparência que regem a Misericórdia de Albufeira.

O desenvolvimento da gestão de uma frota automóvel exige uma abordagem pragmática, tendo como objetivo central a disponibilidade e segurança da frota, garantindo que a missão de apoio social não seja comprometida.

A frota automóvel da Misericórdia de Albufeira é caracterizada por:



FROTA DE VIATURAS DA MISERICORDIA DE ALBUFEIRA					
	Skoda Superb , 5 Lugares	1		Renault Master, 9 Lugares	1
	Renault Mígane, 5 Lugares	1		Mercedes Sprinter, 9 Lugares (possibilidade de 2 adaptados)	1
	Dacia Lodgy, 7 Lugares	1		Toyota Hiace, 9 Lugares	2
	Renault Captur , 5 Lugares	1		Toyota Hiace, 3 Lugares	1
	Renault Kangoo, 3 Lugares +1 Adaptado	1		Peugeot 207 SW, 5 Lugares	1
	Renault Kangoo Curta, 5 Lugares	1		Peugeot Partner, 5 Lugares	1
	Renault Kangoo Curta, 3 Lugares	1		Seat Ibiza, 5 Lugares	1
	Renault Kangoo Curta, 2 Lugares	1		Ford Transit 3 Lugares, Longa teto alto	1
	Renault Kangoo Curta 100% elétrica, 2 Lugares	1		Ford Transit 3 Lugares, Longa - Alimentação	1
	Renault Kangoo Longa, 2 Lugares - Alimentação	1		Ford Transit Cabine Dupla, 5 Lugares, com Caixa aberta	1
	Mercedes Citan, 2 Lugares	2		Iveco 37 + 1 Lugares	1
	Renault Trafic, 9 Lugares	2		Fiat	1
Nº Total de Viaturas 27					

MF
CE

A continuação da implementação de um plano preventivo rigoroso que tem a calendarização das manutenções programadas, a implementação da realização de Inspeções diárias / semanais capacitando os condutores para a verificações rápidas de níveis de óleo, pressão dos pneus, limpeza e o reporte imediato de anomalias e por ultimo a implementação do Software de Gestão de frota, a implementar em 2026, que fornece dados de telemetria que podem acionar um alarme sobre estado do veículo em tempo real, são atividades fundamentais para a previsão atempada de falhas e a otimização da disponibilidade da frota.

A segurança e formação dos recursos humanos é mais um dos objetivos estratégicos para 2026, dessa forma estabeleceu-se ministrar formação regular em condução defensiva e eficiente (eco-driving). Condutores bem formados não só evitam acidentes como também reduzem o desgaste dos veículos e o consumo de combustível, diminuindo os custos operacionais. A continuação da implementação dos planos de Higienização e Segurança para as viaturas de transporte de Utentes, refeições, serviço de lavandaria vai de ser alargado a todas as viaturas desta Misericórdia através da responsabilização do utilizador.

Com todos os objetivos traçados e com as metas definidas para serem alcançadas até ao final do ano de 2026, fica mais facilitada a decisão sobre a política de substituição de Frota a ser adotada e definir critérios claros para a substituição de viaturas, considerando a idade, quilometragem e custos de manutenção crescentes, garantindo que a frota é moderna, segura e fiável.

Também aqui foram tomadas medidas de adoção de sustentabilidade com a implementação da transição para frota elétrica aproveitando as candidaturas realizadas por esta Misericórdia no âmbito



[Handwritten signature]

do PRR. Em 2026 vão entrar ao serviço 2 viaturas 100% elétricas, adquiridas através de duas candidaturas ao PRR, sendo a primeira uma carrinha de 9 lugares (PRR-RE-C03-i01-12-000672) com um financiamento de 40 mil euros, e a segunda, uma carrinha ligeira de mercadorias (PRR-RE-C03-i01-14-000524) com financiamento de 25 mil euros, para o apoio domiciliário, estas viaturas vem-se juntar a já existente perfazendo um total de 3 unidades 100% elétricas.

Ainda no âmbito da otimização da frota e sua reestruturação iremos abater uma viatura ligeira a gasolina, por a mesma já apresentar um custo de manutenção superiores ao seu valor comercial, este abate será realizado durante o primeiro trimestre de 2026.

Ao implementar um sistema de gestão robusto, focado na prevenção e na eficiência de custos por quilometro (CPK), a Misericórdia garante a segurança dos seus utentes e trabalhadores, otimiza o uso dos seus recursos financeiros.



Handwritten signature or initials in blue ink.





1.7. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SUPORTE OPERACIONAL - DCSO

O Departamento de Compras e Suporte Operacional integra as áreas compras, logística, gestão de cozinha, higienização de espaços e segurança e saúde no trabalho, funções embora distintas convertem num propósito comum, garantir o bom funcionamento das respostas sociais e o bem-estar dos utentes, trabalhadores e comunidade.

Através de uma gestão rigorosa de recursos, de processos de aquisição estruturados e sustentáveis, e da aplicação consistente de boas práticas de higiene e segurança, pretende-se reforçar a qualidade dos serviços da Misericórdia.

1.7.1 Compras e Logística

O ano de 2026 será dedicado à consolidação de uma gestão de compras e recursos mais eficientes e sustentáveis. O departamento propõe-se a reforçar a comunicação e a proximidade com as respostas sociais, valorizar as competências técnicas e comportamentais da equipa e adotar práticas de compras responsáveis e ambientais conscientes. Paralelamente, pretende-se centralizar e otimizar os processos de aquisição, implementar um sistema de gestão e controlo dos ativos imobilizados e promover parcerias estratégicas com fornecedores.

No âmbito da melhoria contínua dos serviços prestados internamente, será efetuada uma reformulação dos processos de comunicação, acompanhamento e apoio às respostas sociais da misericórdia. Esta iniciativa tem como principal objetivo reforçar a proximidade e a cooperação entre o departamento e as diferentes respostas sociais, garantindo uma atuação mais célere, transparente e orientada para as suas necessidades reais. Serão implementados inquéritos semestrais de satisfação e realizadas reuniões trimestrais com as equipas operacionais das respostas sociais de forma a recolher feedback sobre os serviços prestados pelo departamento. Com esta iniciativa a Misericórdia reforça o seu compromisso com a qualidade do serviço, a valorização das suas respostas sociais e a promoção de uma cultura organizacional centrada nas pessoas, assente na colaboração, confiança e melhoria contínua.

Para reforçar as competências profissionais dos trabalhadores do departamento e promover a motivação dos trabalhadores das áreas de logística e compras, o departamento pretende realizar um programa regular de formações composto por formações de competências técnicas e formações de competências comportamentais, ambas vocacionadas às funções e responsabilidades específicas deste setor. Serão realizadas reuniões mensais de alinhamento e feedback com o objetivo de aproximar as equipas, reconhecer o trabalho realizado e encontrar em conjunto, as melhores soluções para os desafios do dia a dia. Em complemento, serão dinamizadas ações de team building, que visam fortalecer os laços entre colegas e promover a confiança mútua. Pretende-se reforçar a comunicação interna e a clareza na distribuição de tarefas, por isso serão realizadas reuniões curtas e semanais, que permitirão acompanhar de perto as atividades, esclarecer dúvidas e alinhar prioridades. Em paralelo será efetuada uma planificação de tarefas de acordo com a realidade operacional, assegurando uma gestão mais justa e eficiente dos recursos e responsabilidades.



Prevê-se a implementação de um conjunto de medidas que reforcem o compromisso da Instituição com a sustentabilidade ambiental, nomeadamente através da adoção progressiva de produtos com certificações reconhecidas, como o Ecolabel. A substituição gradual de produtos não certificados por alternativas sustentáveis, abrangendo áreas como higiene, limpeza, papelaria e descartáveis, representa um passo importante na integração de critérios ecológicos nas decisões de compra. Paralelamente, a criação e implementação de políticas internas de compras sustentáveis permitirão institucionalizar estes princípios, garantindo que a seleção de novos fornecedores tenha em consideração a sua conformidade com certificações ambientais e o compromisso com a sustentabilidade. Com uma meta de alcançar 40% de produtos certificados até 2026, a misericórdia demonstra uma orientação clara para a responsabilidade ambiental e a eficiência de recursos.

No decorrer do ano de 2026, prevê-se a continuidade da implementação de medidas estratégicas que visam a racionalização e otimização dos recursos da misericórdia, com especial foco na gestão dos gastos e na administração dos stocks mensais. O controlo rigoroso neste âmbito será mantido sobretudo através da implementação de ferramentas de monitorização contínua de controlo de gastos permite otimizar a sustentabilidade financeira.

No que diz respeito à organização interna da Instituição no âmbito de processos de compras, será continuado o processo de centralização das compras. Assim, pretende-se avançar de forma gradual na integração das várias aquisições feitas pelos diferentes departamentos no departamento de compras. Este esforço de centralização terá um impacto positivo na capacidade de negociação com fornecedores, mas sobretudo na monitorização do controlo de gastos e otimização de custos humanos.

Outro eixo de intervenção previsto para o ano de 2026 incide sobre a reestruturação e diversificação do portfólio de fornecedores. Neste âmbito, será promovida a identificação e integração de novos fornecedores, permitindo assim diversificar as fontes de abastecimento e reduzir dependências de parceiros únicos. Paralelamente, será conduzido um processo de revisão e renegociação dos contratos atualmente em vigor, com o intuito de alcançar melhorias nas condições comerciais praticadas. A realização destas medidas possibilitará a concretização da meta para 2026 de redução de 5% dos custos totais de aquisição da Instituição face ao ano de 2025.

Prevê-se o desenvolvimento da inventariação dos ativos imobilizados da Instituição e consequente integração informacional no sistema de gestão utilizado, cumprindo os seguintes requisitos de identificação a alocação por resposta social, tipo de ativo (equipamentos, mobiliário, veículos, edifícios, entre outros) e estado de conservação e valorização. Foi identificada como meta para 2026, e tendo em consideração a dimensão da misericórdia, a inventariação dos ativos imobilizados de pelo menos 30% das respostas sociais. Esta iniciativa tem como objetivo garantir uma gestão mais rigorosa e transparente dos ativos imobilizados, promovendo a responsabilização das áreas utilizadoras e o controlo eficaz do ciclo de vida dos bens, desde a aquisição até à sua substituição ou abate. Ao proporcionar uma visão integrada e detalhada, este sistema contribuirá para a otimização da gestão dos ativos imobilizados, permitindo um planeamento orçamental mais preciso, a redução de desperdícios e a tomada de decisões baseadas em dados reais.

Prevê-se o desenvolvimento de ações de colaboração e parceria com fornecedores, atuais e potenciais, orientadas para a criação de valor social e o reforço do compromisso comunitário da Instituição. Estas iniciativas visam negociar pacotes de benefícios diretos para os utentes e trabalhadores e de certa forma

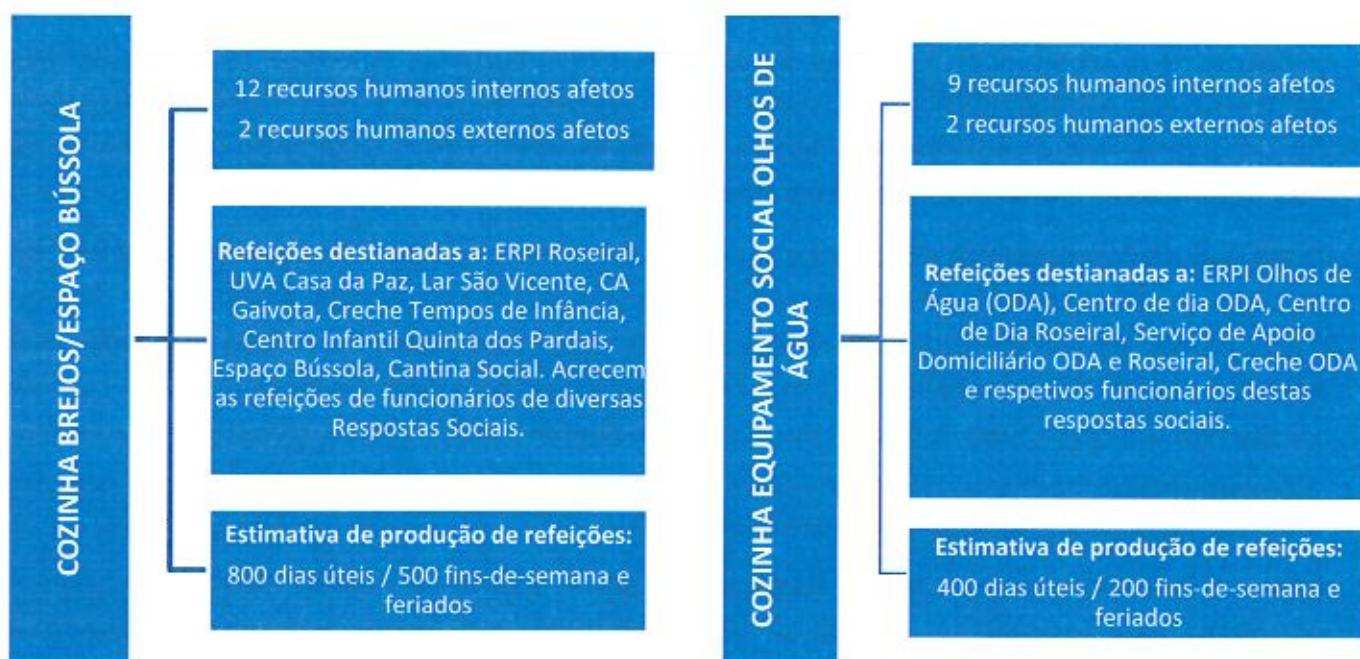


poderão ser alargados aos restantes membros do agregado familiar, todos estes membros da comunidade local. Os benefícios poderão ser obtidos através de várias formas, nomeadamente: doações, descontos em produtos e serviços ou outros apoios materiais que contribuam para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. A meta definida para 2026 foi de alcançar pelo menos três benefícios ou iniciativas.

1.7.2. Alimentação e gestão das cozinhas

Dado o grande crescimento da Misericórdia de Albufeira, o ano de 2026 irá trazer consigo grandes desafios no âmbito da gestão operacional das duas cozinhas da Instituição. O resultado do trabalho diário deste sector chega diariamente a praticamente todas as Respostas Sociais da Instituição, sendo por isso necessária muita organização e cuidado na gestão do mesmo.

Para 2026, pretende-se a seguinte organização do serviço de confeção de refeições:



A gestão destes espaços é confrontada com o duplo desafio de garantir a eficácia de produção nas cozinhas, assegurando refeições de qualidade, seguras e dentro de orçamentos limitados, simultaneamente promovendo a sustentabilidade das operações, numa perspetiva ecológica, financeira e social.

A otimização dos recursos disponíveis exige uma planificação rigorosa dos menus, que tenha em conta as necessidades nutricionais dos utentes e, simultaneamente, contribua para a redução do desperdício alimentar. A eficácia do setor da cozinha mede-se não só pela rapidez do serviço, mas também pela capacidade de servir refeições de qualidade constante. A formação dos trabalhadores em boas práticas de higiene e segurança alimentar aliada à manutenção preventiva dos equipamentos, são cruciais para assegurar um fluxo de trabalho contínuo e seguro, fundamental para as respostas sociais.



Paralelamente, a sustentabilidade na operação das duas cozinhas ganha um significado mais abrangente, refletindo o compromisso institucional com a eficiência e a responsabilidade ambiental. Este compromisso visa adotar medidas que promovam a eficiência energética, nomeadamente através da utilização de equipamentos de classe A e de sistemas de iluminação LED. A sustentabilidade ambiental reflete-se na origem dos alimentos, privilegiando-se, sempre que possível, as doações de excedentes alimentares e parcerias com produtores locais.

A segurança alimentar constitui outro pilar essencial do setor da cozinha, centrando-se na atualização dos planos HACCP em todas as respostas sociais, a padronização dos registos de higiene e a verificação do cumprimento dos planos de higiene estabelecidos. Serão realizadas auditorias internas com o objetivo de identificar possíveis não conformidades e corrigi-las de imediato.

A implementação de reuniões semanais, com o foco no alinhamento das prioridades, acompanhamento das tarefas e identificação de possíveis obstáculos. As tarefas serão planificadas de acordo com a realidade operacional.

A realização de ações de formação, focadas na confeção e preparação de alimentos, são um objetivo essencial para 2026. Serão organizadas atividades semestrais que reunirá todos os trabalhadores da confeção, serviço de refeitório, copa e do empratamento, tendo como objetivo fortalecer a integração dos setores, incentivando a colaboração e promovendo momentos de socialização entre membros da equipa.

Em suma, a estratégia para 2026 visa garantir a gestão de toda esta operação com o máximo rigor, traçando para isso objetivos estratégicos que pretendem alcançar a máxima eficiência de produção em ambas as cozinhas, mantendo o compromisso com a sustentabilidade financeira da Instituição.

1.7.3. Higienização de Espaços

A higienização de espaços é um componente fundamental para garantir ambientes seguros, limpos e controlados essenciais para o bem-estar dos trabalhadores, utentes e visitantes, mas também assegura a conformidade com as normas legais vigentes.

Para assegurar a qualidade e a eficácia dos processos de higienização, serão desenvolvidas várias ações.

Para garantir a eficácia na higienização, será realizada uma verificação periódica e do uso dos produtos de higiene, garantindo o cumprimento das normas de segurança.

A implementação dos planos de higienização será monitorada regularmente, mediante o acompanhamento regular da implementação dos planos definidos, assegurando que todas as áreas são higienizadas conforme os cronogramas e procedimentos estabelecidos.

Promover a formação contínua dos trabalhadores nas práticas de higienização, com a realização de ações de formação e sensibilização sobre o uso correto dos produtos e a importância das boas práticas de limpeza.



Serão implementadas medidas para reduzir o desperdício de materiais de limpeza, promovendo o uso eficiente dos recursos e diminuindo o impacto ambiental das atividades de higienização.

Para reforçar hábitos de higiene consistentes, serão realizadas campanhas de sensibilização sobre boas práticas.

Estas atividades visam fortalecer a melhoria contínua na higienização e limpeza, melhorar os processos e assegurar um ambiente mais seguro e em conformidade com os padrões exigidos pela Instituição.

1.7.4. Segurança e Saúde no Trabalho

A segurança e a saúde no trabalho são pilares fundamentais para o bom funcionamento institucional. Garantir que os trabalhadores exerçam suas atividades em ambientes seguros, saudáveis e bem estruturados não é apenas uma obrigação legal, mas também uma demonstração de respeito e valorização do capital humano. Os trabalhadores que se sentem protegidos e cuidados tendem a apresentar maior motivação, envolvimento e satisfação com o trabalho e isto reflete-se diretamente na qualidade dos serviços prestados, na redução da rotatividade e no fortalecimento da cultura organizacional.

A área de segurança e saúde no trabalho na Misericórdia, terá várias estratégias de atuação.

No âmbito da promoção e saúde do trabalho, a aposta será na formação, estando previstas em plano ações voltadas em todas as respostas sociais da Instituição. Mensalmente serão desenvolvidas ações de formação e sensibilização no âmbito de Segurança e saúde no Trabalho (SST), com objetivo de garantir a atualização contínua dos trabalhadores quanto às melhores práticas de segurança. Além disso, serão desenvolvidas intervenções de sensibilização com divulgação de informação em cartazes mensais, visando a conscientização de prevenção dos riscos para todos os trabalhadores.

Para que seja garantido que todos os trabalhadores dispõem dos dispositivos de segurança adequados, permitindo o exercício mais seguro das suas funções e por consequência a redução de riscos de acidentes de trabalho, será assegurado o acompanhamento contínuo das necessidades de Equipamentos de proteção individual (EPI) em toda a Instituição.

O cumprimento legal na área de Segurança e Saúde no Trabalho, exige um acompanhamento permanente, adaptado a cada área de intervenção e efetivo existente em cada espaço físico.

Para que a uniformização e cumprimento legal ao nível de documentação esteja garantido, toda a documentação técnica de segurança e saúde será revista semestralmente, de forma a assegurar a conformidade com a legislação vigente.

Os equipamentos de segurança, também específicos por área de intervenção, obrigam à garantia de realização de manutenções periódicas aos equipamentos de segurança. Para cada edifício e área de intervenção é definido um Plano de Manutenção, o qual será verificado e cumprido de acordo com os prazos definidos.

No que se refere à Segurança Contra Incêndios, o plano de intervenção definido para 2026, terá em conta as características estruturais de cada edifício, o plano de reestruturação identificado para toda



Misericórdia e o específico para cada área de intervenção. Toda a adaptação prevista e novos projetos a serem executados visam o cumprimento legal desta área.

Nos edifícios onde as Medidas de Autoproteção (MAPS) encontram-se atualizadas, será realizada uma revisão anual, acompanhada da execução de um simulacro por ano. Nos edifícios em que as MAPS ainda estão em fase de desenvolvimento, juntamente com os respetivos projetos de segurança, serão realizados dois simulacros anuais. As equipas de segurança e as ações de formação associadas serão revistas e atualizadas semestralmente.

A área de Segurança e Saúde no Trabalho realizará anualmente auditorias externas a todas as Respostas Sociais, sendo identificadas todas as não conformidades e medidas corretivas associadas. As auditorias externas são realizadas no último trimestre do ano e as medidas corretivas serão apresentadas de acordo com a priorização de intervenção identificada. De referir que ao nível das necessidades de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e/ ou Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), as mesmas serão articuladas diretamente com o departamento compras e sempre tendo em conta as necessidades detetadas.

De forma a complementar o detetado em auditorias externas, serão realizadas auditorias internas semestrais em todos os edifícios da Instituição, com o objetivo de avaliar o cumprimento da legislação e identificar oportunidades de melhoria. Os planos de melhoria para cada edifício para a regularização de não conformidades serão delineados através do resultado das auditorias internas e externas.

Anualmente, serão promovidas consultas periódicas aos trabalhadores, de modo a recolher informação relacionadas com as condições de segurança e saúde no trabalho.

Promovendo uma comunicação eficaz e eficiente entre as diferentes Respostas Sociais e a área de Segurança e Saúde no Trabalho, através de um meio de comunicação único e passível de evidência de registos, será dada resposta a todos os pedidos de colaboração, pareceres técnicos e solicitações de apoio rececionados.



Handwritten signature or initials in purple ink.





1.8. DEPARTAMENTO DA SAÚDE E BEM ESTAR - DSBE

1.8.1. Serviços da Saúde

Para o ano de 2026, na área da saúde é nossa intenção continuar a apostar na excelência assistencial, dando ênfase à sustentabilidade e à inovação na prestação de cuidados médicos e de enfermagem nas diferentes valências da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. Neste contexto, com a nossa afetação ao departamento de saúde e bem-estar (DSBE) para toda a Instituição, assume especial importância a determinação dos serviços que a legislação contempla, para cada valência, por forma a dar resposta às necessidades dos utentes, que não fazem parte dos acordos de cooperação, através da prestação de serviços extras.

Assim para além do pacote básico assistencial médico e de enfermagem, esses serviços extra serão discriminados, numa tabela de preços alinhada com os custos reais e com as referências do setor, promovendo, desta forma, transparência e sustentabilidade. A comunicação clara destes preços aos utentes e familiares será uma prioridade, reforçando a confiança institucional e garantindo que todos compreendem os serviços disponíveis e os custos associados.

O recurso à inovação, através da aposta nas novas tecnologias possibilitará o reforço da qualidade, segurança e eficiência dos cuidados prestados, através da digitalização dos registos clínicos e operacionais. Esta transformação permitirá uma gestão mais integrada da informação, maior rapidez na tomada de decisão e melhor articulação entre departamentos, nomeadamente com o DCL, contribuindo para a redução de custos.

A estratégia para 2026 contempla ainda o estabelecimento de protocolos com unidades externas, como radiologia e transporte médico não urgente, assegurando acessibilidade e continuidade dos cuidados.

Esta estratégia visa consolidar uma cultura de qualidade, proximidade e responsabilidade, garantindo que os cuidados de enfermagem evoluem em sintonia com as necessidades dos utentes e os desafios do setor social

1.8.2. Serviços de Reabilitação Física e Funcional

A Reabilitação Física e Funcional constitui uma das áreas de cuidado em saúde disponibilizadas pela Instituição, estando presente em diversas respostas sociais, nomeadamente na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, no Centro de Dia, na Estrutura Residencial para Pessoas com Deficiência.

Esta área mantém-se como uma aposta estratégica da Instituição, sustentada por uma equipa multidisciplinar composta atualmente por profissionais de Fisioterapia e Psicomotricidade.



Através destas intervenções terapêuticas, pretende-se promover o bem-estar global dos utentes, maximizar as suas potencialidades e otimizar a funcionalidade, sempre com respeito pelas suas necessidades individuais e preferências pessoais.

1.8.3. Serviços de Psicologia

Todo o ser humano, deveria poder beneficiar de cuidados psicológicos e emocionais, em prol da sua Saúde Mental, neste sentido a psicologia traduz-se num campo transversal a todas as áreas de intervenção de uma Instituição. Por esta razão, é importante que o apoio psicológico deva abranger tanto os utentes que acolhe e os seus familiares, como os trabalhadores, os que acolhem.

Reconhecendo essa importância, sem descuidar a sustentabilidade como um dos pilares de qualquer Instituição, a estratégia, a adotar para 2026 na área da psicologia, agora integrada no departamento da saúde e bem-estar é apresentar os serviços de psicologia, como uma mais-valia, que, nos seus serviços, a Instituição tem para oferecer, fazendo parte de um serviço extra. De realçar que esta implementação inovadora contempla as respostas sociais, onde esse serviço não seja abrangido pelo acordo de Cooperação.

Esta estratégia pretende ser um reconhecimento do próprio serviço de psicologia como um bem essencial na promoção do bem-estar dos seus clientes, mantendo a distinção e a qualidade, como outro pilar nos serviços que desenvolve na comunidade.

Para o ano de 2026, a intervenção psicológica proposta em plano passa, principalmente por um apoio individualizado, mas também em grupo. De acordo com a avaliação, o diagnóstico e a sintomatologia, propõem-se atividades que vão ao encontro das necessidades, e que promovam o bem-estar psicológico e emocional, bem como uma melhor qualidade de vida dos clientes interessados.

Assim, e acompanhando os tempos de mudança que a sociedade nos devolve, pretende-se que 2026 seja um ano de consolidação de bem-estar e esperança dentro da Instituição.

1.8.4. Serviço de Nutrição

A avaliação do estado nutricional é fundamental para o estabelecimento do diagnóstico nutricional, pois permite identificar precocemente situações de risco e definir estratégias adequadas de intervenção e acompanhamento.

Através da análise clínica e funcional, da ingestão alimentar, dos dados antropométricos e dos parâmetros bioquímicos, é possível obter um diagnóstico nutricional completo. Este diagnóstico constitui a base para a definição de estratégias alimentares ajustadas às necessidades específicas de cada utente e/ou grupo populacional.

A monitorização do estado nutricional é igualmente determinante, uma vez que permite avaliar o progresso alcançado, verificar a eficácia das estratégias implementadas e introduzir os ajustes necessários à melhoria contínua do estado de saúde.



Para além do seu papel na deteção, a avaliação do estado nutricional desempenha uma função essencial na prevenção da doença, contribuindo para a identificação precoce de alterações que possam comprometer o bem-estar.

Paralelamente, as ações de educação alimentar e nutricional assumem um papel estratégico na promoção de estilos de vida saudáveis. Estas iniciativas visam sensibilizar e capacitar utentes, profissionais da Instituição e cuidadores para a adoção de bons hábitos alimentares. As formações e atividades educativas desenvolvidas neste âmbito promovem o aumento da literacia alimentar e nutricional, fomentando uma cultura de saúde, prevenção e autonomia.

Deste modo, a avaliação e a educação nutricional complementam-se, constituindo pilares fundamentais na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida de cada utente.



Handwritten initials and a signature in blue ink.





PARTE II

ATIVIDADE OPERACIONAL

O plano de atividades para a área operacional assume-se como um documento estratégico que visa orientar as ações de cada resposta social, tendo em vista a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades apoiadas pelas estruturas de intervenção social da Misericórdia de Albufeira. Este plano é elaborado num contexto sociopolítico complexo, marcado por desafios e oportunidades que influenciam diretamente a intervenção social.

Nos últimos anos, Portugal tem enfrentado uma série de transformações demográficas, económicas e sociais que impactam diretamente os serviços sociais. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população portuguesa está a envelhecer rapidamente. Em 2023, a percentagem de pessoas com 65 anos ou mais representava 23,4% da população total, um aumento significativo em comparação com 2000, quando esta faixa etária representava apenas 16,1% da população. Esta tendência de envelhecimento populacional impõe novos desafios ao sistema de saúde e de apoio social, exigindo uma resposta robusta e adaptada às necessidades específicas dos idosos.

Além do envelhecimento populacional, a pobreza e a exclusão social continuam a ser problemas persistentes em Portugal. Segundo o INE, em 2022, cerca de 16,4% da população portuguesa estava em risco de pobreza, um indicador que sublinha a importância de intervenções sociais eficazes e direcionadas. A crise económica provocada pela pandemia de COVID-19 exacerbou estas dificuldades, levando ao aumento das desigualdades sociais e económicas. A taxa de desemprego, apesar de ter registado uma diminuição gradual, ainda afeta significativamente jovens e adultos em idade ativa, contribuindo para a instabilidade económica de muitas famílias.

O contexto político em Portugal também tem sido marcado por esforços contínuos de reforma e inovação no setor social. O governo tem implementado políticas de inclusão social e de combate à pobreza, assim como programas de apoio ao envelhecimento ativo e saudável. Estes esforços são complementados por iniciativas a nível local e regional, nas quais instituições como a Misericórdia de Albufeira desempenham um papel crucial.

4
14
25





2.1. ENVELHECIMENTO

Sendo o Algarve a região do país que mais tem crescido em população, com a população residente a crescer 18,3%, enquanto, no mesmo período, a população portuguesa decresceu 0,1%. Este valor ficou a dever-se ao saldo migratório (+81 769 pessoas), enquanto o saldo natural regrediu (- 9 512 indivíduos).

As evoluções em sentido inverso das componentes do crescimento populacional fizeram com que a pirâmide etária da região se alterasse profundamente, reduzindo a base e alargando o topo. A população acima dos 65 anos cresceu 50,7%, enquanto a população dos 15 aos 39 anos decresceu 10,5%.

Um aspeto distintivo da demografia regional é a importância da população estrangeira no total dos residentes. No Algarve representam 22,5% do total de residentes, enquanto no resto do país esse peso é de 6,8%. Este fenómeno imigratório inclui duas componentes contrastantes: por um lado, um grupo de imigrantes mais velhos, de rendimentos elevados, oriundos do Reino Unido, França, Itália e outros países da Europa desenvolvida e correspondem, essencialmente, a reformados que vem beneficiar da qualidade de vida na região, e, por outro lado, um grupo, constituído por uma imigração mais jovem, de baixos rendimentos e proveniente do Brasil, da Europa de leste, de África e da Ásia, que vêm para a região, essencialmente, em busca de trabalho.

Esta realidade demográfica provoca constrangimentos na ação diária da Misericórdia de Albufeira, principalmente com a necessidade de mão de obra, mas também se traduz em desafios para a estratégia futura com particular enfoque na área de atuação do envelhecimento e da infância.

A esperança média de vida tem vindo a aumentar e a população portuguesa está entre as que vivem mais tempo na Europa. No entanto, também está entre as que, a partir dos 65 anos, vivem com menos saúde. Deste modo, a institucionalização é um recurso cada vez mais procurado pelas famílias, que não conseguem assegurar os cuidados adequados ao idoso em contexto familiar, seja por uma questão de saúde do mesmo, seja pela perda de capacidades associada ao processo natural de envelhecimento.

Com profundo conhecimento dos dados demográficos, do perfil do idoso residente em Albufeira e das necessidades da comunidade, a Câmara Municipal de Albufeira tem realizado projetos para construção de novos equipamentos sociais com o propósito de cedência para a exploração às Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividade no concelho.

Em 2024 a Misericórdia de Albufeira, viu a sua atividade crescer com o início da atividade do Equipamento social, Olhos de Água, destinado a desenvolver quatro respostas sociais: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Creche. A entrega formal do edifício e assinatura do protocolo de cedência para a Exploração realizou-se a 20 de agosto de 2023, no dia do Município de Albufeira. Este gesto, do qual somos muito gratos e muito nos honra, traduz-se num gesto de confiança na Irmandade da Misericórdia, nos Órgãos de Gestão e nos seus trabalhadores para a gestão de enorme desafio.

A confiança na gestão e ação da Misericórdia de Albufeira foi também manifesta pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, Instituto da Segurança Social, através do Centro Distrital de Segurança Social de Faro com a assinatura dos Acordos de Cooperação para o CD, SAD e creche no dia 01 de setembro de 2023 com a presença da senhora ministra Ana Mendes Godinho. Este acordo veio permitir



o início da atividade nestas respostas sociais, e posteriormente a assinatura do Acordo de Cooperação para o funcionamento da ERPI, o qual iniciou atividade em janeiro de 2024.

A Misericórdia de Albufeira viu assim a sua intervenção junto da população sénior duplicar em 2024, o início de toda a atividade para a exploração do novo equipamento foi extremamente exigente na planificação das atividades, do recrutamento e formação de uma equipa. Assim como a adaptação às características e exigências do novo edifício.

Em 2025 concluímos a obra de requalificação do antigo lar, Joaquim Manuel de Mendonça Gouveia, que possibilitou o acolhimento de 28 utentes da ERPI Roseiral, assim como terminamos a requalificação da antiga casa de acolhimento Pirilampos, que acolheu 12 utentes da ERPI Roseiral. Conseguindo, no último trimestre de 2025, darmos início à tão esperada empreitada de requalificação e ampliação do equipamento Roseiral.

Mas o maior desafio está para 2026, concluir a obra de reabilitação e ampliação do edifício Roseiral com a ERPI destinada a pessoas com maior dependência e demências, equipar o edifício, transferir os 40 utentes e admitir 38 novos utentes até ao final do mês de dezembro. Libertando assim 28 camas para novos utentes nos apartamentos assistidos para população sénior, assim como a conclusão da obra da Habitação Colaborativa Rainha D. Leonor, para mais 28 utentes, assim como conseguir licenciar o edifício cedido em regime de comodato pela Paróquia de Albufeira, no qual já realizamos as obras de acordo com o parecer da Segurança Social, para a transferência do CD Roseiral.

Tabela 1 - Evolução expectável das Respostas Sociais na área do envelhecimento

RESPOSTAS SOCIAIS	2024		2025		NOTAS	2026		2027	
	Capacidade e instalada	capacidade em acordo com ISS	Capacidade Instalada	capacidade em acordo com ISS		Capacidade Instalada	capacidade em acordo com ISS	Capacidade a Instalar	capacidade em acordo com ISS
ERPI Roseiral	60	60	12	12	1	12	12	78	62
			28	28	1	28	28		
ERPI Olhos de Água	57	45	57	45		57	45	57	45
CD Roseiral	45	30	45	30	2	40	30	40	30
CD Olhos de Água	33	26	33	26		33	26	33	26
SAD Roseiral	40	36	40	36		40	36	40	36
SAD Olhos de Água	40	32	40	32		40	32	40	32
Habitação Colaborativa	-	-	Em construção	Em construção	3	Em Construção	Em Construção	28	28
Habitação Sénior	-	-	-	-	4	-	-	28	-
Total	275	229	255	209	5	250	209	344	259

Importa explicar as notas assinaladas na tabela anterior, para que se entenda a evolução das vagas criadas com a entrega do equipamento Olhos de Água à Misericórdia de Albufeira para explorar, e a redução do número de pessoas na ERPI o Roseiral.

1. A execução da candidatura PRR-RE-CO3- i01-02-000979, com o início da empreitada em setembro de 2025 e término previsto para junho de 2026, da obra de requalificação e ampliação da ERPI o Roseiral, requalificando as



instalações existentes para 78 utentes no futuro. O período de 2024 a 2027 conduziu a uma redução de 20 utentes para se conseguir concretizar a obra;

2. Redução da capacidade do Centro de Dia Roseiral para conseguir cumprir com as regras da portaria na execução do programa de reabilitação do espaço cedido em regime de comodato pela Paróquia, para o funcionamento do Centro de Dia;
3. Vimos aprovada candidatura no âmbito do PRR para construção de resposta inovadora de Habitação colaborativa para 28 pessoas idosas, demos início à empreitada em agosto de 2025, e que se prevê concluída até junho de 2026.
4. Licenciamento para 8 apartamentos para habitação Sénior, no pavilhão anexo à Provedoria, para 28 utentes em vagas privadas.
5. Quando terminarem as empreitadas, teremos um aumento de 20% na capacidade instalada para a resposta na área do envelhecimento, com um aumento de 49% de camas disponíveis em estruturas residenciais. Um aumento muito significativo na quantidade e na qualidade, pois trata-se de respostas diversificadas e inovadoras para dar respostas às necessidades individuais da população idosa.

Este cenário marca a viragem na Misericórdia de Albufeira para a sua sustentabilidade, com um aumento muito significativo do número de camas. Do total das 191 novas camas, 58 das quais serão privadas, em espaços inovadores com soluções de prestação de serviços inovadoras, que respeitarão a individualidade das pessoas e os seus interesses.

Iremos oferecer serviços à medida das necessidades de cada pessoa, para a promoção de um envelhecimento ativo e em comunidade. Assim com estamos a preparar uma carteira de serviços com cuidados de saúde e bem-estar, adequados ao processo de envelhecimento com comorbilidades ou em processos de altas hospitalares com necessidade de reabilitação, para cuidados paliativos humanizados e respostas na demência. Queremos construir soluções ajustáveis às necessidades individuais para as pessoas nas respostas residenciais, assim como, no apoio domiciliário.

Mas mais do que as condições físicas de todos os equipamentos existentes direcionados à intervenção com os idosos, o mais relevante é a aposta na qualificação dos recursos humanos, reorganização das equipas, reforço da pluridisciplinaridade na constituição das equipas aliado com uma mudança de paradigma na intervenção.

A Misericórdia de Albufeira está muito alinhada com as diretrizes europeias vertidas no livro verde para o envelhecimento, e apostamos em cuidados humanizados e prevenção na saúde para promover uma longevidade com qualidade de vida.

Serão mais dois anos de grande risco e muito trabalho, mas acreditamos que a comunidade, os parceiros e principalmente a Irmandade e os trabalhadores tudo irão fazer para ajudar a concretizar estes projetos.





2.1.1. Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Olhos de Água

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) está inserida no Equipamento Social Olhos de Água, que contempla ERPI, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Creche. É uma resposta social na área do envelhecimento e um equipamento coletivo de alojamento permanente ou temporário, destinado a pessoas com mais de 65 anos.

Tem capacidade para 57 utentes, sendo 45 comparticipados pelo Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

O Plano de Atividades da ERPI para o ano de 2026 foi desenvolvido de forma a garantir uma resposta social de excelência, alinhada com os valores da Instituição e as necessidades reais dos nossos utentes, das suas famílias e da comunidade. Este plano estrutura-se em torno dos objetivos estratégicos definidos, orientando a ação para a promoção do bem-estar, da autonomia e da participação ativa dos idosos, assim como para a sustentabilidade organizacional e o fortalecimento das relações humanas e comunidade.

A atuação da ERPI em 2026 assenta em cinco eixos estratégicos fundamentais:

Consolidar práticas que promovam a autonomia, o bem-estar e o envolvimento ativo dos utentes, em alinhamento com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, assegurando uma abordagem centrada na pessoa. Para tal, serão privilegiadas ações iniciativas sociais que fomentem a interação, a inclusão e um envelhecimento ativo e significativo.

Expandir e consolidar as iniciativas intergeracionais, valorizando a partilha de saberes e experiências entre gerações, reforçando laços com a creche e as escolas da freguesia, envolvendo os utentes em projetos educativos e comunitários significativos, reforça o compromisso para com o ODS 17 – Parcerias para os Objetivos.

Fomentar a coesão da equipa e a comunicação eficaz, garantindo um ambiente de trabalho motivador e eficiente. Em alinhamento com a ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, constitui um pilar essencial para assegurar um ambiente de trabalho harmonioso, motivador e orientado para a excelência. O fortalecimento das relações entre os diferentes profissionais, a partilha contínua de informação e a valorização das competências individuais contribuem de forma significativa para uma dinâmica organizacional mais sólida, eficiente e colaborativa.

Através de práticas estruturadas de comunicação interna, integração adequada de novos trabalhadores, ações de formação e momentos de reflexão conjunta, pretende-se promover uma cultura de confiança, respeito e entreajuda. Esta abordagem assegura que todos os elementos da equipa se sintam parte ativa do processo de melhoria contínua, potenciando o alinhamento com os objetivos institucionais, a qualidade dos cuidados prestados e o bem-estar de trabalhadores e utentes.

Garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental. Em alinhamento com a ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis e ODS 16 – Instituições Eficazes, propomo-nos, através de um conjunto de ações estratégicas orientadas para garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental da ERPI,



reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a eficiência na gestão de recursos e a continuidade da resposta social.

Através da implementação de medidas estruturadas nas áreas de gestão financeira, operacional e ambiental, pretende-se assegurar uma utilização responsável dos recursos, a adoção de práticas sustentáveis e o cumprimento rigoroso dos processos administrativos associados à faturação, ocupação e monitorização dos consumos.

Paralelamente, o plano contempla iniciativas que promovem o uso eficiente das infraestruturas e equipamentos, a melhoria contínua dos processos de higienização e manutenção, e o acompanhamento rigoroso de indicadores essenciais à sustentabilidade da resposta social. O reforço da receita institucional e a adoção de mecanismos de controlo financeiro, aliados ao incentivo à contratação de serviços complementares, contribuem para o fortalecimento económico e para a oferta de serviços cada vez mais ajustados às necessidades dos utentes e das suas famílias.

Este documento, constitui uma ferramenta de gestão e monitorização que assegura a execução eficaz das metas definidas para 2026, promovendo uma resposta social sustentável, transparente, com práticas alinhadas às exigências legais e centrada na qualidade e continuidade do apoio prestado aos residentes.

Promover a integração ativa da resposta social na comunidade através de projetos colaborativos e sustentáveis que reforcem as parcerias locais, valorizem a responsabilidade social e contribuam para a continuidade das atividades da Instituição. Potenciando uma dinâmica de proximidade, colaboração e responsabilidade social. Reconhecendo o papel fundamental das relações da comunidade no bem-estar e inclusão dos utentes, este eixo estratégico aposta na criação de oportunidades de participação social, convívio intergeracional e envolvimento em iniciativas locais que valorizem as capacidades individuais e promovam o sentimento de pertença.

Através do desenvolvimento de parcerias estruturadas com entidades da comunidade, como, escolas, juntas de freguesia e organizações locais, pretende-se dinamizar atividades conjuntas que ampliem o impacto social da Instituição e contribuam para o fortalecimento dos laços comunitários. Estas iniciativas permitem não só o enriquecimento da experiência dos utentes, como também a valorização da memória, do saber e da participação ativa dos mesmos no meio onde estão inseridos.

A concretização destes eixos traduz-se em ações orientadas para o desenvolvimento integral dos utentes, o fortalecimento das relações com as famílias, comunidade e a construção de uma cultura organizacional sólida, ética e participativa. Este plano reflete uma visão de cuidado que valoriza a dignidade, a inclusão, o envelhecimento ativo e a responsabilidade social, assegurando que cada intervenção contribui para um ambiente mais acolhedor, seguro e estimulante.

Desta forma, a ERPI reafirma o seu compromisso com a melhoria constante da qualidade de vida dos utentes e com a promoção de uma resposta social sustentável, humana e inovadora, orientada para desafios presentes e futuros.



4



MF
[Signature]





Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Roseiral

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Roseiral tem como missão oferecer uma resposta permanente à população idosa, focando-se na promoção da qualidade de vida, saúde e bem-estar como pilares centrais da sua intervenção.

Como consequência do início das obras de requalificação do edifício que, desde 2008, acolhe esta resposta social, a ERPI passou a funcionar em dois estabelecimentos distintos, devidamente reestruturados para o efeito.

A ERPI Roseiral I, funciona junto ao edifício-sede da Instituição e tem capacidade para acolher 28 utentes, com a totalidade das vagas abrangidas pelo Acordo de Cooperação estabelecido com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS). A população residente caracteriza-se por um elevado grau de dependência, tanto cognitiva como motora e a apresenta uma média de idades de 82 anos.

A ERPI Roseiral II, funciona na antiga Casa de Acolhimento “Os Pirlampos”, na Branqueira, com capacidade para acolher 12 utentes, com a totalidade das vagas abrangidas pelo Acordo de Cooperação estabelecido com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS). A população residente caracteriza-se por um maior grau de autonomia, sobretudo a nível motor, e apresenta uma média de idades de 76 anos.

O envelhecimento constitui uma questão complexa que exige uma abordagem integrada e multidimensional. Apesar de representar desafios significativos, é também uma oportunidade para inovar, desenvolver práticas mais eficientes e promover um envelhecimento ativo, saudável e digno, que contribua para uma melhoria contínua da qualidade de vida da pessoa e para uma sociedade mais solidária e sustentável.

Com este enquadramento, foram delineados objetivos estratégicos que visam orientar a intervenção da ERPI Roseiral para o ano de 2026:

Promoção do bem-estar, da satisfação e da participação ativa dos utentes e famílias. A ERPI Roseiral continuará a assegurar cuidados humanizados e de qualidade, centrados na pessoa e na corresponsabilização do utente e da família, nomeadamente através da elaboração participada do Plano Individual de Cuidados, da promoção da comunicação regular e transparente e da dinamização de atividades diárias diversificadas e ajustadas às necessidades individuais dos utentes. A prestação de cuidados de saúde centrados no conforto e bem-estar dos utentes com grau elevado de dependência traduz-se numa prioridade, complementada por práticas de avaliação da satisfação de utentes e famílias, fundamentais para garantir a melhoria contínua dos serviços prestados.

Fomentar as relações entre os jovens e os idosos. A implementação do programa, **Gerações com Laços**, entre os idosos da ERPI Roseiral e os jovens da casa de acolhimento Gaivota, visa promover o contacto regular e significativo entre gerações, reforçando o desenvolvimento de competências afetivas e de solidariedade social, tanto nos jovens como nos idosos, num ambiente de partilha, empatia e solidariedade.

Valorização e desenvolvimento da equipa de trabalho. Uma equipa coesa, qualificada e motivada é essencial para assegurar a estabilidade, a satisfação e o desempenho de qualidade nos cuidados aos utentes. Assim, serão reforçadas práticas que visam promover ações de formação contínua, a melhoria



da comunicação interna e a implementação de um Manual de Acolhimento e Integração, destinado a facilitar o processo de integração de novos trabalhadores e a uniformizar práticas.

Reforço da sustentabilidade financeira, ambiental e social. A sustentabilidade constitui um dos grandes eixos estratégicos para 2026. Serão implementadas medidas que visam otimizar as receitas e controlar as despesas, assegurar o cumprimento rigoroso dos procedimentos de gestão de faturação e de consumos e monitorizar a execução orçamental de forma sistemática. Paralelamente, reforçar-se-á a consciencialização ambiental através da promoção de boas práticas de utilização e manutenção dos espaços e equipamentos, da monitorização dos consumos e da realização de ações de sensibilização junto de utentes e trabalhadores.

Integração e envolvimento na comunidade. Reforçar a integração da ERPI na comunidade é outro pilar da intervenção, como forma de ampliar a rede de parcerias potenciando a responsabilidade social das entidades locais, garantindo oportunidades de participação, apoio e acesso a bens e serviços para os utentes, sem acréscimos de custos para a Instituição.

Conclusão das obras de requalificação e ampliação da ERPI Roseiral. O ano de 2026 será marcado pela conclusão das obras de requalificação e ampliação do edifício da ERPI Roseiral e pelo conseqüente regresso dos utentes e trabalhadores ao espaço renovado, previsto para o último trimestre do ano. Este processo exige um planeamento integrado, rigoroso e abrangente. Assim, será desenvolvido um plano de transição que assegure uma reinstalação progressiva, segura e humanizada, garantido a continuidade e a qualidade dos cuidados prestados. Importa, ainda, preparar o aumento da capacidade de resposta da Instituição, definindo antecipadamente as necessidades de equipamentos, de reforço da equipa e de organização funcional do novo edifício, de modo a assegurar um arranque eficiente e sustentável da nova fase de funcionamento da ERPI Roseiral.





[Handwritten signature]





Estes objetivos estratégicos serão concretizados, ao longo 2026, na ERPI Roseiral II, edifício dos Pirilampos, através das ações que apresentamos de seguida:

[Handwritten signature]





Handwritten signature and initials





Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten signature





2.1.2. Centros de Dia

Centro de Dia Olhos de Água

O Centro de Dia de Olhos de Água encontra-se integrado no Equipamento Social Olhos de Água e dispõe de capacidade para acolher 33 utentes, sendo 26 deles abrangidos pelo Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

Para o ano de 2026, foram delineados **cinco eixos estratégicos** que orientam a intervenção desenvolvida nesta resposta social, alinhados com uma visão de futuro, que privilegia a valorização da identidade pessoal dos utentes, o fortalecimento das relações intergeracionais, a coesão e motivação das equipas, a sustentabilidade financeira e ambiental, e o envolvimento comunitário e estabelecimento de parcerias locais. Estes eixos representam o compromisso com uma atuação humanizada, participativa e eficiente, promotora do envelhecimento ativo e da qualidade, inovação e continuidade dos serviços prestados à comunidade.

Promover a identidade pessoal e a valorização individual de cada utente constitui um eixo central, reforçando a recolha das histórias de vida, gostos e interesses, e incentivando a participação ativa na construção do quotidiano. Pretende-se que cada pessoa idosa se reconheça no ambiente institucional e encontre oportunidades que reforcem a autonomia e o autoconhecimento, através de atividades significativas que reflitam os seus interesses e memórias, em alinhamento com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. Este eixo integra também a colaboração com voluntários e estagiários, promovendo a diversidade de experiências, o intercâmbio geracional e a valorização das relações humanas.

Ao nível do **desenvolvimento de iniciativas intergeracionais**, pretende-se aproximar idosos e crianças num ambiente de partilha, convivência e aprendizagem mútua. Estas ações têm impacto no bem-estar emocional dos utentes e promovem uma maior inclusão social, fortalecendo o sentimento de pertença e contribuindo para a transmissão de saberes e tradições entre gerações. Este trabalho conjunto com escolas e entidades locais reforça o compromisso com o ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos, fomentando uma rede comunitária ativa e solidária.

Assume ainda especial relevância a **qualidade do serviço e valorização profissional** (ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico), pretende-se fortalecer a comunicação interna e o trabalho em equipa, assegurando a uniformização de procedimentos e a valorização dos profissionais, através de reuniões periódicas, formações internas e atividades de *team building*, que promovem a reflexão, a cooperação e a melhoria contínua, contribuindo para um ambiente de trabalho motivador, coeso e produtivo.

No âmbito da **sustentabilidade financeira e ambiental** (ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis), será reforçada a gestão responsável dos recursos e a otimização das condições de funcionamento. Este eixo contempla a implementação de práticas sustentáveis, a monitorização rigorosa dos consumos, o cumprimento orçamental, a liquidação atempada das participações familiares e a maximização da taxa de ocupação. Destaca-se ainda a complementaridade entre os serviços do Centro de Dia e do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), enquanto fator de sustentabilidade económica, uma vez que os utentes abrangidos por ambos os acordos de cooperação geram receita complementar, contribuindo para a viabilidade financeira e a eficiência global da resposta social. Por fim, o quinto eixo estratégico reforça o **envolvimento comunitário e o estabelecimento de parcerias locais**, potenciando os recursos

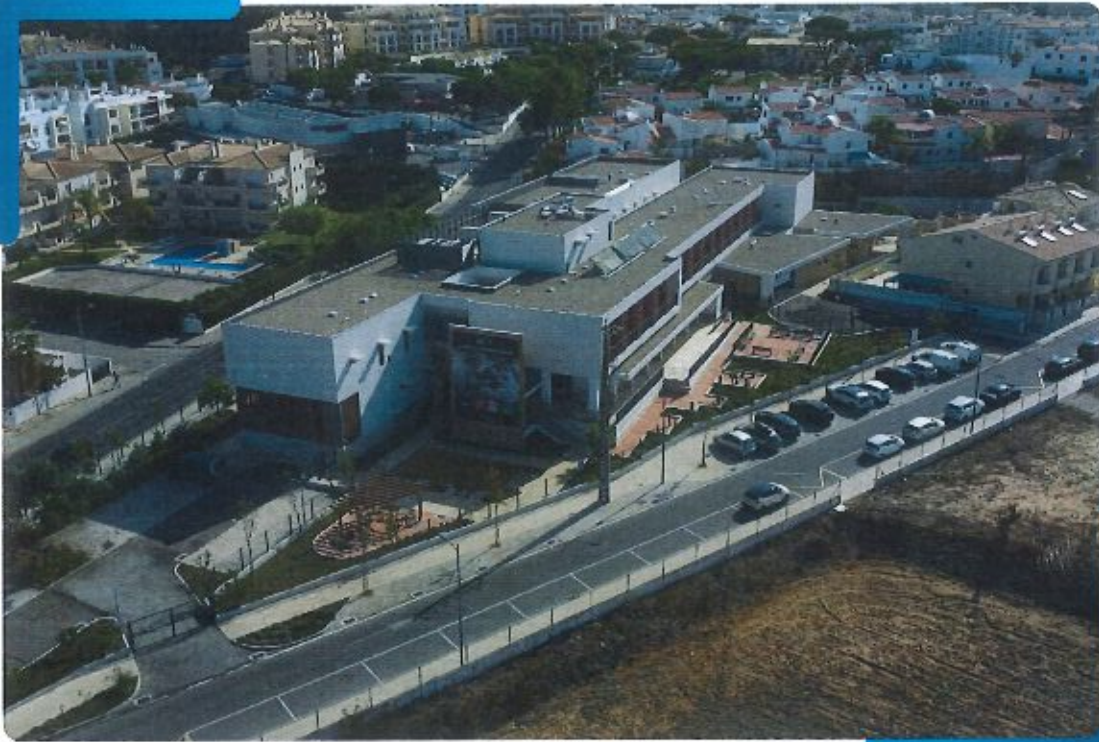


existentes e promovendo a responsabilidade social e a colaboração entre entidades. Através da formalização de protocolos e projetos conjuntos, o Centro de Dia procura fortalecer a ligação com a comunidade envolvente, assegurando uma intervenção sustentável, participativa e alinhada com as necessidades locais.





MH
L
O





Centro de Dia Roseiral

O Centro de Dia é uma resposta social na área do envelhecimento cujo objetivo principal é colmatar o isolamento social dos idosos, promovendo a sua autonomia e bem-estar. Através da prestação de um conjunto de serviços e atividades, favorece a permanência dos idosos no seu meio sociofamiliar, e contribui para a conciliação entre a vida pessoal e profissional dos seus cuidadores.

A intervenção desenvolvida centra-se na promoção da dignidade, do sentido de utilidade e do poder de decisão do utente sobre o seu projeto de vida, contribuindo para a saúde psicomotora dos seus utentes através da oferta de atividades diversificadas levadas a cabo por uma equipa multidisciplinar que vai ao encontro das suas expectativas e interesses.

O Centro de Dia O Roseiral funciona nos dias úteis, no Centro Paroquial Nossa Senhora de Fátima, e tem capacidade para apoiar 45 utentes, 30 dos quais estão abrangidos pelo Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS). Assegura um conjunto de serviços, nomeadamente atividades socioculturais, lúdico-recreativas e de estimulação cognitiva e motora, nutrição e alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, administração de fármacos, articulação com serviços de saúde sempre que necessário. Existe ainda a possibilidade de prestar um conjunto de serviços extra que carecem de marcação e disponibilidade e, não sendo abrangidos pela mensalidade, têm um custo para o ano de 2026, destacam-se os seguintes eixos de intervenção:

Favorecer a identidade pessoal de cada utente no contexto institucional, através da disponibilização de atividades de acordo com os gostos e interesses de cada utente, dados a conhecer através da recolha das suas histórias de vida e garantindo a criação de grupos com interesses e gostos comuns, bem como com a participação ativa na escolha e planeamento de atividades.

Reforçar o acompanhamento personalizado do projeto de vida de cada utente, garantindo atendimentos regulares com os utentes e famílias, de modo a promover um ambiente colaborativo e corresponsável entre a Instituição, a família e o próprio utente, assegurando o encaminhamento ou a resolução das necessidades identificadas. Reconhecendo que o encerramento do Centro de Dia aos fins de semana pode representar uma limitação para alguns utentes com necessidade de maior apoio, torna-se essencial reforçar a articulação com o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Esta cooperação visa assegurar a continuidade dos cuidados prestados e o acompanhamento adequado aos utentes nos seus domicílios de forma integrada.

Garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados, através da realização de reuniões de equipa regulares, da monitorização das práticas diárias, da identificação das necessidades formativas e da definição de estratégias conjuntas que promovam o trabalho em equipa, a motivação e a coesão.

Reforçar práticas que promovam a sustentabilidade financeira da resposta, através da gestão rigorosa da agenda de dívida, da otimização da taxa de ocupação das vagas e da implementação de práticas de gestão eficiente e sustentável dos recursos. Neste âmbito, torna-se, ainda, essencial proceder à identificação rigorosa e à regulamentação, em preçário atualizado, dos serviços extra mensalidade, de modo a garantir um sistema eficaz de registo e boa cobrança dos mesmos.

Valorizar a intergeracionalidade como instrumento de enriquecimento social, promovendo atividades entre crianças e idosos que fomentem a troca de experiências, saberes e tradições, passando de geração em geração o sentido de identidade. Através destas interações cultivam-se valores como a empatia, a



generosidade, a solidariedade e o respeito e promove-se a autovalorização dos nossos idosos. Assim é possível contribuir para uma sociedade mais coesa e recíproca.

Em **estreita articulação com a comunidade local**, o Centro de Dia Roseiral continuará a promover iniciativas que mantenham os utentes ativos na vida comunitária, garantindo condições que lhes permitam aceder de forma autónoma e segura a atividades e serviços da comunidade.

Reforçar a responsabilidade social das empresas locais, através da formalização de parcerias solidárias que fortalecem o setor social e o tecido empresarial, promovendo uma sociedade mais solidária, participativa e inclusiva, onde cada entidade contribui ativamente para o bem-estar e valorização dos nossos idosos.





2.1.3. Serviços de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui uma resposta social essencial, destinada a prestar cuidados personalizados e individualizados a pessoas em situação de dependência física ou psicológica, que não conseguem assegurar sozinhas as suas necessidades básicas ou realizar atividades instrumentais da vida diária. A Misericórdia de Albufeira opera atualmente dois serviços de apoio domiciliário, o SAD Roseiral e o SAD Olhos de Água, que funcionam de forma articulada, abrangendo diferentes zonas da cidade.

Cada serviço possui capacidade instalada para 40 utentes, sendo que 36 vagas do Roseiral e 32 vagas dos Olhos de Água estão abrangidas pelo Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. Ao longo do tempo, o perfil dos utentes tem vindo a evoluir, incluindo tanto pessoas com maior dependência ou isolamento social, como indivíduos com alguma autonomia que necessitam de apoio na saúde, manutenção das capacidades físicas e cognitivas e no fortalecimento da sua vida social.

A permanência no próprio lar constitui, por norma, um fator determinante para a satisfação e bem-estar das pessoas, potencializando a sua qualidade de vida. Apoiar uma pessoa a permanecer na sua casa com acompanhamento de cuidadores, permitindo-lhe participar em passeios, consultas ou atividades sociais, e assegurando visitas regulares de familiares, faz toda a diferença ao nível do conforto, acompanhamento, estímulo e saúde emocional, pois não há nada melhor do que estar num espaço familiar, seguro e querido.

Assim, e tendo em conta a evolução das necessidades dos utentes, foi definido um plano estratégico para 2026 com o objetivo de assegurar cuidados integrados e personalizados, que respeitem a dignidade, autonomia e bem-estar das pessoas e das suas famílias. O plano prevê a expansão do projeto de apoio domiciliário complementar, com horários alargados e acompanhamento mais individualizado, a promoção do bem-estar físico e emocional dos trabalhadores, o reforço da valorização profissional e da capacitação contínua, bem como a garantia de sustentabilidade financeira, ambiental e organizacional.

Serviço de Apoio Domiciliário Olhos de Água e Roseiral

Para o ano de 2026, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) orienta a sua ação em torno de três eixos estratégicos, alinhados com uma visão centrada na pessoa, na valorização das equipas, na sustentabilidade financeira e ambiental, e no fortalecimento da ligação com a comunidade. Estes eixos refletem o compromisso em assegurar cuidados de proximidade humanizados, promover um ambiente de trabalho motivador, garantir uma gestão eficiente e sustentável dos recursos e reforçar a integração na comunidade.

O primeiro eixo estratégico incide na **prestação de cuidados personalizados e centrados na pessoa e na família**, valorizando a singularidade de cada utente e promovendo uma resposta ajustada às suas necessidades. Pretende-se garantir a atualização regular dos Planos Individuais de Cuidados, reforçando a personalização do acompanhamento e a articulação com as famílias através de um sistema de comunicação e feedback contínuo, promovendo a proximidade e a escuta ativa.



O segundo eixo centra-se na **valorização, capacitação e bem-estar das equipas**, reconhecendo o papel essencial dos trabalhadores na qualidade do serviço prestado. Através da implementação de um plano anual de formação, de um Programa de Saúde e Bem-Estar e da realização periódica de momentos de reconhecimento e partilha, pretende-se fomentar um ambiente de trabalho coeso, saudável e motivador, reforçando a importância da formação contínua e valorização profissional.





2.1.4. Respostas Inovadoras

+ Próximo

Com o apoio e financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, a Misericórdia de Albufeira, implementou o projeto + Próximo, que visava capacitar o serviço de apoio domiciliário de um conjunto de ferramentas tecnológicas e reforçar o quadro de pessoal para combater solidão e agir com maior proximidade na monitorização dos sinais vitais. O projeto tinha como objetivos estratégicos o combate da solidão com a promoção da autonomia, independência e qualidade de vida, com o objetivo de retardar a institucionalização.

Com o término do financiamento em dezembro de 2024, a Misericórdia de Albufeira, decidiu manter os serviços que anteriormente eram prestados através do projeto, através de serviços de extra a serem prestados aos utentes de SAD.

Em 2026, pretendemos reorganizar a metodologia de trabalho e considerar este projeto parte integrante dos dois Serviços de Apoio Domiciliário, consistindo em serviços extra à prestação de serviço convencional do SAD e que consistirá:

1. Qualidade de cuidados de saúde:
 - Monitorização dos indicadores de saúde (sinais vitais, gestão de medicação, controlo de sintomas de doença, estado nutricional e hidratação, mobilidade e risco de quedas, saúde mental e emocional, condição da pele);
 - Monitorização de indicadores de qualidade e eficiência do serviço (taxa de internamento de emergência/readmissão hospitalar, satisfação do cliente, adesão ao plano de cuidados, taxa de rotatividade do pessoal, rácio utente/profissional),
 - Utilização de tecnologias, como a telemedicina e dispositivos de monitorização remota, para facilitar a recolha contínua e a análise destes dados, permitindo intervenções rápidas e personalizadas
2. Intervenção na capacitação do indivíduo a realizar as suas atividades de vida diária, que podem ter sido afetadas por doenças, acidentes, alterações genéticas ou pelo processo de envelhecimento, com integração de Terapeuta Ocupacional na equipa.

A estes serviços poderão ser acrescentados outros que se tornem necessários e a Misericórdia tenha capacidade de proporcionar através de serviços diretos ou através de parcerias. Será um serviço no domicílio que poderá ser de sete dias na semana, vinte e quatro horas por dia, até à reabilitação ou institucionalização da pessoa idosa.

Este serviço não tem qualquer participação do estado, pelo que a sua prestação será na totalidade privada com um preçário a entrar em vigor a janeiro de 2026.

Consideramos este projeto o futuro da intervenção com a população sénior, ao que nos propomos no final do próximo ano a fazer uma avaliação a este projeto e enviar os resultados para o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



Habitação Colaborativa

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é proprietária de um prédio urbano com 23 apartamentos na parte antiga da cidade, com as tipologias de apartamentos T0, T1, T1+1, T1 Duplex, com sala comum e piscina. Este edifício está a ser reabilitado através de financiamento PRR e ficará acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Da reabilitação resultará uma nova resposta social residencial, para 28 pessoas idosas, a Habitação Colaborativa Rainha D. Leonor, a qual prevê ficar concluída, mobilada e com licenciamento até ao final de 2026, para entrar em funcionamento pleno a janeiro de 2027. Os restantes 11 apartamentos serão colocados no mercado de arrendamento.

Os objetivos da habitação colaborativa incluem garantir o bem-estar e a qualidade de vida, combater o isolamento social e a solidão, promover a autonomia e a independência com apoio, e fomentar um ambiente comunitário de entreajuda e sustentabilidade. Também visa proporcionar uma vida social e ativa, com partilha de recursos para reduzir custos, e assegurar um ambiente seguro, confortável e acessível para todos os residentes, respeitando a privacidade individual.

A prioridade estratégica para 2026 é assegurar a conclusão das obras e a entrada em funcionamento da nova resposta social, garantindo condições adequadas, seguras e legalmente conformes para o acolhimento dos utentes.

1.Objetivo Estratégico	Assegurar a conclusão das obras e a entrada em funcionamento das novas respostas sociais, garantindo condições adequadas, seguras e legalmente conformes para o acolhimento dos utentes.
-------------------------------	---

1.1. Objetivo Específico	Acompanhar e concluir as obras dentro do prazo e orçamento definidos.
Atividade	<ul style="list-style-type: none">▪ Reuniões mensais de acompanhamento técnico com empreiteiro e fiscalização.▪ Validação das fases de obra e aprovação de medições.▪ Monitorização do cumprimento do plano de trabalhos.
Indicador	<ul style="list-style-type: none">▪ % de execução física e financeira da obra
Formula de Cálculo do Indicador	<ul style="list-style-type: none">▪ $(N.º \text{ de fases concluídas} / N.º \text{ total de fases previstas}) \times 100$
Meta para 2026	<ul style="list-style-type: none">▪ 100% da execução física e financeira concluída
Fonte de Verificação	<ul style="list-style-type: none">▪ Relatórios de obra, atas de reunião, medições e autos de receção provisória

1.2. Objetivo Específico	Assegurar a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias à entrada em funcionamento.
Atividade	<ul style="list-style-type: none">▪ Submissão e acompanhamento dos pedidos de vistoria junto das entidades competentes (Câmara Municipal, ISS, ANEPC, ARS, etc).▪ Correção de não conformidades identificadas durante as inspeções.▪ Obtenção de licenças de utilização, segurança e funcionamento.
Indicador	<ul style="list-style-type: none">▪ % de licenças obtidas
Formula de Cálculo do Indicador	<ul style="list-style-type: none">▪ $(N.º \text{ de licenças obtidas} / N.º \text{ total de licenças exigidas}) \times 100$
Meta para 2026	<ul style="list-style-type: none">▪ 100% das licenças emitidas e válidas
Fonte de Verificação	<ul style="list-style-type: none">▪ Dossiês técnicos, comunicações oficiais das entidades, registos internos



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and the initials 'MF'.





Habitação Sénior

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, reabilitou o edificado contínuo aos serviços da Provedoria, para acolher temporariamente 28 utentes da ERPI Roseiral. Este edifício é composto por 8 apartamentos, 2 T0 e 6 T1, com um máximo de ocupação para 28 pessoas. Dispõe de espaços comuns, como sala de estar e de sala de refeições e gabinetes de apoio.

É decisão da Mesa Administrativa proceder ao licenciamento deste espaço para uma resposta residencial inovadora para a área do envelhecimento, sem a obrigatoriedade de acordo de cooperação. Estamos a considerar uma solução de habitação sénior, para oferecer um ambiente individualizado ou de partilha em apartamentos com supervisão e oferta de serviços de acordo com as necessidades. Trata-se de um ambiente seguro e adaptado, especialmente para idosos que já não podem viver sozinhos devido a razões familiares, solidão, insegurança ou incapacidade

Os principais objetivos dos apartamentos para habitação senior, são proporcionar segurança e alojamento assistido, promovendo a autonomia e o bem-estar dos idosos através de serviços permanentes de saúde, apoio social e atividades de estimulação. Além disso, procuram manter e incentivar a integração social e as relações familiares.

Durante o ano 2026 propomo-nos assegurar a conclusão das obras e a entrada em funcionamento das novas respostas sociais, garantindo condições adequadas, seguras e legalmente conformes para o acolhimento dos utentes.

1.Objetivo Estratégico	Assegurar a conclusão das obras e a entrada em funcionamento das novas respostas sociais, garantindo condições adequadas, seguras e legalmente conformes para o acolhimento dos utentes.
------------------------	--

1.1. Objetivo Especifico	Acompanhar e concluir as obras dentro do prazo e orçamento definidos.
Atividade	<ul style="list-style-type: none">Reuniões mensais de acompanhamento técnico com empreiteiro e fiscalização.Validação das fases de obra e aprovação de medições.Monitorização do cumprimento do plano de trabalhos.
Indicador	<ul style="list-style-type: none">% de execução física e financeira da obra
Formula de Cálculo do Indicador	<ul style="list-style-type: none">$(N.º \text{ de fases concluídas} / N.º \text{ total de fases previstas}) \times 100$
Meta para 2026	<ul style="list-style-type: none">100% da execução física e financeira concluída
Fonte de Verificação	<ul style="list-style-type: none">Relatórios de obra, atas de reunião, medições e autos de receção provisória

1.2. Objetivo Especifico	Assegurar a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias à entrada em funcionamento.
Atividade	<ul style="list-style-type: none">Submissão e acompanhamento dos pedidos de vistoria junto das entidades competentes (Câmara Municipal, ISS, ANEPC, ARS, etc).Correção de não conformidades identificadas durante as inspeções.Obtenção de licenças de utilização, segurança e funcionamento.
Indicador	<ul style="list-style-type: none">% de licenças obtidas
Formula de Cálculo do Indicador	<ul style="list-style-type: none">$(N.º \text{ de licenças obtidas} / N.º \text{ total de licenças exigidas}) \times 100$
Meta para 2026	<ul style="list-style-type: none">100% das licenças emitidas e válidas
Fonte de Verificação	<ul style="list-style-type: none">Dossiês técnicos, comunicações oficiais das entidades, registos internos



Handwritten signature or initials in blue ink.

Handwritten signature or initials in blue ink.



Handwritten initials or signature in the top right corner.





2.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE

2.2.1. Creches

O ano de 2023 foi o ano de crescimento exponencial nesta área de intervenção com a abertura da creche dos Olhos de Água, ampliação da creche Tempos de Infância e alargamento do número de crianças por sala do 1 ano e de 2 anos, e mais a abertura de uma sala na creche Quinta dos Pardais.

Ao nível de ocupação esteve sempre na capacidade máxima, e mesmo com a dificuldade de reter e contratar Educadoras de Infância desde o final do ano letivo de 2023/2024, conseguimos iniciar ano letivo de 2025/2026 com ocupação máxima nas três creches da Misericórdia de Albufeira.

A previsão é que se mantenha esta ocupação, pois, a procura deste tipo de resposta social em Albufeira é muito elevada, o que faz com que exista uma lista de espera bastante considerável. Por este facto consideramos a taxa de ocupação para o início do próximo ano letivo de 2026/2027 também na sua máxima ocupação.

O maior constrangimento para o normal funcionamento será mesmo a falta de profissionais qualificados como Educadores de Infância, pelo que somos da opinião que a legislação deve ser muito mais flexível e reconsiderar a publicação das orientações pedagógicas para creche. Caso contrário teremos um país que tem investido no alargamento da rede de creches, para depois as fechar por falta de pessoal qualificado. O maior desafio para 2025 será de implementar o sistema da qualidade nas três creches.

Tabela 1–Capacidade Instalada em resposta de Creche no ano letivo de 2025/2026

TIPOLOGIA DE SALA	CRECHE QUINTA DOS PARDAIS		CRECHE TEMPOS DE INFÂNCIA		CRECHE OLHOS DE ÁGUA		
	N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças	
BERÇÁRIO	2	20	1	10	1	10	(4) 40
SALA DE 1 ANO	2	28	1	16	1	16	(4) 60
SALA DE 2 ANOS	3	60	1	20	1	20	(4) 100
SALA HETEROGENEA	-	-	1	20	-	-	(1) 20
TOTAL EM CRECHE	7	108	4	66	3	46	(14) 220



Creche Olhos de Água

A Creche Olhos de Água encontra-se localizada no concelho de Albufeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, mais especificamente em Olhos de Água. É uma resposta social sem fins lucrativos que está



inserida no Equipamento Social Olhos de Água, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. A Creche de Olhos de Água destina-se a receber crianças entre os 4 meses e os 3 anos, com capacidade para 46 crianças, divididas por três salas, de acordo com as faixas etárias: um berçário com capacidade para 10 crianças, uma sala de 1 ano com capacidade para 16 crianças, e uma sala de 2 anos com capacidade para 20 crianças.

O plano de atividades para 2026, perspetiva manter as boas práticas implementadas e melhorar a qualidade dos serviços, tendo como princípio base o sólido desenvolvimento da criança em sintonia com o tema do projeto educativo para 2026-2028 “Aprender com as tradições: dar a conhecer a nossa cultura”, com o subtema para 2026 “Música - Sons da Nossa Terra” e as orientações pedagógicas para creche.

Este documento reflete o compromisso da creche ODA com a qualidade dos serviços prestados, a valorização das tradições culturais locais, o envolvimento ativo da comunidade e a sustentabilidade institucional.

O presente plano estrutura-se em consonância com os objetivos estratégicos definidos pela creche dos Olhos de Água e sempre com o olhar sobre a missão institucional da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e as necessidades das crianças e das famílias.

Desta forma foram definidos os seguintes eixos fundamentais:

Garantir a qualidade dos serviços prestados pela creche, assegurando práticas consistentes, alinhando as orientações curriculares e as necessidades individuais de cada criança, num ambiente acolhedor, seguro e promotor de aprendizagens significativas, experiências partilhadas e momentos de descoberta;

Promover o envolvimento ativo de todos os intervenientes educativos (Instituição, equipa pedagógica, famílias e comunidade), fomentando a corresponsabilidade de todos no processo educativo, onde a criança é o principal beneficiário;

Valorizar as tradições locais por meio dos sons, músicas e manifestações culturais, favorecendo o reconhecimento da identidade cultural e o sentimento de pertença das crianças, famílias e da própria comunidade;

Promover o convívio e a partilha de experiências entre diferentes gerações, proporcionando oportunidades de interação, diálogo, partilha de saberes e enriquecimento mútuo, que acreditamos estarem na origem de comportamentos de respeito e solidariedade intergeracional;

Aumentar a sustentabilidade financeira da creche, através de uma gestão eficiente dos recursos e do desenvolvimento de iniciativas que assegurem da diversificação das fontes de apoio e financiamento, garantindo uma resposta educativa de qualidade, mas que vise a sustentabilidade institucional e o compromisso social, ambiental e organizacional.

O plano Anual de Atividades espelha o compromisso e a visão da creche dos Olhos de Água em continuar a garantir serviços de referência, centrados no desenvolvimento infantil, na inovação educativa, na valorização da cultura local e no desenvolvimento sustentável. O cumprimento do plano ao longo do próximo ano, irá permitir avaliar o impacto das ações e reorientar práticas.

Estes objetivos estratégicos serão concretizados através das ações que apresentamos de seguida.





Creche Tempos de Infância

Para o ano de 2026, a Creche Tempos de Infância propõe-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, mantendo o compromisso com a qualidade, o rigor e a dedicação que caracterizam os serviços prestados à comunidade. Pretendemos consolidar a nossa ação educativa como um espaço de bem-estar, segurança, aprendizagem e afetividade, centrado na criança e na sua família, em conformidade com as *Orientações Pedagógicas para Creche (DGE, 2021)*.

O Projeto Educativo 2026-2028, sob o tema “*Aprender com as Tradições – dar a conhecer a nossa cultura*”, orienta a prática pedagógica para o conhecimento e valorização do património cultural, das tradições locais e das expressões identitárias da comunidade. O subtema do ano letivo – “*Música: Sons da Nossa Terra*” – pretende despertar nas crianças o gosto pela música e pelos sons do quotidiano, promovendo experiências auditivas e expressivas que reforcem a ligação entre cultura, emoção e aprendizagem.

Neste contexto, o Plano Anual de Atividades 2026 estrutura-se em torno de cinco eixos estratégicos de atuação, que visam garantir uma abordagem integrada e sustentável da missão da creche:

Crianças e Famílias – Assegurar contextos educativos de qualidade, promotores de bem-estar, segurança e desenvolvimento global, reforçando o envolvimento das famílias como parceiras ativas na ação educativa.

Equipa e Organização – Promover o desenvolvimento profissional, a motivação e o bem-estar da equipa, assegurando uma gestão eficaz e colaborativa, centrada na melhoria contínua das práticas e dos contextos educativos.

Sustentabilidade – integrar a sustentabilidade como eixo estruturante da ação da creche, desdobrada nas suas três dimensões: Ambiental, para promover o uso responsável de recursos e a adoção de práticas ecológicas nas rotinas diárias; a Social, com o objetivo de reforçar a solidariedade, a partilha e a corresponsabilidade educativa; e a Financeira, com o objetivo de equilibrar o custo por utente com as receitas anuais, assegurando uma gestão sustentável e consciente dos recursos humanos e materiais.

Comunidade e Parcerias – Fortalecer as relações com entidades locais e culturais, assegurando uma cooperação sistemática na prevenção e acompanhamento de situações de risco, e valorizando o contributo da comunidade educativa alargada.

Qualidade e Inovação – Garantir a melhoria contínua dos serviços, a atualização das práticas pedagógicas e a implementação de processos avaliativos que sustentem a qualidade e a sustentabilidade institucional.

Assim, o Plano Anual de Atividades 2026 da Creche Tempos de Infância visa articular o trabalho pedagógico com a gestão organizacional e financeira, promovendo um equilíbrio entre qualidade educativa, eficiência de recursos e envolvimento comunitário.

As metas definidas são mensuráveis, realistas e orientadas para resultados, refletindo o compromisso da Instituição com o bem-estar das crianças, o desenvolvimento da equipa, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

A ação da Creche Tempos de Infância assenta, assim, nos princípios do apoio à família, da inclusão, da equidade e da solidariedade, conforme o artigo 5.º do Regulamento Interno. Acreditamos que educar é



um ato de corresponsabilidade, construído em parceria entre profissionais, famílias e comunidade. É neste espírito de colaboração, afeto e valorização das tradições que se desenha o nosso Plano Anual de Atividades para 2026.

MF





Centro Infantil Quinta dos Pardais

A creche Quinta dos Pardais está incorporada no edifício do Centro Infantil Quinta dos pardais, propriedade da Câmara Municipal de Albufeira e com acordo de gestão com a Misericórdia de Albufeira. Este acordo pressupõe as melhorias e adequações do edificado à legislação atual para o desenvolvimento de duas respostas à comunidade: creche e pré-escolar, estando a desenvolver projeto de arquitetura e especialidades para a ampliação e remodelação das duas respostas sociais que tanta falta fazem neste concelho.

Faixa etária	Creche atualmente	Creche Futuro	Pré-Escolar Atualmente	Pré-Escolar Futuro	Total
Berçário (até 1 ano)	20	30			+10
Sala 1-2 anos	28	60			+32
Sala 2-3 anos	60	80			+20
Sala 3-4 anos			Atividade suspensa	50	+50
Sala 4-5 anos			Atividade suspensa	50	+50
Total	108	190	0	100	+182

Estamos a aguardar a concretização do projeto e alocação de financiamento para a concretização da obra, pela CMA, a qual irá mais que duplicar a oferta educativa no CI Quinta dos Pardais. A misericórdia de Albufeira terá que reorganizar a sua intervenção na área educativa.

Creche Quinta dos Pardais

A Creche Quinta dos Pardais destina-se a receber crianças dos 4 meses aos 3 anos, com capacidade para 108 crianças e desenvolve a sua atividade com base numa abordagem ativa, participativa e experiencial, centrada na criança como protagonista do seu processo educativo. O plano de atividades para 2026, perspetiva manter as boas práticas implementadas e melhorar a qualidade dos serviços, tendo como princípio base o sólido desenvolvimento da criança em sintonia com o **tema do projeto educativo para 2026-2028 “Aprender com as tradições: dar a conhecer a nossa cultura”**, com o **subtema para 2026 “Música - Sons da Nossa Terra”** e as orientações pedagógicas para creche.

Com este propósito definimos quatro objetivos estratégicos para 2026:

Promover o desenvolvimento integral da criança, assegurando o equilíbrio entre as dimensões psicomotora, cognitiva, emocional e social



Embora muitas das aprendizagens das crianças aconteçam de forma espontânea nos diversos ambientes sociais em que vivem, num contexto de educação de infância existe uma intencionalidade educativa, que se concretiza através da disponibilização de um ambiente culturalmente rico e estimulante, bem como do desenvolvimento de um processo pedagógico coerente e consistente, em que as diferentes experiências e oportunidades de aprendizagem têm sentido e ligação entre si. Para o ano de 2026, pretendemos dar continuidade a este trabalho, com abordagens inovadoras, atualizadas e diferenciadas respeitando a identidade e individualidade de cada criança.

Reforçar o trabalho com as Famílias e Comunidade

A construção de parcerias com as famílias parte da valorização da sua participação nos contextos de creche e o reconhecimento dos seus saberes e contributos no processo educativo. Estende-se à comunidade, através da possibilidade de as crianças explorarem e interagirem com diferentes espaços naturais e culturais, potenciando ainda o contexto intergeracional onde cidadãos de diversas idades convivem, interagem, partilham o seu património cultural e se entreeajudam, reforçando a sua identidade cultural e social e o sentimento de pertença a uma comunidade. E ainda dar continuidade à mobilização de serviços da comunidade, fomentando a responsabilidade social e garantindo o atendimento das crianças e famílias em situações/problemas específicos.

Garantir a qualidade da equipa pedagógica e organizacional

A qualidade da equipa pedagógica depende de uma gestão eficaz, formação contínua, comunicação aberta e um ambiente colaborativo. Como tal, pretende-se dar continuidade à auscultação de necessidades e aspetos a melhorar, desenvolver ações que promovam o trabalho de equipa, a partilha de experiências, a comunicação eficaz, a motivação, o bem-estar e a atualização constante de conhecimentos e metodologias.

Potenciar a sustentabilidade

Promover boas práticas de sustentabilidade na infância é essencial para formar uma geração consciente e responsável pelo meio ambiente. Assim, devemos implementar nas rotinas diárias comportamentos sustentáveis, quer a nível ambiental, financeiro e social.

Para o ano de 2026, a Creche da Quinta dos Pardais continuará a contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da criança, envolvendo as famílias e comunidade neste processo e reforçando a qualidade dos serviços e das práticas sustentáveis.

2.2.2. Pré-Escolar

Jardim de Infância Quinta dos Pardais

A resposta de pré-escolar está suspensa desde setembro de 2024, motivada por falta de educadoras. A Mesa Administrativa deliberou não retomar esta atividade, antes do fim das obras previstas para requalificação e ampliação do Centro Infantil Quinta dos Pardais, a serem promovidas pela Câmara Municipal de Albufeira. É expectável que em 2026 terminem os projetos de arquitetura e especialidades,



para poderem iniciar o procedimento de contratação pública para a empreitada. Prevê-se que esta obra possa estar concluída para dar início ao ano letivo de 2028/2029.

Esta requalificação do Centro Infantil Quinta dos Pardais irá possibilitar aumentar a resposta de pré-escolar, que tanta falta faz no concelho de albufeira. Uma vez que a atividade se encontra suspensa, o seu reinício contribuirá para uma resposta a 100 crianças, na faixa etária dos 3 aos 5 anos.

Dependente do cronograma da empreitada, a Misericórdia de Albufeira, pretende contratar um professor de 1º Ciclo, de preferência com experiência em coordenação pedagógica, para assumir essa função no Centro Infantil.

A Misericórdia de Albufeira também irá constituir o Conselho Pedagógico para a educação Pré-Escolar, com o objetivo de elevar o padrão de qualidade.

Esta é uma área de atuação que a Misericórdia de Albufeira pretende ver implementada com sucesso, em articulação com a Câmara Municipal de Albufeira e a Direção Regional de Educação para a prestação de um serviço de qualidade na educação pré-escolar das crianças.





2.2.3. Crianças e Jovens em Risco

Neste âmbito a Misericórdia de Albufeira desenvolve duas respostas sociais: uma resposta de acolhimento residencial e outra como um espaço de orientação, acompanhamento e aconselhamento familiar.

Para 2026, a prioridade para ambas as respostas sociais será a revisão dos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social por forma a cumprir a legislação e a promover a sustentabilidade de ambas as respostas sociais.

A nova legislação sobre casas de acolhimento de crianças e jovens, a Portaria n.º 197/2025/1, publicada em 21 de abril de 2025, que altera a Portaria n.º 450/2023, define a organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento, com o objetivo de garantir que as crianças e jovens em risco recebam apoio para a sua satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais. Esta portaria implica alterações profundas no âmbito da resposta de acolhimento a crianças e jovens em risco, com uma redução da capacidade instalada de 46 crianças para 15 crianças por casa de acolhimento.

A Misericórdia de Albufeira terá que avaliar juntamente com a Segurança Social a aplicação da portaria e o financiamento ao seu funcionamento, sendo que o que a portaria prevê é cerca de 2.400 euros mensais por criança para as casas que já se adaptaram às novas regras, ao invés dos atuais 970,41€.

Quanto ao Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), a Misericórdia de Albufeira está a terminar o processo de licenciamento de utilização do Espaço Em Con_tato para poder negociar com a Segurança Social a revisão do acordo de cooperação, que se traduzirá num benefício financeiro aproximado a quarenta mil euros anuais.

Casa de Acolhimento a Gaivota

A Casa de Acolhimento de crianças e jovens “A Gaivota” desenvolve a sua atividade no âmbito da resposta social destinada a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e risco, cuja proteção e desenvolvimento integral constituem imperativos legais e sociais prioritários. Fundamenta a sua intervenção nos princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as suas alterações posteriores) e demais legislação aplicável, assegurando o cumprimento dos direitos fundamentais dos menores que acolhe.

A Casa de Acolhimento assume um papel crucial enquanto espaço estruturado, seguro e afetivo, destinado a proporcionar acolhimento temporário, garantindo cuidados integrados e personalizados que promovam o bem-estar físico, emocional, social e educativo das crianças e jovens. A sua ação integra-se numa abordagem multidisciplinar, articulada com a rede local de proteção, instituições públicas e privadas, familiares e comunidade, pretendendo o desenvolvimento de projetos de vida sustentáveis e a recuperação dos vínculos familiares sempre que possível.

A **Missão** da Casa de Acolhimento é de garantir um acolhimento seguro, estruturado e afetivo a crianças e jovens em perigo, assegurando a proteção dos seus direitos, o seu desenvolvimento global e a preparação para uma vida autónoma ou a reintegração em meio familiar ou comunitário.



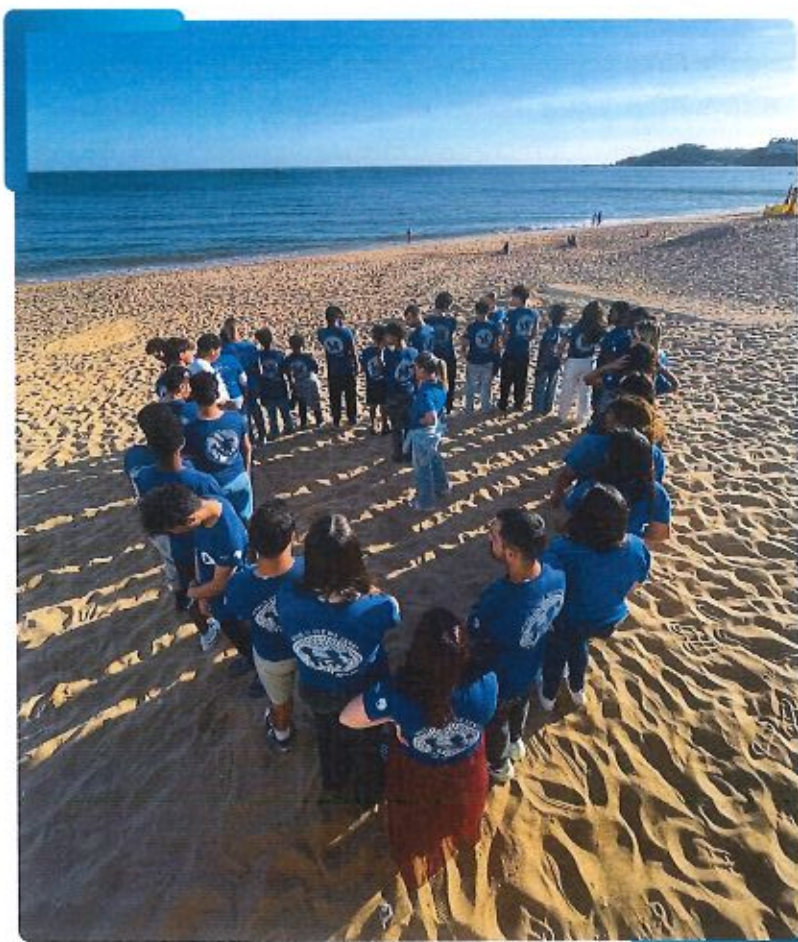
E tem como **Visão** ser uma referência na qualidade do acolhimento residencial, orientando a sua ação por práticas baseadas em evidência, centradas na criança e promotora de projetos de vida sustentáveis.

Pratica a sua ação assente nos seguintes **Valores**:

- Respeito pela individualidade e dignidade da criança,
- Afetividade, escuta ativa e empatia,
- Inclusão e equidade,
- Transparência e responsabilidade,
- Articulação em rede e cooperação interinstitucional,
- Compromisso com a melhoria contínua.

O plano anual responde à necessidade de sistematizar as atividades e estratégias a implementar durante o ano de 2026, assegurando a coerência, qualidade e eficácia da intervenção. Este documento orienta a atuação da equipa técnica, define objetivos claros e mensuráveis, e estabelece mecanismos de monitorização e avaliação que contribuem para a melhoria contínua dos serviços prestados.

O presente plano representa o compromisso da Instituição com uma intervenção cada vez mais qualificada, centrada na criança e no jovem, respeitadora da sua história, promotora do seu futuro e estruturada numa lógica de corresponsabilização técnica e social. Em 2026, a Casa de Acolhimento continuará a desenvolver o seu papel como espaço de proteção, afeto, reabilitação e escuta, com os seguintes objetivos.





Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é uma resposta social que visa fortalecer competências parentais, sociais e pessoais, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento harmonioso de crianças e jovens em situação de risco ou perigo no município. Funciona como um espaço de orientação, acompanhamento e aconselhamento familiar.

As modalidades de intervenção do CAFAP compreendem:

Preservação Familiar – centrada na prevenção de situações que possam levar à separação da criança ou do jovem do seu meio natural de vida; **Reunificação Familiar** – direcionada para casos em que a criança ou o jovem se encontra em regime de acolhimento familiar ou institucional, procurando criar condições que favoreçam o seu regresso ao seu meio natural de vida; **Ponto de Encontro Familiar** – espaço destinado a promover a mediação, o fortalecimento de vínculos e a capacitação de famílias marcadas por conflitos ou ruturas relacionais.

O plano de atividades do CAFAP organiza-se em cinco dimensões estratégicas: na dimensão **Utentes**, o serviço presta apoio direto às famílias através de sessões psicossociais, visitas domiciliárias e programas de capacitação parental, oferecendo ainda apoios terapêuticos e atividades de promoção de competências. Paralelamente, desenvolve ações de sensibilização comunitária e mediação familiar/pontos de encontro familiar para fortalecer vínculos e resolver conflitos.

A dimensão **Trabalhadores** valoriza a formação contínua e o bem-estar da equipa, por meio de plano anual de formação, reuniões técnicas e discussão de casos práticos.

A dimensão **Sustentabilidade Financeira** tem como meta aumentar o acompanhamento de 77 para 100 famílias, ajustando a distribuição entre Ponto de Encontro, Reunificação e Preservação Familiar, garantindo uma resposta mais célebre e redução da lista de espera, constituindo assim: 45 famílias ao nível dos Pontos de Encontro Familiares, 15 em Reunificação Familiar e 40 em Preservação Familiar. Atualmente estamos a acompanhar 77 famílias distribuídas da seguinte forma: 22 no eixo de Ponto de Encontro Familiar, 30 em Reunificação Familiar e 25 ao nível da Preservação Familiar.

A dimensão **Organizacional** promove processos internos e metodologias integradas que asseguram a coordenação e a eficácia das intervenções, enquanto a dimensão **Comunidade e Sustentabilidade Ambiental** reforça a inclusão social, a participação familiar e a responsabilidade ambiental, através de práticas ecológicas e ações de solidariedade e cidadania.

Esta resposta social tem como finalidade promover o desenvolvimento global das famílias, através do reforço das suas competências parentais e da valorização das diferentes dimensões da vida familiar. Para tal, adota uma metodologia integrada de intervenção pedagógica e psicossocial, estruturada em diferentes níveis de atuação, ajustados à realidade de cada agregado familiar- **A Família é a Luz de Presença!**

Em consonância com a missão da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, orientada pelos valores de solidariedade e serviço ao próximo, esta resposta procura implementar estratégias diferenciadas que permitam a realização de diagnósticos individuais e familiares rigorosos, bem como a definição e execução de planos de intervenção personalizados. Todo o processo é desenvolvido com base numa



perspetiva humanista e **centrada no superior interesse da criança**, assegurando que cada intervenção se traduza em oportunidades reais de mudança e crescimento.

[Handwritten signature]



Handwritten signature

AS COMPETÊNCIAS SÃO A CHAVE, O SUCESSO ESCOLAR A META



Encontra-nos

+351 962 288 652



sqills@scmalbufeira.com



Entrepósito Serva, Edifício 7, Armazéns E, F,
e G, Vale Paraíso, 8200 - 567 Ferreiras, Albufeira



Desenvolvimento Pessoal

ATIVIDADES:

- À minha descoberta
- Eu desenvolvo as minhas competências
- A minha casa e o meu espaço de estudo
- O que esperam os meus pais e os meus professores
- Eu sei falar português

Desenvolvimento Socioprofissional

ATIVIDADES:

- O meu grupo e os outros
- Como é bom viver em Portugal
- Eu vou ter uma vida sustentável
- Autonomia e independência



Sabe mais através do...

QR CODE





2.2.5 Projetos Inovadores

sQIIs

Os objetivos do Projeto sQIIs inserem-se na área do combate ao insucesso e abandono escolar no concelho de Albufeira e estão diretamente relacionados com os objetivos e metas contratualizados para o projeto no âmbito do Portugal 2030. O objetivo principal desta Iniciativa de Inovação Social é o de criar uma solução inovadora e integrada para reduzir o insucesso e abandono escolar precoce das crianças e dos jovens do concelho de Albufeira, através do desenvolvimento de ações individualizadas que fortaleçam as suas competências pessoais e sociais. O objetivo estratégico, para os três anos do projeto, é o de reduzir o insucesso e abandono escolar no concelho de Albufeira.

O Projeto sQIIs é cofinanciado pelo Estado Português e pela União Europeia, através do Programa Regional Algarve 2021-2027 (Algarve 2030), sob a Tipologia de Operação Parcerias para a Inovação Social, em que se visa o desenvolvimento e/ou crescimento de IIES com elevado impacto na área do desenvolvimento de competências em crianças e jovens. Apresenta, ainda, como Investidores Sociais a Câmara Municipal de Albufeira e, através da delegação de Albufeira, o Crédito Agrícola. O projeto irá decorrer com as crianças e jovens do concelho de Albufeira, abrangendo os anos letivos de 2024/2025, 2025/2026, 2026/2027 e início de 2027/2028.

O Projeto destina-se a crianças e os jovens do concelho de Albufeira, que frequentam escolas TEIP ou que pertencem a um dos seguintes grupos-alvo: migrantes, refugiados ou deslocados, de etnia cigana, em risco de pobreza, em risco de exclusão social, em precaridade habitacional, de famílias monoparentais, de famílias alargadas, de famílias que apresentam deficiência ou incapacidade ou que apresentam problemas de saúde mental, em risco de insucesso e de abandono escolar.

Com o Projeto realiza-se um conjunto diferenciado de atividades, integradas num modelo de intervenção pessoal e social inovador. Serão realizadas atividades segundo 3 eixos e 6 dimensões, mais concretamente: atividades de desenvolvimento pessoal, quer a nível interno quer na relação; atividades de desenvolvimento psicoterapêutico, quer a nível criativo quer na saúde mental; atividades de desenvolvimento socioprofissional, quer a nível social e cultural quer na autonomização. Descrevem-se sumariamente as atividades integradas no modelo de intervenção, na tabela apresentada a seguir (ver Tabela 1)

Tabela 1. Modelo de intervenção e respetivas atividades.

Eixo	Subnível	Atividades*
Desenvolvimento Pessoal	Interno	1. <i>À minha descoberta.</i>
		2. <i>Eu desenvolvo as minhas competências.</i>
		3. <i>A minha casa e o meu espaço de estudo</i>
	na Relação	4. <i>O que esperam os meus pais e professores.</i>
		5. <i>Eu sei falar português.</i>



Eixo	Subnível	Atividades*
Desenvolvimento Psicoterapêutico	Criativo	6. Arteterapia.
		7. <i>O meu desafio.</i>
	na Saúde Mental	8. Musicoterapia e meditação.
		9. Desenvolvimento cognitivo.
Desenvolvimento Socioprofissional	Social e Cultural	10. Intervenção em pedopsiquiatria.
		11. <i>O meu grupo e os outros.</i>
	na Autonomização	12. <i>Como é bom viver em Portugal.</i>
		13. <i>Eu vou ter uma vida sustentável.</i>
	14. Autonomia e independência.	

Nota: * = As atividades são precedidas pela atividade de avaliação inicial e concluídas pela atividade de avaliação do impacto da intervenção, para cada intervenção individual.

O projeto tem como **meta** que 1000 crianças ou jovens em situação de vulnerabilidade, depois de terem participado nas atividades do projeto, melhorem em pelo menos 20% as suas competências pessoais e sociais que contribuem para a redução do insucesso e abandono escolar precoce.

Para além do objetivo estratégico e objetivo principal já referidos, consideram-se como objetivos específicos do Projeto **sQI** os objetivos para a operação apresentados no último relatório de progresso, tendo os vários semestres do período da operação (ver Tabela 2).

Tabela 2. Objetivos da operação do Projeto **sQI**.

Objetivo estratégico

Reduzir o insucesso e abandono escolar precoce das crianças e dos jovens do concelho de Albufeira.

Objetivo específico (Indicador)	2025		2026		2027	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
Abrangência de participantes	≥ 200	≥ 350	≥ 550	> 750	≥ 1100	≥ 1200
N.º de intervenções iniciadas	> 150	≥ 300	≥ 500	≥ 700	≥ 1000	≥ 1100
Meta	---	≥ 10	≥ 150	> 300	≥ 500	≥ 1000
Cumprimento da meta	---	≥ 1%	≥ 15%	≥ 30%	≥ 50%	≥ 100%
Execução financeira	≈ 9,1 %	≈ 27,3 %	≈ 45,5 %	≈ 63,6 %	≈ 81,8 %	100 %

Nota: * = os objetivos do plano de 2027 correspondem aos do segundo semestre de 2027; **Abrangência de participantes** = número de crianças e jovens referenciados; **Intervenções iniciadas** = sempre que se realiza pelo menos uma atividade do projeto com o participante; **Meta** = 1000



participantes aumentarem pelo menos 20% as suas competências pessoais e sociais que contribuem para a redução do insucesso e abandono escolar; **Execução financeira** = dotação orçamental ou financiamento do projeto.

Notar que os objetivos propostos são muito ambiciosos, pelo facto da meta do projeto aprovada assim o determinar. Deste modo foi efetuado um desdobramento da meta pelos semestres do projeto, tal como da sua execução financeira, embora sejam muito improváveis de serem totalmente concretizados. Isto deve-se em muito à falta de técnicos/as disponíveis no mercado e ao enorme dispêndio de recursos de tempo em tarefas que acabam por não serem financiadas, como são: a) a preparação das atividades; b) a sua calendarização e agendamento com os pais e, por vezes, com as escolas e, ainda, a sua confirmação; c) as inevitáveis e demasiado frequentes faltadas ou desmarcações das atividades em cima da hora; d) a necessidade de inserção e tratamento de dados e, ainda, de execução dos relatórios e de tarefas subjacentes, tais como de processamento salarial ou outras, e; e) muito especialmente, a indisponibilidade escolar de tempo dos participantes e a indisponibilidades dos seus pais em trazerem as crianças ao Espaço ECOS, o que invariavelmente resulta numa faixa de tempo estreita, das tardes ao final do dia, para se efetuarem as atividades.

Por seu turno, a abrangência de participantes e as intervenções iniciadas acompanham as necessidades de cumprimento da meta e os constrangimentos acima enunciados, acrescentando-se apenas mais uma margem de cerca de 10% de modo a contemplar situações em que os potenciais participante ou os pais não querem participar, em que os participantes não atingem 20% de melhoria de competências (ver a meta) ou que não concluem a intervenção. Portanto, na sua generalidade os valores dos objetivos propostos constituem referências incontornáveis num planeamento, para que no final se consiga atingir a meta estabelecida para o projeto.

Por seu turno, para se atingirem os objetivos da operação dever-se-ão cumprir concomitantemente outros objetivos institucionais, que reflitam uma boa e correta gestão do projeto e o cumprimento dos objetivos, normas e boas práticas da Instituição. São objetivas transversais à Instituição, no sentido de que incluem dimensões comuns a todas as respostas da Instituição. Por isso, são definidos segundo em 5 dimensões, mais precisamente, com relação: a) aos participantes; b) aos trabalhadores; c) à sustentabilidade financeira, ambiental e social; d) à organização, e; e) à comunidade (ver a Tabela 3).

Tabela 3. Objetivos globais.

Objetivo	Dimensão	Indicador	Meta
Melhorar as competências sociais e pessoais associadas ao sucesso escolar.	Participantes	Eficácia da internação (com melhorias \geq 20%).	\geq 90% dos casos*
Obter uma satisfação elevada com as atividades.	Participantes	Grau de satisfação (0 a 10).	\geq 7
Aumentar da equipa alargada.	Trabalhadores	Aumento do número de elementos.	\geq 25%
Controlar a rotação da equipa.	Trabalhadores	Taxa anual de rotação.	\leq 25%
Ter uma satisfação elevada no trabalho.	Trabalhadores	Grau de satisfação (0 a 10).	\geq 7
Conseguir que os gastos de RH fiquem cobertos pelo financiamento do projeto.	Sustentabilidade financeira	Cobertura dos gastos de RH pelo financiamento do projeto.	\geq 100%*



Objetivo	Dimensão	Indicador	Meta
Reciclar os materiais dos projetos obsoletos ou residuais.	Sustentabilidade ambiental	Quantidade reciclada.	≥ 90%
Dinamizar as referências dos parceiros e da comunidade em geral.	Sustentabilidade social	Evolução das referências.	≥ 90%*
Garantir uma resposta atempada das solicitações centrais.	Organizacional	Taxa de resposta dentro dos prazos estabelecidos ou razoáveis.	≥ 95%
Obter a satisfação geral das partes interessadas com o projeto.	Comunidade	Grau de satisfação dos pais, professores e parceiros (0 a 10).	≥ 6

Nota: * = os objetivos relacionados com os indicadores e objetivos da operação (ver tabela 1).

De modo a melhor cumprir com as orientações estratégicas da Instituição estabeleceram-se os objetivos acima: a) para os participantes, do aumento significativo das competências e da satisfação com as atividades; b) para os trabalhadores, do aumento necessário da equipa e do controlo da rotação, ao mesmo tempo que da satisfação com o trabalho; c) para a sustentabilidade financeira, das receitas cobrirem pelo menos os gastos de recursos humanos; d) para a sustentabilidade ambiental, da reciclagem; e) para a sustentabilidade social, da articulação e referência dos participantes pelos parceiros e técnicos/as do concelho; f) para a organização, da resposta atempada face às solicitações dos serviços centrais, e; g) para a comunidade, da satisfação das partes interessadas.

No seu conjunto, o Projeto **SQIIS** até ao momento tem enfrentado com sucesso muitos desafios, tais como: a) a dificuldade no recrutamento de técnicos/as especializados/as no mercado; b) o insuficiente crescimento inicial das referências dos parceiros e dos técnicos/as do concelho; c); a insuficiência de salas nas escolas para as atividades; d) a disponibilidade de apenas ao final dos dias os pais trazerem as crianças ou os jovens e as poucas tardes livres que os alunos têm; d) o elevado consumo de tempo despendido para organizar as atividades, incluindo as marcações e confirmações e a construção dos materiais e das ferramentas, e; e) a insuficiente cobertura dos custos de RH com o financiamento das horas de atividades dietas do Portugal 2030. Espera-se que no ano de 2026 se consiga ultrapassar ainda mais e definitivamente as muitas dificuldades que o projeto se tem deparado. Espera-se que projeto siga o seu rumo a bom ritmo e se aproxime cada vez mais do cumprimento dos objetivos propostos e, mais em particular, do atingir da sua meta e do propósito da redução do insucesso e abandono escolar no concelho, através do aumento das competências pessoais e sociais das crianças e jovens de Albufeira.



Cofinanciado pela União Europeia



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Handwritten marks: a checkmark, the number '71', and a signature.





2.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE

2.3.1. Gabinete de Inserção Social

O Gabinete de Inserção Social (GIS) tem como principal missão apoiar indivíduos ou famílias em situações de vulnerabilidade socioeconómica, e posteriormente fornecer estratégias de autonomização.

Os objetivos estratégicos prendem-se na gestão sustentável, qualidade do serviço e envolvimento da comunidade. O GIS é uma resposta social que integra 2 serviços (ver tabela 1).

Tabela 1: Serviços do GIS.

Serviços	Descritivo	Destinatários
1. Atendimento e Acompanhamento Social	Fornecimento de suporte especializado pela equipa técnica sobre os direitos sociais e serviços públicos existentes.	Comunidade em geral.
2. Apoio Alimentar	Disponibilização de programas alimentares que visam fornecer géneros alimentares ou refeições confeccionadas.	*Indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade socioeconómica.

Nota: * = Referenciados pelo Instituto de Segurança Social e pelo SAAS da Câmara Municipal de Albufeira.

Atendimento e Acompanhamento Social

O atendimento e acompanhamento social não tem limite de número de destinatários

Apoio Alimentar

O apoio alimentar está abrangido por três tipologias de medida com número de destinatários acordados em protocolos (ver tabela 2).

Tabela 2: Tipologias de Apoio Alimentar.

Tipologias	Tipologia subdividida	Nº de pessoas/famílias protocoladas
1. Programa Alimentar 3 A'S		50 famílias.
2. Pessoas 2030 – Privação Material	Distribuição direta (cabaz alimentar mensal)	602 pessoas.
	Distribuição indireta (cartão social eletrónico)	417 pessoas.
3. Cantina Social – O Manjar		15 pessoas (30 refeições diárias).

Nota: * =



Para o ano de 2026, tomam-se 9 objetivos específicos que se detalham a seguir e que envolvem os dois serviços e toda a atividade relacionada com o Gabinete de Inserção Social.

Objetivo Estratégico: Gestão sustentável.

Garantir a sustentabilidade ambiental, social e financeira. A melhoria da resposta social são um foco imprescindível da Instituição. A sustentabilidade ambiental evidencia-se através da reciclagem do papel e do plástico, e da verificação de consumo de tinteiros e papel e posteriormente do consumo de eletricidade. A sustentabilidade social expressa-se na aquisição de bens alimentares levantados no polo do Banco Alimentar de Portimão, de modo a assegurar uma melhor qualidade de vida e promoção do bem-estar dos destinatários. Para a sustentabilidade financeira, é de extrema importância manter os protocolos das tipologias de apoio alimentar existentes com o Instituto de Segurança Social e a Câmara Municipal de Albufeira e alcançar o número de destinatários.

Garantir a responsabilidade social das entidades parceiras. Para um melhor funcionamento do serviço de apoio alimentar é necessário que haja donativos de entidades de géneros alimentares para se complementar os cabazes alimentares mensais fornecimentos aos destinatários. E no sentido de a Instituição também beneficiar destes donativos rececionados no GIS, é importante a articulação com a nutricionista para distribuição de donativos pelas respostas sociais.

Objetivo Estratégico: Qualidade de serviços.

Garantir apoio a nível social à comunidade. Prevê-se realizar atendimentos e acompanhamentos sociais consoante a deslocação de indivíduos ou famílias à resposta social para esclarecimentos dos seus direitos sociais e apoios sociais existentes, consoante a sua situação pessoal.

Garantir o direito à alimentação dos destinatários. De acordo com o protocolado com as entidades parceiras, prevê-se assegurar as entregas de cabazes alimentares mensais, distribuição de cartões sociais eletrónicos com valor monetário atribuído mensalmente e de entrega de duas refeições confeccionadas diariamente, de acordo com o número de destinatários estipulado em cada tipologia de apoio alimentar.

Garantir competências à equipa do GIS. Para melhorar os serviços prestados aos destinatários e enriquecer os trabalhadores no desempenho das suas funções toma-se a importância da frequência em formações. Neste objetivo importa-se salientar as medidas de segurança e os cuidados que se devem ter no local de trabalho, conta-se especial articulação com a técnica de SST.

Objetivo Estratégico: Envolvimento com a comunidade.

Dinamizar atividades de competências sociais aos destinatários. Pretende-se manter e reforçar as ações de sensibilização sobre Gestão Orçamental Familiar, Seleção de Géneros Alimentares e Regras de Utilização do Cartão Eletrónico, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida dos destinatários do serviço de apoio alimentar. Conta-se com o apoio da nutricionista da Instituição para a dinamização e sensibilização aos destinatários, no sentido do combate ao desperdício alimentar e seleção de géneros alimentares mais saudáveis.

Realizar campanhas de recolha e solidárias. Manter as campanhas de recolha de papel e de alimentos nos supermercados protocolado com o Banco Alimentar do Algarve. Pretende-se também que a campanha de recolha de tampas continue, e que seja articulado com a Associação Espiral de Vontades



para o respetivo levantamento. No que concerne nas campanhas solidárias, iremos assegurar a parceria com a EAPN para a realização da comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, em articulação com o Departamento de Marketing, Comunicação e Imagem (DMCI) para a divulgação do evento.

Articular com entidades externas para discussão de casos dos destinatários. No sentido de melhorar o trabalho em rede entre diversas entidades parceiras, pretende-se manter a frequência mensal nas reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI) onde garante uma atuação mais eficaz e coordenada na definição de estratégias e combate às problemáticas sociais existentes.

Incentivar a participação da comunidade na prática do voluntariado. Conta-se ter o mesmo apoio de voluntários para a colaboração tanto na organização como na preparação e distribuição de bens alimentares às famílias apoiadas.

Tabela 3. Operacionalização dos objetivos.

Objetivo Específico	Atividade	Indicador	Fórmula de Cálculo do Indicador	Meta 2026	para Fontes de verificação
Garantir a sustentabilidade ambiental, social e financeira.	Verificação de consumo de tinteiros, papel e eletricidade; Reciclagem de plástico e papel; Levantamento no BA Portimão de géneros alimentares; Protocolos com as entidades.	Rentabilidade operacional.	$(\text{Proveitos/Gastos operacionais}) \times 100$	$\geq 50\%$.	Contagem de cópias da impressora; Dados financeiros; Guias de remessa; Folhas de Excel.
Garantir a responsabilidade social das entidades parceiras.	Levantamento de doações de géneros alimentares na restauração, hipermercados e unidades hoteleiras.	Resultado de doações.	$(\text{n}^\circ \text{ de doações } 2026 / \text{n}^\circ \text{ de doações } 2025) \times 100$	$\geq 5\%$.	Guias de remessa; Recibos donativos.
Garantir apoio a nível social à comunidade.	Atendimentos e acompanhamentos sociais.	Taxa de resposta.	$(\text{n}^\circ \text{ de atendimentos/accompanhamentos agendados} / \text{n}^\circ \text{ de atendimentos/accompanhamentos realizados}) \times 100$	100%.	Registos.
Garantir o direito à alimentação dos destinatários.	Entrega de cabazes alimentares mensais; Distribuição de cartões sociais eletrónicos; Entrega diária de duas refeições confeccionadas.	Taxa de resposta.	$(\text{n}^\circ \text{ de destinatários/famílias apoiadas} / \text{n}^\circ \text{ protocolado de destinatários/famílias}) \times 100$	$\geq 90\%$.	Credenciais e Registo de Refeições Diárias.
Garantir competências à equipa do GIS.	Formação da equipa técnica e da equipa operacional.	Taxa de frequência.	$(\text{n}^\circ \text{ de horas de formações efetuadas em } 2026 / \text{n}^\circ \text{ de horas de formações efetuadas em } 2025) \times 100$	$\geq 60\%$.	Certificados.



Dinamizar atividades de competências sociais aos destinatários.	Ações de sensibilização.	Taxa de participação.	(nº de presenças em 2026 / nº de presenças em 2025) x 100	>95%.	Registos de presenças e fotográficos.
Realizar campanhas de recolha e solidárias.	Campanhas de recolha.	Resultado do peso.	(resultado de pesagem de 2026/resultado de pesagem de 2025) x 100	>5%.	Registos de pesagem e fotográficos.
	Campanhas solidárias.	Resultado do valor.	(resultado de valor de 2026/resultado de valor de 2025) x 100	>5%.	Registos de valor angariado e fotográficos.
Articular com entidades externas para discussão de casos dos destinatários.	Reuniões com os parceiros do NLI.	Taxa de frequência.	(nº de frequência / nº de reuniões) x 100	≥95%.	Atas.
Incentivar a participação da comunidade na prática do voluntariado.	Voluntariado.	Dias de voluntariado.	(nº de dias 2026/ nº de dias 2025) x 100	≥5%.	Ficha de inscrição.

Em suma, o Gabinete de Inserção Social pretende manter a sua missão de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma a contribuir para a redução da pobreza e exclusão social, objetivos que são inerentes às atividades desenvolvidas.

ODS trabalhadas no Gabinete de Inserção Social

1 – Erradicar a pobreza; 2 – Erradicar a fome; 10 – Reduzir as desigualdades; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; 12 – Produção e consumo sustentáveis; 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos.





[Handwritten signatures and initials in blue ink]



2.3.2. Violência Doméstica

Casa Abrigo Cegonha

A Casa Abrigo Cegonha é uma resposta social certificada, integrada na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica. Destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores e/ou dependentes, com o principal objetivo do afastamento da situação de violência e o apoio na definição de um novo projeto de vida, procurando capacitar as vítimas para o seu empoderamento e autonomização.

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira pretende consolidar e ampliar a atuação da Casa de Abrigo em 2026, através da revisão em alta do acordo de cooperação, pelo que aguarda o deferimento da candidatura ao PROCOOP, para a abrangência da totalidade da capacidade no acordo de cooperação e o pagamento do valor efetivo do custo do utente, por se tratar de uma resposta social atípica.

A promoção da melhoria dos serviços prestados às vítimas, do fortalecimento da segurança e do bem-estar, do foco na sustentabilidade social e ambiental, do aprimoramento da infraestrutura e eficiência energética e do envolvimento com a comunidade, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Oferecer um acolhimento humanizado, seguro e eficiente, bem como, garantir a sustentabilidade financeira, são os grandes objetivos para o ano de 2026.

Destacamos ações que nos propomos a realizar em 2026, para concretizarmos os objetivos estratégicos:

Melhoria dos serviços prestados, através da capacitação contínua da equipa com destaque no acolhimento humanizado, no bem-estar e na segurança das pessoas e bens.

Reforço da sustentabilidade da Resposta Social, desenvolvendo parcerias com organizações locais e setor privado para captação de recursos e fortalecimento da rede de apoio.

Promoção da autonomização e reintegração social das vítimas, desenvolvendo estratégias para promover o envolvimento com a comunidade, com enfoque especial na sua reabilitação emocional, no apoio e aconselhamento jurídico e na melhoria das condições de autonomização, sobretudo no que respeita ao acesso à habitação.

Este plano visa consolidar a Casa de Abrigo como uma referência de proteção, acolhimento e empoderamento, alinhada às melhores práticas e às metas globais de desenvolvimento sustentável, promovendo um ambiente seguro, sustentável e integrado na comunidade.





2.3.3. Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social

Aldeia do SANACAI

A Misericórdia de Albufeira é a entidade promotora do Projeto Aldeia do SANACAI em parceria com a Câmara Municipal de Albufeira. O Projeto Aldeia do SANACAI é um projeto piloto, com início a 13 de abril de 2017, com o objetivo de garantir as condições de habitabilidade temporária de famílias da etnia cigana, que se encontram em situação de exclusão ou marginalização social.

O objetivo estratégico é a promoção da inclusão social e melhoria das condições de habitabilidade da comunidade cigana. O projeto sofreu algumas alterações devido à pandemia covid-19, passando os destinatários a serem seguidos em apenas dois serviços (ver tabela 1).

Tabela 1: Serviços da Aldeia do SANACAI.

Serviços	Descritivo	Destinatários
1. Acompanhamento Social	Fornecimento de suporte especializado pela equipa técnica sobre os direitos sociais e serviços públicos existentes.	Residentes no Projeto Aldeia do SANACAI.
2. Acompanhamento Escolar	Articulação entre o ensino escolar e os encarregados de educação.	Residentes no Projeto Aldeia do SANACAI.

O projeto conta com 8 habitações, atualmente 7 estão habitadas (29 residentes). Para o ano de 2026, conta-se com 2 objetivos específicos que se detalham a seguir e que envolvem os dois serviços disponíveis.

Atualizar o diagnóstico social e habitacional e redefinir o plano de intervenção. O projeto Aldeia do SANACAI necessita de uma reestruturação onde é implícito realizar um levantamento das condições habitacionais, situação escolar e profissional dos agregados residentes.

Redefinir o plano de intervenção. Proceder à atualização do regulamento interno e renegociação dos contratos existentes. E trabalhar em parceria com outras entidades para um melhor plano de intervenção.

Tabela 2. Operacionalização do objetivo.

Objetivos Específicos	Atividade	Indicador	Fórmula de Cálculo do Indicador	Meta para 2026	Fontes de verificação
Atualizar o diagnóstico social e habitacional	Acompanhamento social e escolar.	Diagnóstico atualizado.	$(n^{\circ} \text{ diagnóstico atualizado} / n^{\circ} \text{ total de famílias}) \times 100$	≥50%.	Registos, Folha de Excel.



Redefinir o plano de intervenção.

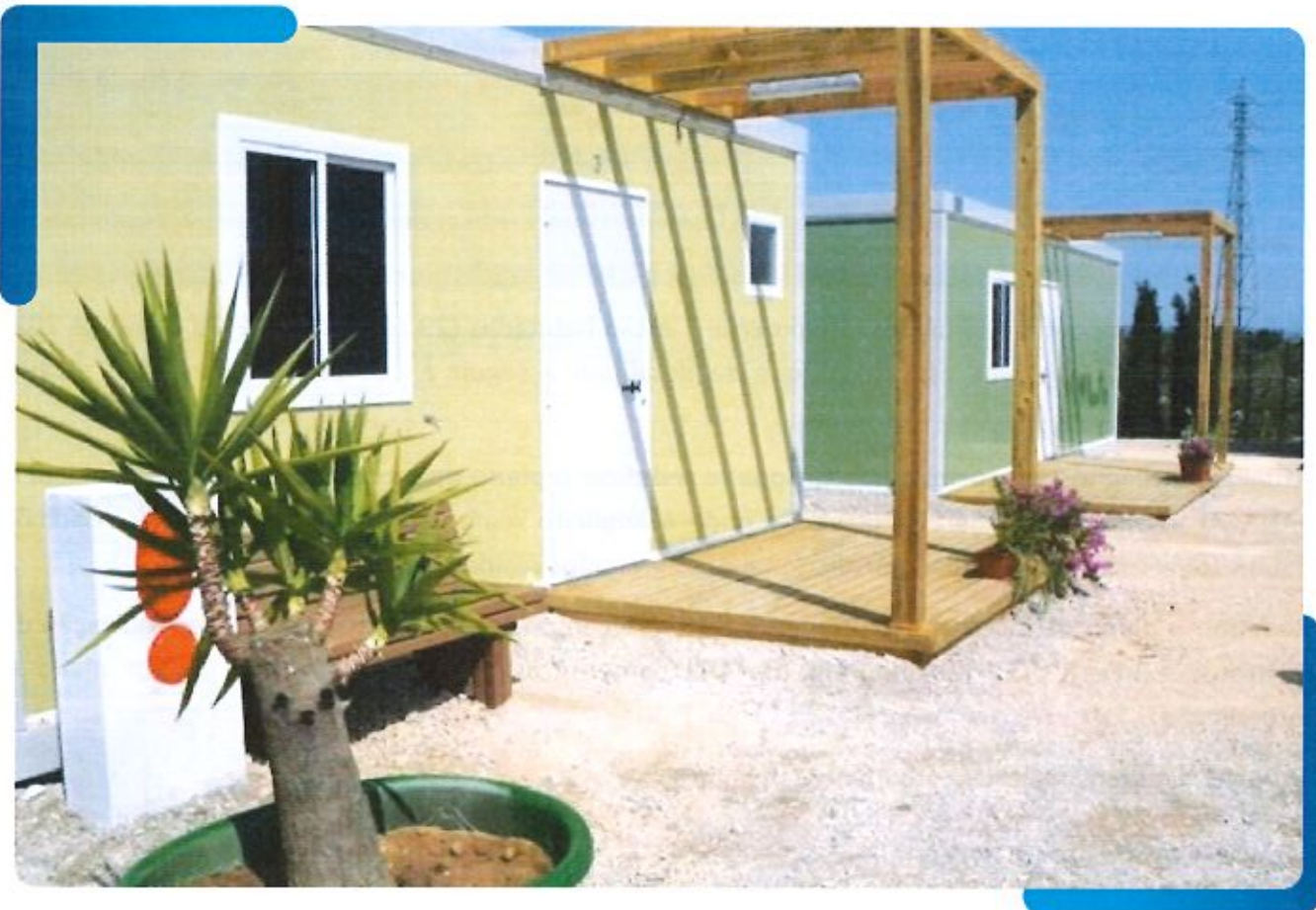
Novas ações de intervenção.

Planos redefinidos.

(nº planos redefinidos / nº total de famílias) x 100 $\geq 5\%$.

Registos, Folha de Excel.

Em suma, o Projeto Aldeia do SANACAI pretende reformular o funcionamento de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma a contribuir para a redução das desigualdades, propondo-se a trabalhar de acordo com as seguintes :10 – Reduzir as desigualdades; 12 – Produção e consumo sustentáveis; 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos.





ECOS – Oficina Ecológica de Economia Social

O ECOS nasceu com um projeto ou iniciativa de inovação e empreendedorismo social, que teve por objetivo reduzir a pobreza ou exclusão social no concelho de Albufeira. Para o efeito, cumpriu a meta estabelecida em 114%, durante o período de três anos em que operou no concelho.

Após o término do financiamento, fomos obrigados a ajustar o modo de funcionamento do ECOS para continuar a dar resposta à comunidade em áreas essenciais. Como objetivo estratégico toma-se o aumentar o valor social, ambiental e de economia social do ECOS, de modo a melhor assegurar a sua continuidade e o seu desenvolvimento.

A Oficina Ecológica de Economia Social, constitui-se como uma resposta social integrada, que agrega e em que se gere 8 serviços diferenciados (ver a Tabela).

Tabela: Serviços do ECOS

Resposta	Produtos e serviços	Destinatários
1. Balneário	Disponibilização de serviços de balneário para tomar banho, incluindo o fornecimento de produtos de autocuidado, num equipamento em separado para homens e para mulheres.	Sem-abrigo de albufeira*
2. Lavandaria	Disponibilização de serviços de lavagem e secagem de roupa, em equipamento industrial para lavar e para secar roupa.	Sem-abrigo de albufeira*
3. Doações	Receção de doações de roupa, calçado, mobiliário, brinquedos e outros artigos pontuais, para triagem, reciclagem e realocação ou doação social.	Doadores individuais ou entidades.
4. Reciclagem	Triagem das roupas, calçado e brinquedos e envio do excedente ou dos resíduos para uma empresa especializada em reciclagem têxtil e dos restantes subprodutos para as devidas reciclagens clássicas e reciclagem municipal.	Empresa de reciclagem têxtil.
5. Loja Social	Disponibilização a baixo custo de artigos de roupa, calçado, acessórios e mobiliário a pessoas em geral que se dirijam ao Espaço ECOS, incluindo utentes da Instituição e, correntemente sem custo, pessoas em situação de sem-abrigo e situações emergentes pontuais.	Pessoas e sem-abrigo do concelho e da Instituição.
6. Armazém	Recolha, triagem, armazenamento e recolocação de artigos e mobiliário destinado às respostas da Instituição e a pessoas do concelho.	Instituição e pessoas do concelho.
7. Tecelagem	Produção e comercialização de artigos em tear manual tradicional, tais como individuais, tapetes, mantas ou outros artigos especializados ou pontuais.	População em geral.
8. Costura	Prestação de serviços de costura profissional, quer de um amplo leque de arranjos quer de modelagem com o fabrico de peças de costura personalizadas.	População em geral.

Nota: * = sem-abrigos referenciados pela Rede Social do concelho.

Para o ano de 2026, tomam-se 5 objetivos que se detalham a seguir e que envolvem um ou mais serviços tipificados do ECOS.

Garantir a sustentabilidade social, económica e ambiental do ECOS. A continuidade e melhoria dos serviços são sempre um foco e objetivo da Instituição, o que também é transversal aos serviços e produtos ECOS. A sustentabilidade social expressa-se através da adaptação e melhoria continua dos produtos e serviços, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida e um aumento do bem-estar dos seus destinatários. A sustentabilidade ambiental evidencia-se através da recolha e triagem dos



artigos rececionados, da respetiva recolocação na loja social e do envio dos resíduos para reciclagem, para além da recolocação nas pessoas em situação de maior vulnerabilidade, tais como as pessoas em situação de sem-abrigo do concelho e os utentes da Instituição. Mais em concreto para a sustentabilidade económica, toma-se por objetivo e referência que os produtos e serviços do Espaço ECOS obtenham um retorno apenas superior a 50% dos gastos operacionais.

Reforçar os serviços de emergência social. Pretende-se manter e reforçar os produtos e serviços que se inserem na área da emergência social, tais como a lavandaria, o balneário e as doações. Destinam-se às pessoas em situação de sem abrigo ou em uma situação equivalente de necessidade maior. Toma-se por objetivo conseguir-se 100% de resposta às pessoas em situação de sem-abrigo, que recebamos pela primeira vez e, depois, que sejam acompanhadas pela Rede Social de Albufeira. Mais precisamente, todos os sem-abrigo que chegam ao Espaço ECOS pela primeira vez podem tomar banho, lavar e secar a roupa e receber roupa e calçado e mais uma muda de roupa, segundo as suas necessidades. A seguir, e caso ainda não estejam a ser seguidos pela Rede Social de Albufeira, são encaminhados para a mesma que agrega e articula com todos os serviços sociais do concelho, e a prestação de serviços no Espaço ECOS passa a ser efetuada em articulação com a mesma.

Reforçar a dinamização da Loja Social e otimizar a gestão das doações do Armazém. A Loja Social terá um reforço da divulgação, concertada com o Departamento de Marketing, comunicação e Imagem, e terá um reforço das ações ou eventos associados, tais como campanhas solidárias e pequenos eventos sociais. Concomitantemente trabalhar-se-á no sentido de otimizar a gestão do Armazém, que tem sido utilizado pela manutenção dada a quantidade e a extensão de obras de requalificação a decorrer na Instituição e a necessidade de guardar materiais e equipamentos dessas repostas. Por esse motivo e dadas as dificuldades em mobilizar os artigos em estoque, não se poderá garantir objetivos relacionado com a rotação do estoque. Contudo, tem-se por objetivo efetuar uma triagem de mais de 95% dos artigos recebidos por doação.

Expandir e diversificar o serviço de costura. A área da costura é uma área que muito rapidamente obteve uma procura superior à resposta, desde que foi iniciada. Mesmo assim, pretende-se melhorar a rentabilização e a diversificação da área. Tem-se por objetivo aumentar o volume de serviços, refletindo-se num aumento das receitas superior a 5% para 2026. Por seu turno, pretende-se continuar no percurso bem-sucedido de divulgação. Também se pretende continuar a desenvolver a colaboração interna com as respostas, ao nível da costura e dos arranjos necessários, e com os serviços centrais, ao nível da diversificação de produtos de conveniência para as iniciativas internas e externa relevantes.

Reforçar e criar mais valor na Tecelagem, como marca identitária da Misericórdia de Albufeira. A área da tecelagem constitui uma área de valor identitário da Misericórdia, que se pretende preservar e desenvolver cada vez mais. Pretende-se desenvolver novos produtos, reforçar os locais de exposição e venda e fortalecer definitivamente uma marca com uma identidade visual própria. A possibilidade de criar uma linha de produtos específica para lojas turísticas também vai ser considerada e explorada. Por tudo isso, pretende-se penetrar mais no mercado aumentando a cota de vendas em pelo menos 5%.

Notar que os objetivos propostos constituem, muitas vezes, referências incontornáveis, que se sabe à cabeça que encerram dificuldades provavelmente inultrapassáveis, exceto se forem encontradas soluções inovadoras ou não esperadas no presente momento. É o que acontece com a rentabilidade financeira associada à gestão do Espaço Ecos: para além de a sua real avaliação ser demasiado



consumidora de recursos, exceto se houver recurso a estimativas, os 50% são demasiado ambiciosos face aos custos, apesar do enorme valor social que representam para o concelho de Albufeira. Por isso mesmo, a Misericórdia de Albufeira mantém estas respostas e serviços a favor da comunidade e dos que se encontram em situação de maior dificuldade.

Em suma, pretende-se que o Espaço ECOS cresça e rentabilize melhor o tremendo investimento da Instituição neste espaço, que dispõe de amplas possibilidades de desenvolvimento, e que aloja a sede de operação do Projeto sQills. Com tudo isso se pretende que esta resposta integrada assegure a sua continuidade e uma contínua criação de valor social, ambiental e de economia social.



Projeto Albufeira GerAção

Coesão | Capacitação | Inclusão
Cohesion | Capacity-building | Inclusion

Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5ª Geração

5th Generation Local Social Development Contracts

Ações Gratuitas
Free activities

Horário
Schedule
9:00 às 17:00



AlbufeiraGerAção

CLDS-5G

01

Emprego, Formação e Qualificação

Employment, Training
and Qualification

02

Combate à Pobreza e à Exclusão Social de Crianças e Jovens

Engagement against poverty
and social exclusion of children
and young people

04

Desenvolvimento Social, Capacitação Comunitária e Intervenção em Contextos de Emergências

Social development, community
capacity-building and
emergency-context intervention

Contactos Gerais

General contacts

289 585 472 | 969 527 508
provedoria@scmalbufeira.com

Contactos

Contacts

289 514 673
clds5g@scmalbufeira.com

Morada

Address

Espaço Em Con_tato
Rua António Aleixo n.22
8200-091 Albufeira

www.misericordiaalbufeira.com



Contratos Locais de Desenvolvimento Social: CLDS-5G GerAção

O Contrato Local de Desenvolvimento Social 5.ª Geração (CLDS 5G) é um programa de intervenção social de proximidade que visa promover a inclusão social e o combate à pobreza, prevenir a exclusão social e reforçar a coesão social e territorial.

Segundo o despacho nº 9877/2024, Albufeira foi identificada como território vulnerável, tendo a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, demonstrado interesse no programa e foi constituída entidade coordenadora local da parceria (ECLP), de acordo com o art.º. Nº 11 nº2 da Portaria 428/2023 de 12 de dezembro.

O programa CLDS 5G Albufeira GerAção é cofinanciado pela União Europeia e pelo programa Regional Algarve 2030, tendo a durabilidade de 36 meses, de 2/12/2025 a 31/12/2028.

Durante o ano 2026, o projeto terá em consideração as 5 dimensões estruturais, destinatários, equipa, sustentabilidade, organizacional e a comunidade tendo como foco uma gestão eficaz e eficiente.

O CLDS 5G é desenvolvido em parceria contando com o envolvimento de diversos parceiros estratégicos - autarquia, associações, IPSS, agrupamentos escolares, entidades formadoras e empresas, visando uma intervenção integrada, articulada e ajustada às necessidades e especificidades da comunidade.

O plano de ação do CLDS 5G organiza-se em torno de três eixos estratégicos de atuação, os quais:

Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação

Eixo 2 – Combate à Pobreza e à Exclusão Social das Crianças e Jovens, Promotor de uma Efetiva Garantia para a Infância

Eixo 4 – Desenvolvimento Social, Capacitação Comunitária e Intervenção em Contextos de Emergência Social e de Cenários de Exceção

O **Eixo 1-Emprego, Formação e qualificação** têm como propósito promover a empregabilidade e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, com vista à integração e reintegração no mercado de trabalho. Serão dinamizadas ações de formação, sensibilização e capacitação, oficinas de competências digitais e de empreendedorismo bem como iniciativas de aproximação entre formandos e entidades empregadoras. Pretende-se melhorar o nível de qualificação da população e fomentar o espírito de iniciativa e de inovação. Este eixo tem uma importância particular na região algarvia, onde a sazonalidade do emprego e a concentração setorial exigem estratégias inovadoras e diversificadas de qualificação.

O **Eixo 2 – Combate à Pobreza e à Exclusão Social das Crianças e Jovens, Promotor de uma Efetiva Garantia para a Infância**, visa garantir o desenvolvimento pleno e equilibrado das crianças e jovens, assegurando-lhes condições de igualdade e oportunidade. Neste âmbito, serão dinamizadas ações de fortalecimento de competências sociais e pessoais, sensibilização para serviços essenciais de qualidade, abordando vários temas associados a comportamentos de risco e à promoção de estilos de vida saudáveis.

O **Eixo 4 – Desenvolvimento Social, Capacitação Comunitária e Intervenção em Contextos de Emergência Social e de Cenários de Exceção** visa capacitar os destinatários em situação de vulnerabilidade, a agir eficazmente em situação de emergência social, como também serão promovidas



ações de informação e sensibilização sobre a igualdade de acesso a bens essenciais, direitos e deveres. Paralelamente, este eixo promove a solidariedade, o voluntariado e o envolvimento cívico, incentivando a participação ativa da população na vida comunitária.

Com a implementação dos Eixos 1, 2 e 4, o CLDS 5G -Albufeira GerAção pretende gerar um impacto social significativo, promovendo a inclusão, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento sustentável do território. O projeto assume-se como um pilar essencial para a valorização das pessoas, o fortalecimento das comunidades e a construção de uma comunidade mais coesa, participativa, equitativa e solidária.

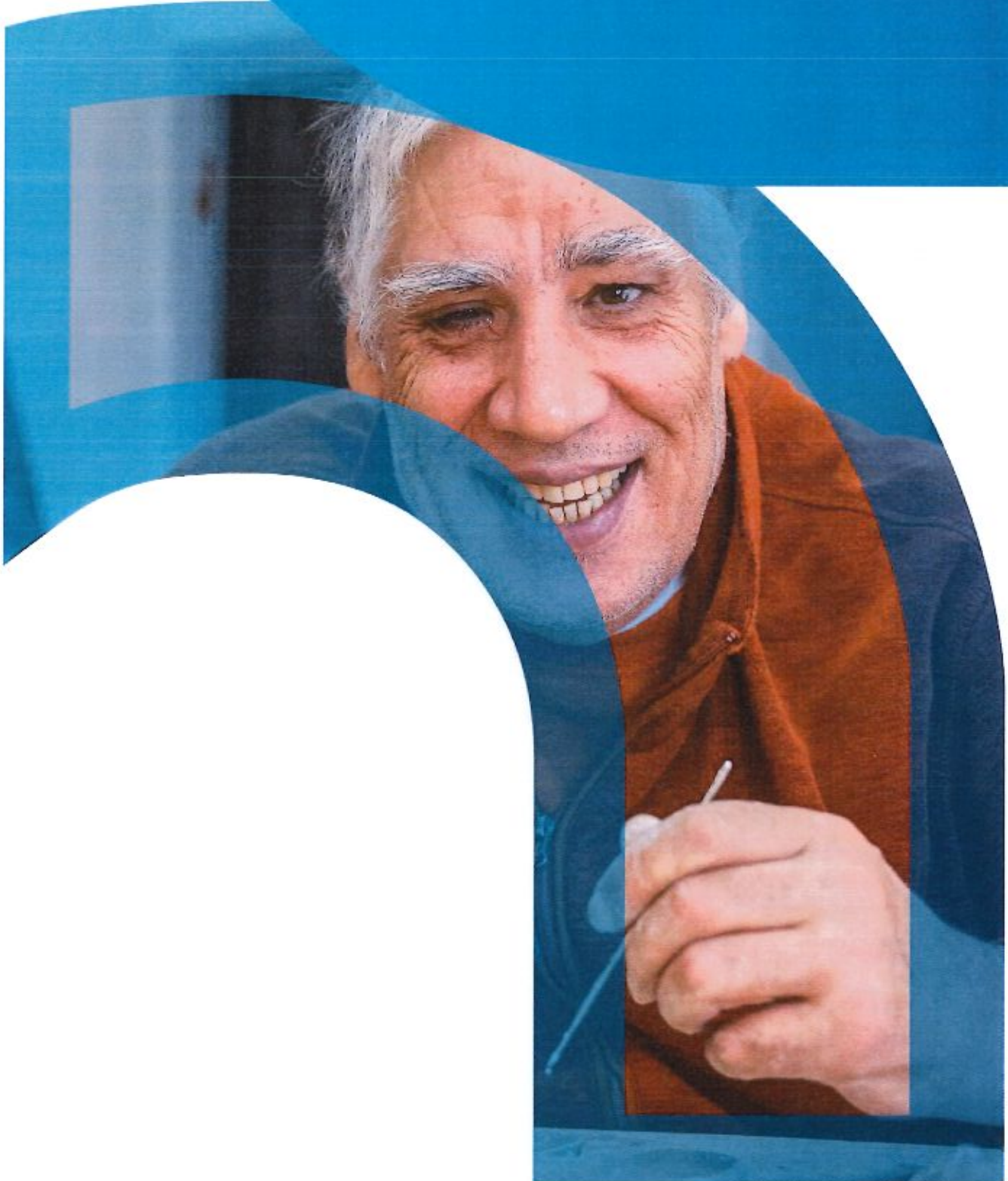


Handwritten initials or marks in the top right corner, including a stylized 'H' and a signature.



Handwritten initials or signature in the top right corner.

Handwritten initials or signature in the top left corner.





2.4. SAÚDE MENTAL

A Saúde Mental não é um destino, é uma jornada, onde temos que trabalhar todos os dias.

A Saúde Mental é uma componente essencial do bem-estar global, pois envolve o equilíbrio emocional, cognitivo e social que nos permite lidar com desafios, relacionar-nos, trabalhar e viver com qualidade. No mundo atual, enfrenta-se uma “epidemia silenciosa” estimando-se que metade da população desenvolva pelo menos um transtorno mental ao longo da vida.

Atualmente, alguns conceitos como “mental fitness” ganharam destaque, refletindo uma nova abordagem, ou seja, tratar a Saúde Mental como um treino para a mente e não apenas como um “reparo” de doenças.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, em Portugal cerca de um quinto da população (22,9%), sofre de perturbação mental, sendo Portugal o 2º país da União Europeia com a mais elevada prevalência de doenças psiquiátricas.

A Casa da Paz engloba 2 duas Respostas Sociais, nomeadamente, a Unidade de Vida Apoiada e o Fórum Sócio Ocupacional, cujo campo de ação assenta na intervenção com pessoas portadoras de doença psiquiátrica. São duas Respostas Sociais que se inserem no Despacho Conjunto nº407/98, de 18 de junho e necessitam, com a brevidade possível, integrar a Rede Nacional dos Cuidados Continuados em Saúde Mental, de forma a adequar a legislação ao funcionamento enunciado no Plano Nacional para a Saúde Mental. A adaptação destas Respostas Sociais pressupõe obrigatoriamente investimento na adequação do equipamento, bem como um hipotético reforço da equipa, sendo os valores pagos pela RNCCSM superiores aos valores atuais pagos por um acordo atípico. Por exemplo, esta seria uma forma da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira conseguir equilibrar o défice dos resultados anuais com estas Respostas Sociais, mantendo desta forma em funcionamento Respostas Sociais de intervenção nesta área, tão necessárias na região do Algarve. Atualmente, estas duas Respostas Sociais continuam a manter o seu funcionamento com base nos Acordos de Cooperação atípicos, tripartidos: Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, Instituto da Segurança Social (ISS) e o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Em 2026, a Misericórdia de Albufeira terá que tomar decisões quanto ao futuro destas duas respostas sociais, que embora necessárias, tem um peso elevado pelos resultados negativos acumulados ao longo dos anos. Tratando-se de um acordo atípico, urge apresentar ao ISS e ao SNS um pedido de avaliação sobre a adaptação da UVA e FSO às respostas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados em Saúde Mental. Se não se traduzir em financiamento para a adaptação e ao funcionamento, teremos que considerar o encerramento por falta de condições físicas do edificado e reiterados resultados negativos por subfinanciamento dos acordos de cooperação.

O plano de atividades da Casa da Paz para o ano 2026, foi desenvolvido de forma a garantir o funcionamento das respostas sociais baseados nos valores da Instituição e de acordo com as necessidades reais dos nossos utentes, suas famílias e da comunidade. Desta forma, este Plano encontra-se alinhado em torno de 5 eixos estratégicos fundamentais, orientando a ação para a promoção do bem-estar, autonomia e participação ativa dos utentes, bem como para a sustentabilidade organizacional e o fortalecimento das relações com a comunidade.



2.4.1. Unidades Residenciais para doentes mentais

Unidade de Vida apoiada – UVA Casa da Paz

Para 2026 foram definidos cinco objetivos estratégicos prioritários para o plano de atividades e orçamento para a UVA, que se pretende ver realizados com sucesso:

Consolidar práticas que garantam o bem-estar e uma melhor prestação de serviços aos utentes, em alinhamento com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, promovendo uma melhoria dos espaços existentes e da condição de saúde dos utentes. Desta forma, serão desenvolvidas ações que vão permitir uma melhoria na qualidade de vida dos utentes e dos serviços que prestamos, oferecendo melhores condições de conforto e segurança.

Promover e consolidar iniciativas interrelacionais, reforçando o compromisso com o ODS 17 – Parcerias para os Objetivos, fomentando ações conjuntas envolvendo os utentes em iniciativas sociais que gerem valor compartilhado e aprendizagem mútua.

Promover um ambiente de trabalho saudável e motivador, através de atividades de bem-estar, acompanhamento técnico e formação contínua, em alinhamento com o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, constitui um pilar essencial para fortalecer o clima institucional, aumentando o bem-estar e a cooperação entre os vários profissionais. Estas atividades são ferramentas estratégicas de gestão de pessoas que permitem combater comportamentos tóxicos, bem como investir em capacitação e crescimento dos trabalhadores (valorização de competências individuais). Um bom ambiente de trabalho é uma estratégia essencial para a construção de uma dinâmica organizacional mais sólida e colaborativa.

Garantir a sustentabilidade financeira, social e ambiental, em alinhamento com o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis e o ODS 16 – Instituições Eficazes, através de um conjunto de iniciativas táticas direcionadas para garantir a sustentabilidade da Casa da Paz, reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a eficiência da gestão de recursos e a continuidade da Resposta Social.

Pretende-se assegurar uma utilização responsável dos recursos, a adoção de práticas sustentáveis e o cumprimento rigoroso dos processos administrativos relativos à monitorização de consumos e cumprimento de mapas logísticos, assim como a atualização dos apoios sociais dos utentes.

Por outro lado, o plano integra ações que fomentam o uso eficiente dos espaços e equipamentos, a boa prática nos processos de higienização e manutenção, a redução da rotatividade dos trabalhadores e o acompanhamento rigoroso de indicadores fundamentais à sustentabilidade da Casa da Paz. Assim sendo, o fortalecimento da receita institucional e a adoção de estratégias de controlo financeiro, contribuem para o reforço financeiro e para a oferta de serviços mais adequados para os utentes.

Fortalecer a integração da resposta social na comunidade local promovendo parcerias sustentáveis e ações de responsabilidade social que contribuam para a continuidade da prestação de serviços, em alinhamento com o ODS 17 – Parcerias em prol da Metas, através relações de proximidade e de responsabilidade social. Este objetivo estratégico aposta no desenvolvimento de iniciativas de



participação social, bem como o envolvimento em atividades locais que fomentem ações de inclusão social e conseqüentemente estimulem as capacidades individuais dos utentes.

Pretende-se dinamizar atividades conjuntas que ampliem o impacto social da Instituição e contribuam para a ampliação de vínculos comunitários, através do desenvolvimento de parcerias com um leque variado de entidades da comunidade.





2.4.2. Atividades Ocupacionais para doentes mentais

Fórum Sócio Ocupacional – FSO Casa da Paz

Para 2026 foram definidos cinco objetivos estratégicos prioritários para o plano de atividades e orçamento para a UVA, que se pretende ver realizados com sucesso:

Potenciar a autonomia e as capacidades dos utentes através da realização de atividades e acompanhamentos, em alinhamento com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que visa promover a reabilitação psicossocial de pessoas em contextos de doença psiquiátrica, sendo por isso de extrema importância adotar ferramentas que orientem, acompanhem e avaliem a evolução dos utentes em diversos aspetos da vida. Para a concretização deste objetivo propõe-se: dinamização de atividades lúdico-terapêuticas, socioculturais e sociopedagógicas e ações de acompanhamento, individual e em grupo, abrangendo o domínio dos cuidados de saúde, apoio social e acompanhamento psicológico.

Consolidar e promover a interação institucional/familiar, através do desenvolvimento de iniciativas conjuntas entre os utentes e a família, promovendo a participação familiar nas decisões e atividades, fortalecendo os laços afetivos e sociais.

Promover um ambiente de trabalho saudável e motivador, através de atividades de bem-estar e partilha, em alinhamento com o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, constitui um pilar essencial para fortalecer o clima institucional, aumentando o bem-estar e a cooperação entre os vários profissionais. Estas atividades são ferramentas estratégicas de gestão de pessoas que permitem combater comportamentos tóxicos, bem como investir em capacitação e crescimento dos trabalhadores (valorização de competências individuais). Um bom ambiente de trabalho é uma estratégia essencial para a construção de uma dinâmica organizacional mais sólida e colaborativa.

Garantir a sustentabilidade financeira, social e ambiental, em alinhamento com o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis e o ODS 16 – Instituições Eficazes, através de um conjunto de iniciativas táticas direcionadas a garantir a sustentabilidade da Casa da Paz, reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a eficiência da gestão de recursos e a continuidade da Resposta Social.

Pretende-se assegurar uma utilização responsável dos recursos, a adoção de práticas sustentáveis e o cumprimento rigoroso dos processos administrativos relativos à faturação, ocupação e a boa cobrança das participações familiares.

Desta forma, o fortalecimento da receita institucional e a adoção de estratégias de controlo financeiro, contribuem para o reforço financeiro e para a oferta de serviços mais adequados para os utentes.

Fortalecer a articulação com as entidades de encaminhamento assegurando o preenchimento das vagas disponíveis de forma a rentabilizar os recursos da Instituição e maximizar o impacto social da Resposta Social – Pretende-se uma maximização da ocupação das vagas, garantindo um preenchimento de forma rápida e adequada atendendo às necessidades dos utentes e ao cumprimento do Acordo de Cooperação. Por outro lado, procura-se reduzir os desperdícios e custos associados à subutilização das



vagas, fator que compromete a sustentabilidade financeira e operacional da Resposta Social. Temos que assegurar receitas, garantindo que a Resposta Social mantém a sua capacidade de forma sustentável, assegurando que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a um acolhimento adequado e atempado.

Para o ano de 2026, o plano de atividades demonstra a vontade do Equipamento Casa da Paz em dar seguimento ao trabalho desenvolvido em anos transatos, promovendo a adaptação a novos desafios, num compromisso com a dignidade, autonomia e segurança e o aperfeiçoamento dos serviços prestados, tendo sempre em conta as necessidades e o bem-estar dos utentes acolhidos, o ambiente laboral, a sustentabilidade e ações de interação com a comunidade.

No plano de atividades para 2026, a Resposta Social conta com a dedicação e empenho de todos os trabalhadores, parceiros e comunidade em geral, de forma a viabilizar o cumprimento das metas dos objetivos estratégicos propostos.



Handwritten signature

Handwritten initials





2.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO

2.5.1. Lar Residencial

Lar Residencial S. Vicente

O Lar Residencial São Vicente é uma resposta social destinada ao alojamento de pessoas com deficiência e incapacidade, que pretende garantir um conjunto de serviços e atividades que se consideram como imprescindíveis ao bem-estar e qualidade de vida individual de cada cliente. Esta resposta tem atualmente capacidade para 38 pessoas, estando na sua totalidade abrangidos por acordo com o Instituto de Segurança Social, e preservando 4 vagas reservadas, os residentes tem, de momento, uma média de idades de 45 anos. A deficiência intelectual destaca-se na predominância de diagnósticos, no entanto, não são raras as situações de multideficiência, cuja falta de retaguarda familiar, capaz de satisfazer as necessidades dos indivíduos, se encontra no cerne das problemáticas que levaram à institucionalização.

Alinhado com a missão da Instituição em servir o próximo, estabelece-se como objetivo central, proporcionar um ambiente seguro, inclusivo e adaptado, promovendo a autonomia, a dignidade e bem-estar dos residentes, tendo como base a integração social, o suporte à saúde física e mental, além do desenvolvimento de habilidades que possibilitem uma maior independência na vida cotidiana tendo em consideração o respeito pela individualidade de cada um. Para o efeito, definem-se objetivos específicos aos quais se associam múltiplas atividades que convergem na finalidade máxima de prestar um serviço humanizado e de qualidade.

O Lar Residencial de São Vicente pauta a sua atuação pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade de oportunidades e da participação ativa na comunidade, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, promovendo, assim, um impacto positivo na comunidade e no meio ambiente. Nesse contexto, destacam-se quatro **objetivos estratégicos** principais, a saber:

Promover o envolvimento ativo dos residentes na comunidade;

Promover o bem-estar global dos residentes através de uma abordagem integrada, preventiva e humanizada;

Promover uma gestão ambientalmente responsável;

Garantir a qualidade do serviço.

Desta forma, o compromisso com o **a promoção do envolvimento ativo dos residentes na comunidade** reflete também a responsabilidade social da própria Instituição em contribuir para o bem-estar coletivo. Por meio de atividades sociais, campanhas, parcerias locais e voluntários, procura-se fortalecer vínculos com a população, promovendo a inclusão, a cidadania e, simultaneamente, o desenvolvimento local. Este objetivo, remete-nos para a participação em atividades culturais e recreativas, que além de



incentivar a convivência entre as pessoas com e sem deficiência, **respeita as suas diferenças**, promove a **solidariedade e fortalece** o sentimento de pertença, na promoção da autonomia e independência e no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e funcionais. O objetivo relaciona-se diretamente com a *ODS 10 (Redução das Desigualdades)*, uma vez que, o envolvimento com e na comunidade, poderá contribuir na redução das desigualdades, fator fundamental na conquista da equidade social, igualmente relacionada com a *ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)*, que incentiva a criação de comunidades mais participativas, saudáveis e resilientes, inclusivamente fomentadoras de parcerias, capazes de colmatar e/ou minimizar, as necessidades identificadas.

Adotando uma visão centrada na pessoa, e garantindo um acompanhamento integrado por profissionais da Instituição, a **promoção do bem-estar global dos residentes através de uma abordagem integrada, preventiva e humanizada**, passa por garantir uma equipa multidisciplinar, com recurso a um todo institucional, composta por profissionais das áreas da saúde, fisioterapia, psicologia, educação social, nutrição e serviço social. Este modelo de intervenção tem um impacto direto no assegurar de cuidados adequados, na promoção da autonomia funcional e no apoio global aos residentes, remetendo-nos para a *ODS 3 (Saúde de Qualidade)*. Quando aplicável, e de acordo com o preçário em vigor, encontra-se associada uma taxa de serviço, que visa a sustentabilidade operacional e a manutenção da qualidade dos serviços.

No que respeita à **promoção de uma gestão ambientalmente responsável**, o Lar promove o uso consciente da água e da eletricidade, bem como a redução de resíduos, dando-lhe primazia e relacionando-se diretamente com a *ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis)*. O trabalho a desenvolver no que respeita a este objetivo, abarca ainda a monitorização regular de mensalidades, bem como a preocupação com o equilíbrio entre o custo real de cada utente e o custo participado, fator fundamental para estabilidade financeira da resposta social.

A procura constante pela excelência e por **garantir a qualidade do serviço**, promove a confiança, eficiência e satisfação, pelo que, investir na capacitação da equipa, e na melhoria contínua dos procedimentos, assegura uma prestação de serviços de qualidade que se relaciona com a *ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico)*. Para o efeito, perspectiva-se que, no ano de 2026, se dê continuidade ao investimento na formação da equipa, na realização de reuniões regulares, no reconhecimento e valorização de desempenho, assim como no planeamento participativo, que permitirá criar um sentido de propósito comum, tendo como finalidade máxima alcançar uma maior estabilidade na equipa.

Paralelamente, manter, requalificar e/ou reabilitar espaços no lar, no sentido de melhorar as condições de segurança, acessibilidade e conforto dos clientes, afigura-se como crucial. Estas intervenções, utilizando os recursos humanos da Instituição, ou através de parcerias tão consistentes e fundamentais como aquelas que ao longo do tempo desenvolvemos com empresas locais e nacionais, permitirão adaptar o ambiente às necessidades específicas dos residentes, facilitar a mobilidade, promover a inclusão e garantir um espaço mais funcional e acolhedor. Esta linha de atuação contribui diretamente para o bem-estar e a qualidade de vida de todos, tendo ainda em consideração o princípio da sustentabilidade que permite reduzir e/ou colmatar os custos para a Instituição.

Ao integrar esses objetivos à sua atuação, o Lar Residencial de São Vicente reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo, fortalecendo a sua contribuição em



consonância com as diretrizes europeias e das nações unidas, construindo um futuro mais justo, humano e equilibrado, remetendo a sua atuação de forma clara para a *ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes* e *10 -Reduzir as Desigualdades*. Consolida-se, assim, como um modelo de boas práticas na área da intervenção social e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Ateliers Ocupacionais

Os Ateliers Ocupacionais constituem um complemento de natureza não obrigatória, mas de reconhecida relevância, concebido para dar resposta às necessidades dos(as) residentes no Lar Residencial de São Vicente. Estes ateliers, visam proporcionar um conjunto diversificado de atividades que promovem a ocupação estruturada do quotidiano, ao mesmo tempo que estimulam a manutenção e o desenvolvimento de competências em diferentes domínios, através da arte.

Para além da vertente ocupacional, estas atividades assumem igualmente uma função essencial no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos(as) clientes, estimulando competências sociopedagógicas que favorecem o crescimento pessoal, a autonomia e a integração social, nomeadamente através da participação em eventos da região que, cumulativamente, permitem gerar lucro que contribui para a sustentabilidade do Lar.

A temática global orientadora dos ateliers passa inevitavelmente por criar arte, escolhida com o propósito de estimular a criatividade, fomentar novas experiências e reforçar o envolvimento dos(as) clientes com a comunidade. Através desta abordagem, pretende-se que estes espaços continuem a ser um local de expressão, valorização pessoal e inclusão social, contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida dos(as) residentes.

No entanto, de forma progressiva, tem vindo a observar-se um aumento do grau de dependência e de envelhecimento dos(as) residentes, sendo neste contexto que se torna fundamental reforçar a implementação de estratégias que preservem as capacidades existentes e previnam a perda de competências, num trabalho contínuo e articulado que envolve todos(as) os(as) trabalhadores(as) e a própria comunidade.



X
4/1
[Signature]





2.5.2. Reabilitação Profissional

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira desenvolve a sua intervenção em seis áreas de atuação, destacando-se a Deficiência e Reabilitação, com um longo trajeto na área da Reabilitação Profissional através da Unidade de Reabilitação Profissional (URP) e do Centro de Recursos (CR), sediados no Centro de Formação Espaço Bússola.

Unidade de Reabilitação Profissional Bússola

A URP tem como principal objetivo a capacitação de pessoas com deficiência e incapacidade, através de uma oferta formativa ajustada às suas necessidades e lacunas de qualificação profissional, preparando-as para o desempenho em setores estratégicos da economia regional. Esta atuação contribui para a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de uma região mais coesa e inclusiva.

Em 2026, a URP dará continuidade às ações iniciadas em 2024 e 2025, no âmbito da Medida de Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, sob tutela e financiamento da Delegação Regional do Algarve do IEFP, I.P. Estas ações de formação profissional inicial integram duas operações distintas, abrangendo no total 29 formandos/as, com saídas profissionais nas áreas de Cozinheiro/a, Empregado/a de Andares, Operador/a de Armazenagem e Operador/a de Jardinagem. As ações, de nível 2, desenvolvidas em conformidade com os referenciais adaptados do Catálogo Nacional de Qualificações, conduzem à dupla certificação, escolar e profissional e desenvolvem-se em regime presencial, combinando formação teórica, prática e em contexto real de trabalho no âmbito de parcerias formais com empresas enquadradoras com atividade na área de formação correspondente.

Complementarmente, serão desenvolvidas atividades de apoio psicológico e psicossocial, visitas de estudo e workshops temáticos sobre competências pessoais, prevenção de riscos e cidadania, contribuindo para a autonomia e a inclusão plena.

Os/as destinatários/as são pessoas com idade legal para trabalhar, inscritas no IEFP, I.P., que pretendam ingressar ou reingressar no mercado de trabalho, bem como pessoas com deficiência adquirida que necessitem de requalificação. A formação visa o desenvolvimento, integrado e transversal, de competências profissionais, pessoais e sociais, condição essencial para uma integração e manutenção sustentada no emprego.

Em 2026 será concluída a ação de Cozinheiro/a, prevendo-se a certificação de 100% dos/as formandos/as. Nas restantes três ações de formação inicial irá manter-se o desenvolvimento formativo.

Para promover a empregabilidade dos formandos/as, serão desenvolvidas metodologias de Apoio à Colocação, da responsabilidade do Centro de Recursos, garantindo um acompanhamento técnico e personalizado. Prevê-se que a maioria dos/as formandos/as (70%) irão ser integrados profissionalmente.

A URP continuará a participar em eventos regionais de educação e formação, como o OPTO – Fórum de Educação e Formação do Algarve, promovendo a divulgação das suas atividades e o reconhecimento público das competências adquiridas pelos formandos/as.



Todas as ações seguirão princípios de sustentabilidade ambiental, privilegiando a redução do consumo, reutilização de materiais e reciclagem, dando continuidade às boas práticas já implementadas.

Em 2026, pretende-se consolidar a equipa técnica da URP, assegurar uma gestão eficiente e complementar dos recursos humanos, financeiros e materiais, de modo a garantir a sustentabilidade da intervenção e a concretização dos objetivos de qualificação e inclusão profissional dos/as destinatários/as.

Em síntese, o Plano de Atividades da URP para 2026 centra-se na continuidade das quatro ações de formação inicial e a conclusão da ação de Cozinheiro/a com a certificação dos formandos/as com a aquisição de competências que facilitem a integração no mercado de trabalho, reforçando o compromisso da Instituição com a inclusão e a responsabilidade social.





Centro de Recursos

O Centro de Recursos é uma estrutura de intervenção credenciada que presta apoio técnico especializado aos Serviços de Emprego e Formação Profissional do IEFP. Esta intervenção decorre no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado com o IEFP, I.P, sob tutela da Delegação Regional do Algarve. Tem como principal objetivo avaliar, orientar, integrar e promover a manutenção e a progressão no emprego de pessoas com deficiência e incapacidade inscritas e encaminhadas pelos Serviços de Emprego, contribuindo assim para a promoção da empregabilidade e inclusão socioprofissional para pessoas portadoras de uma deficiência ou incapacidade.

Em 2025, o IEFP, I.P. abriu candidaturas ao processo de credenciação de Centros de Recursos para a Qualificação e o Emprego (CRQE), destinado à constituição e credenciação da nova rede nacional de Centros de Recursos, introduzindo alterações significativas face ao modelo anteriormente em vigor.

O novo enquadramento prevê dois níveis de intervenção:

- **CRQE de Nível 1, de âmbito territorial, para atuação junto dos Serviços de Emprego;**
- **CRQE de Nível 2, de âmbito territorial alargado, a constituir entre entidades credenciadas como CRQE.**

Neste contexto, a Mesa Administrativa deliberou a submissão da candidatura aos dois níveis de intervenção, comprometendo-se a assegurar o desenvolvimento das atividades e intervenções técnicas previstas em cada um deles.

Em outubro de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira foi notificada dos resultados da referida candidatura, tendo sido aprovada para CRQE de nível 1 para o Serviço de Emprego de Portimão e CRQE de nível 2 para a região do Algarve.

A conclusão do processo de credenciação ainda está a decorrer, motivo pelo qual a Instituição aguarda novas diretrizes e a previsão de encaminhamentos de utentes para a elaboração do Plano de Ação de 2026.

Neste contexto, o plano de atividades do Centro de Recursos para 2026 prevê a realização de ações de acordo com o modelo atual dos Centros de Recursos, as quais se encontram descritas na tabela em anexo. Contudo, com base no Plano de Ação a ser definido e aprovado pelo IEFP, vão ser acrescentadas novas ações ao plano de atividades.

Na ação IAOQE, está previsto o apoio a 30 pessoas na escolha informada do seu percurso formativo ou profissional. No âmbito desta ação, integra-se a Prescrição de Produtos de Apoio, que visa facilitar o acesso ao emprego e à formação e qualificação profissional em condições de igualdade. Inclui-se, igualmente, a realização de ações de Avaliação da Capacidade de Trabalho, no contexto do Emprego Apoiado em Mercado Aberto. Esta medida possibilita a contratação de pessoas com capacidade de trabalho reduzida, mediante comparticipação financeira do IEFP, I.P., que abrange uma percentagem da remuneração mensal e das contribuições para a Segurança Social.

No âmbito da intervenção Apoio à Colocação, o Centro de Recursos prevê promover a inserção no mercado de trabalho de 22 utentes, através da avaliação dos seus perfis profissionais e da articulação com entidades empregadoras.



No que respeita ao Acompanhamento Pós-Colocação, o Centro de Recursos prevê desenvolver um conjunto de ações orientadas para a promoção da manutenção no emprego e da progressão profissional de 8 utentes que se encontram contratados/as ou inseridos/as em Medidas de Apoio promovidas pelo IEFP.

O Centro de Recursos irá manter a parceria com a Valor T, agência de empregabilidade para pessoas com deficiência e incapacidade criada em 2021, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o IEFP, I.P., e o Instituto Nacional de Reabilitação. A colaboração irá incidir, nomeadamente, no acompanhamento após a integração no emprego, para garantir a manutenção e progressão no emprego.

Neste contexto, o Centro de Recursos constitui-se como uma estrutura mediadora entre as políticas de emprego e as práticas de inclusão, promovendo a criação de oportunidades justas e sustentáveis, alinhadas com as orientações estratégicas do IEFP, I.P. e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nomeadamente no domínio da igualdade de oportunidades e do trabalho digno.

A intervenção desenvolvida pauta-se ainda por princípios de sustentabilidade organizacional e ambiental, assegurando uma gestão eficiente dos recursos humanos e materiais, bem como a adoção de práticas responsáveis de redução, reutilização e reciclagem. Este compromisso reforça a coerência institucional do Centro de Recursos, contribuindo não apenas para a qualidade dos serviços prestados, mas também para a consolidação de uma cultura organizacional eticamente comprometida com a responsabilidade social.

Em síntese, o Centro de Recursos desempenha um papel essencial na rede de respostas do IEFP, I.P., assumindo-se como instrumento estratégico na promoção da empregabilidade, inclusão e valorização das pessoas com deficiência e incapacidade, através de uma atuação técnica, personalizada e integrada.

A atuação do Centro de Recursos concretiza a missão, visão e valores da Instituição contribuindo para a satisfação das necessidades dos/as utentes, no que se refere à sua integração plena e sustentável na comunidade.



H
M
[Signature]

IP

GABINETE DE INSERÇÃO
PROFISSIONAL

SANTA CASA



2.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

A Misericórdia de Albufeira desenvolve toda a ação nesta área de intervenção como entidade Formadora Certificada e em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, e são dirigidas a toda a população incluindo as pessoas com deficiência e incapacidade (ver ponto 4.3 e 4.4.), assim como está a ministrar formação profissional cofinanciada pelo quadro comunitário através do projeto CAPACITAR (ver ponto 5.2.).

2.6.1. Formação Profissional



Centro de Formação Profissional a Bússola

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é uma entidade formadora, certificada pela DGERT desde 2010. Atualmente são 17 as áreas de educação e formação certificadas, a maioria com forte conexão com os setores económicos e sociais estratégicos da região, a saber:

- 010 – Programas de Base
- 222 – Línguas e literaturas estrangeiras
- 341 – Comércio
- 345 – Gestão e administração
- 481 – Ciências informáticas
- 482 - Informática na ótica do utilizador
- 525 – Construção e reparação de veículos a motor
- 541 – Indústrias alimentares
- 621 – Produção agrícola e animal
- 622 – Floricultura e jardinagem
- 729 – Saúde - programas não classificados noutra área de formação
- 761 – Serviços sociais de apoio a crianças e jovens
- 762 - Trabalho social e orientação
- 769 – Serviços sociais- programas não classificados noutra área de formação
- 811 – Hotelaria e restauração
- 812 - Turismo e Lazer
- 862 – Segurança e higiene no trabalho



A entidade está também certificada pelo Ministério da Agricultura e do Mar para a área de formação de Distribuição, Venda e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, garantindo uma resposta qualificada às exigências do setor agrícola.

O Centro de Formação desenvolve a sua atividade em quatro vertentes e para três públicos estratégicos:

- **Formação Interna** para os trabalhadores da Misericórdia de Albufeira, ações de formação promovidas pelo Departamento de Pessoas e Formação Interna (DPFI);
- **Medida de Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade (MQPDI)**, ações de formação desenvolvidas pela Unidade de Reabilitação Profissional, com financiamento do Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- **Formação à medida das empresas**, integra-se na resposta de formação sob orçamento e está disponível todo o ano. Trata-se de formação sem financiamento.
- **Formação financiada pelo quadro comunitário**. Neste momento temos o **projeto CAPACITAR** em curso e estaremos proativos para submissão de mais candidaturas para o reforço da atividade do Centro de Formação Bússola.

O Plano de Atividades de 2026 prevê a realização de ações de formação de curta duração, integradas no Catálogo Nacional de Qualificações e nos programas da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). Estas iniciativas destinam-se a pessoas ativas e empresas que procuram aperfeiçoar competências, reforçar qualificações e promover o desenvolvimento profissional dos seus recursos humanos, contribuindo para a valorização e competitividade das organizações.

Em resposta à crescente procura de formação nas áreas da agricultura e jardinagem, serão promovidas ações de formação inicial e de Atualização em Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, assegurando a continuidade da parceria com uma cooperativa agrícola da região. Estas formações, homologadas pela CCDR Algarve – Agricultura e Pescas, são fundamentais para a qualificação e certificação de profissionais, face à regulamentação técnica e ambiental em vigor.

A ação do Centro de Formação Espaço Bússola abrangerá todo o ciclo formativo — planificação, organização, execução, avaliação e certificação —, assegurando o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos pela DGERT. A equipa técnica será composta por profissionais internos da Instituição e formadores externos especializados, otimizando os recursos disponíveis e garantindo eficiência na gestão financeira e operacional.

A divulgação da oferta formativa será assegurada através de contactos diretos com empresas, presença em redes sociais e participação em eventos regionais, como o OPTO – Fórum de Educação e Formação do Algarve, reforçando a visibilidade institucional e o reconhecimento da qualidade formativa.

Todas as atividades decorrerão segundo princípios de sustentabilidade ambiental, privilegiando a redução do consumo, a reutilização de materiais e a reciclagem, em continuidade com as boas práticas implementadas.

Em síntese, o Plano de Atividades 2026 do Centro de Formação Espaço Bússola visa consolidar o papel da Instituição na qualificação e valorização profissional da população ativa, contribuindo para o desenvolvimento económico regional e para a sustentabilidade financeira e ambiental da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.



CAPACITAR

Formações 100% GRATUITA

Fortaleça competências com o projeto CAPACITAR!



LOCAL

E-learning ou
presencial



CALENDÁRIO

Flexível

**Consulte as
nossas formações**



*Formações com subsídio de alimentação.

☎ 961 362 432

✉ formacao@scmalbufeira.com



CAPACITAR

O projeto formativo CAPACITAR, tipologia de operação “Formações Modulares Certificadas” ao abrigo do Programa Regional Algarve 2030, tipologia (Re) Qualificação de Adultos, terá continuidade no decorrer do ano de 2026.

Com o objetivo de intervenção, propõe-se a realização de 22 UFCD, que abrangem no mínimo 330 formandos, com necessidade de aquisição e/ou melhoria de competências profissionais ou requalificação profissional, visando a sua certificação.

PLANO DE FORMAÇÃO	Nº AÇÕES	Nº PARTICIP P/ AÇÃO	Nº TOTAL PARTICIP.	META/VALIDAÇÃO
729 - Saúde - Programas não classificados noutra área de formação				
Prática profissional na prestação de cuidados pessoais em contexto domiciliário, hospitalar e institucional	2	15	30	30
0350 Comunicação interpessoal - comunicação assertiva	2	15	30	30
Técnicas de posicionamento, mobilização, transferência e transporte	1	15	15	15
3539 Deontologia e ética profissional no apoio à comunidade	2	15	30	30
Higienização de espaços e equipamentos	2	15	30	30
Subtotal	9	75	135	135
541- Indústria Alimentar				
0349 Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2	15	30	30
Higiene e segurança alimentar	1	15	15	15
1122 Noções e normas da qualidade	2	15	30	30
Higiene e segurança no trabalho na restauração	2	15	30	30
Subtotal	7	60	105	105
621 - Produção agrícola e animal				
6278 Modos de Produção Agrícola e agricultura sustentável	1	15	15	15
Modo de produção biológico	1	15	15	15
6288 Modo de produção integrado	1	15	15	15
Subtotal	3	45	45	45
622 - Floricultura e jardinagem				
Podas	1	15	15	15
3089 Impacto ambiental e fertilização	1	15	15	15
Sistemas de rega e drenagem	1	15	15	15
Subtotal	3	45	45	45
Total	22	225	330	330



Como impacto do projeto pretende-se que 90% dos formandos que frequentaram as ações de formação, possam alterar a sua situação face ao emprego, através da melhoria significativa no desempenho nas suas funções, reconversão profissional e alteração da situação face ao emprego.

Para que os objetivos sejam atingidos, será reforçada a rede de parcerias empresariais e institucionais, com a criação de uma rede ativa, tratando-se de uma mais-valia da capacitação dos trabalhadores em diferentes áreas, sem custos associados.

A divulgação do projeto será intensificada, através dos diversos canais informativos da Misericórdia de Albufeira e visitas presenciais aos potenciais interessados.





2.6.2. Respostas para a Empregabilidade

Centro de Recursos

O Centro de Recursos é uma estrutura de intervenção credenciada que presta apoio técnico especializado aos Serviços de Emprego e Formação Profissional do IEFP. Esta intervenção decorre no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado com o IEFP, I.P, sob tutela da Delegação Regional do Algarve. Tem como principal objetivo avaliar, orientar, integrar e promover a manutenção e a progressão no emprego de pessoas com deficiência e incapacidade inscritas e encaminhadas pelos Serviços de Emprego, contribuindo assim para a promoção da empregabilidade e inclusão socioprofissional para pessoas portadoras de uma deficiência ou incapacidade (ver área da Deficiência e Reabilitação, página 267).

Gabinete de Inserção Profissional

O GIP da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira tem vindo a apoiar a comunidade na definição e desenvolvimento do percurso profissional, promovendo a empregabilidade, a integração no mercado de trabalho e a valorização das competências de jovens e adultos em situação de desemprego. A intervenção tem por base a proximidade, com atenção às necessidades específicas de cada utente, visando ajudá-los a melhorar as suas capacidades para encontrar e manter um emprego, ou criar o seu próprio emprego.

Em 2026, o GIP pretende continuar a ser um espaço de referência no concelho, acessível a todos, e a oferecer um conjunto diversificado de atividades e ações, detalhadas nas tabelas anexas. Todas estas ações têm como objetivo responder às necessidades reais dos utentes e apoiar a sua inserção profissional de forma eficaz.

O ano de 2026 será um ano de transição e renovação para o GIP. A publicação da Portaria n.º 117/2025/1 de 17 de março e Regulamento Específico dos Gabinetes de Inserção Profissional, aprovado a 22-04-2025, estabelece o novo enquadramento legal, que regula a criação e o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional. À data de elaboração do presente documento, o IEFP, IP encontra-se a preparar as candidaturas ao abrigo da nova legislação para a implementação da nova edição da rede GIP. A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira tem a intenção de submeter candidatura, de modo a garantir a continuidade da intervenção e o reforço da cooperação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), assegurando o cumprimento dos objetivos que venham a ser contratualizados. A nova portaria dos GIP prevê uma alteração às atividades contratualizadas, o que poderá levar à necessidade de fazer alguns ajustes ao presente Plano de Atividade e Orçamento de 2026. Conforme previsto na referida legislação, e à semelhança do que acontece nos projetos anteriores, será afeto ao GIP um técnico/a superior, designado/a por animador/a, que será responsável pela dinamização e pelo acompanhamento das atividades.

Com o objetivo de assegurar a complementaridade nas intervenções e evitar a sobreposição das ações, prevê-se uma articulação interna com o CLDS 5G Albufeira GerAção, no que se refere particularmente às ações do Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação.



Handwritten initials and signature in blue ink.

A intervenção do GIP vai continuar a valorizar a sustentabilidade financeira, social e ambiental, promovendo o uso eficiente dos recursos e garantindo uma execução equilibrada do financiamento previsto, com monitorização contínua das atividades. Estas práticas alinham-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030, nomeadamente os ODS 4, 8, 12 e 17, contribuindo para a educação de qualidade, emprego digno, consumo responsável e parcerias estratégicas.

Em relação às ações desenvolvidas, estas estão estruturadas em objetivos estratégicos e específicos, com indicadores e metas definidos, permitindo acompanhar o desempenho e assegurar que os resultados concretos correspondem às necessidades da comunidade.

Desta forma, o GIP reforça o seu papel como agente ativo no desenvolvimento local, promovendo oportunidades de emprego, valorizando competências e apoiando a construindo percursos profissionais sustentáveis, sempre em consonância com a missão, visão e valores da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.



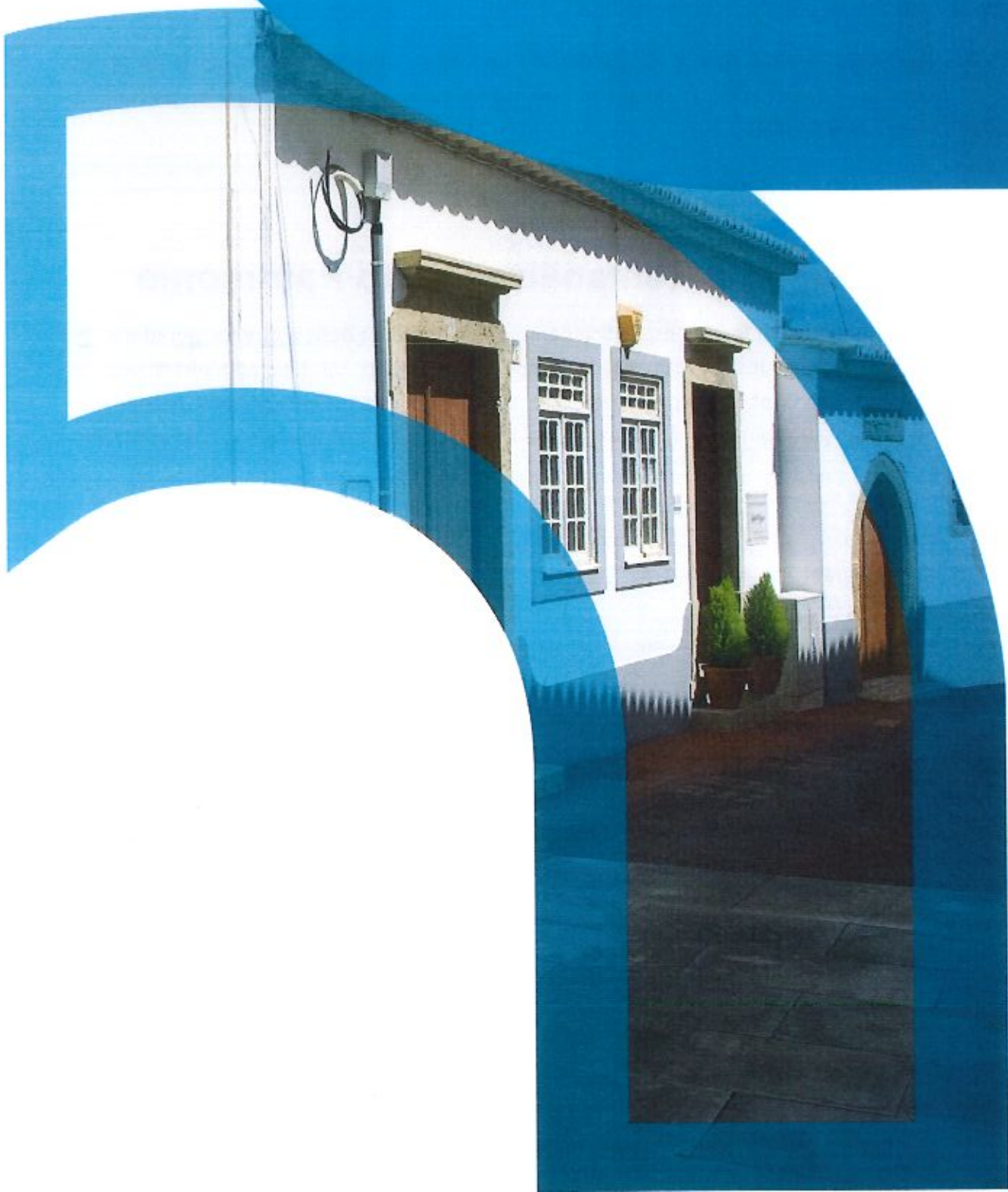
GIP



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Handwritten signature or initials in blue ink, located in the top right corner of the page.





2.7. PATRIMÓNIO E CULTURA

A Misericórdia de Albufeira é detentora de vasto e diversificado património imobiliário, e que resulta, na sua maioria, da confiança dos seus beneméritos. Muito deste património imobiliário é, hoje, utilizado como estruturas para respostas sociais e variados serviços determinantes para a sua missão diária, restando património classificado de interesse municipal, outro património habitacional e ainda prédios rústicos com produção agrícola não explorada.

Este departamento operacional é o garante da exploração do património na área cultural e do património de rentabilidade da Misericórdia de Albufeira e num futuro da exploração dos terrenos agrícolas.

A aposta na valorização e rentabilização do património tem como objetivo diversificar as fontes de rendimento da instituição para a sua atividade ou para reinvestimento na reabilitação do património para aumentar a sua rentabilidade.

2.7.1. Valorização e Rentabilização do Património

O património de rentabilidade refere-se especificamente ao conjunto de bens e direitos geradores de rendimento que não são usados diretamente nas operações sociais ou fins administrativos da Misericórdia de Albufeira. O objetivo principal deste património é a sustentabilidade económico-financeira da Instituição, garantindo fundos adicionais e diversificados para investir nas suas atividades de cariz social.

Património - Arrendamento Urbano	Quantidade
Habitacional	
Apartamento Quinta da Palmeira	1
Casa dos Brejos	1
Apartamentos Rainha D. Leonor (T0) *	11

* os apartamentos estão em obras com conclusão prevista no segundo semestre de 2026, pelo que esta verba não foi considerada neste orçamento, por ser um orçamento prudente.

Património - Arrendamento Urbano	Quantidade
Não Habitacional	



Restaurante Rua 5 de Outubro nº 42	1
Loja Travessa da Liberdade	1
Direito Superfície prédio urbano na Ourada	1

A alienação estratégica de certas propriedades que não são consideradas essenciais para o uso da instituição também pode gerar encaixes significativos, que depois são reinvestidos ou usados para financiar projetos sociais. A Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira aprovou a alienação de 4 imóveis, que se encontram em venda pelos seguintes valores:

Designação / Localização

Prédio misto na Centeeira

Prédio misto em Vale Verde, Guia

Prédio misto na Malhada Velha

A gestão deste património visa um equilíbrio entre a manutenção do valor dos bens e a maximização do rendimento a longo prazo. Os lucros ou rendimentos obtidos são canalizados para as atividades principais da Misericórdia, como apoio à infância, terceira idade, deficiência, saúde mental e outras formas de assistência social, permitindo à instituição cumprir a sua missão independentemente de outras fontes de financiamento, como os acordos com a Segurança Social ou mecenato.

2.7.2. Património Cultural

O património cultural da Misericórdia de Albufeira é vasto e diversificado, sendo um dos pilares fundamentais desta instituição secular. O património da Misericórdia inclui bens materiais e imateriais, resultantes de séculos de história, ação social e religiosa.

Património Arquitetónico: Inclui a própria capela da Misericórdia, edifícios históricos que serviram de sede, hospital antigo e outras infraestruturas. Estes edifícios são classificados como património de interesse municipal, destacando-se pela sua arquitetura que vai do manuelino ao barroco.

Património Artístico e Mobiliário: A Misericórdias possui coleções de arte, incluindo:

Pintura: Os Painéis e Bandeira Real;

Escultura: Imagens religiosas, muitas vezes de grande valor histórico e artístico, como a imagem do cristo morto;



Ourivesaria e Paramentaria: Objetos litúrgicos em prata e ouro, e vestes sacerdotais bordadas.

Documentação e Arquivo: Arquivos históricos que documentam a vida da instituição e da comunidade local ao longo dos séculos, o que constitui um património de memória e identidade.

Património Imaterial: Engloba as tradições, rituais, celebrações, saberes e práticas assistenciais que se mantêm vivos há gerações, como é o caso da procissão dos painéis que sai à rua na quinta-feira santa.

O património da Misericórdia é valorizado não só pelo seu interesse histórico e artístico, mas também por refletir a memória e a identidade da comunidade.

No âmbito da conservação e restauro, a Misericórdia de Albufeira promoveu a execução de projeto de arquitetura e especialidade para reabilitação de todo o complexo histórico de que é proprietária, para criação de um espaço museológico corporativo. Encontrando-se a aguardar possibilidade de financiamento comunitário, com expectativa, de que em 2026 consiga negociar parceria com entidades como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) e a Câmara Municipal de Albufeira (CMA), para alcançar formas de financiamento para realização de projeto tão emblemático para a cidade.

Para o levantamento da história da Misericórdia de Albufeira, pretendemos formalizar parceria com a Universidade do Algarve, e editar livro que conte os 526 anos desta Santa Casa, para consequentemente, iniciar a narrativa para os espaços a musealizar.

A Capela e o Complexo Histórico

Enquanto não concretizamos o projeto enunciado vamos continuar a dar a conhecer a vertente histórica e as raízes fundacionais da nossa Instituição com a reabertura ao público, acompanhada de visitas guiadas, da Capela da Misericórdia.

Este ano conseguimos formalizar com sucesso, candidatura ao Fundo Rainha Dona Leonor para reabilitação da Capela, e assim possibilitar a sua abertura em segurança em 2026. Desta forma no próximo ano desejamos que os espaços da Sacristia, da Casa do Despacho e da Antiga Albergaria poderão estar disponíveis para visitas.

A Sacristia será reaberta como espaço contemplativo, onde será exibido um vídeo acerca das 14 Obras de Misericórdia, podendo ser uma Sala de Reflexão.

A Casa do Despacho, outrora o local de reuniões da Irmandade, passará a ser um espaço de exposição, onde estarão patentes as Bandeiras da Misericórdia, as opas e os esquifes. Instrumentos médicos utilizados no antigo Hospital Concelhio estarão também em exposição. Neste espaço e em sala própria, também o projeto de requalificação do antigo Hospital Concelhio será divulgado, através de um vídeo ilustrativo.

A Antiga Albergaria, que ao longo dos séculos teve várias funções, terá em exposição não só inúmeros registos relacionados com os *expostos*, incluindo o Livro de Expostos de Albufeira e o Livro de Matrícula dos Expostos, como também antigos paramentos e missais e alguns instrumentos médicos utilizados no antigo Hospital Concelhio.



A promoção e a divulgação da abertura destes espaços serão feitas através das de brochuras com a indicação dos horários, a serem distribuídas por espaços culturais e turísticos, como o Museu Municipal de Arqueologia, o Museu de Arte Sacra, a Câmara Municipal e alguns dos hotéis e alojamentos locais do concelho. Os horários serão igualmente difundidos no site oficial da Santa Casa e respetivas redes sociais.

Também será promovida a divulgação através das escolas e dos centros de dia, para que, nos meses de menor afluência turística, possamos focar como público-alvo os habitantes de Albufeira, abrangendo desde os jovens aos idosos.

Os folhetos já elaborados acerca da Capela serão traduzidos e publicados na língua inglesa e francesa.

O site oficial da Santa Casa, no que respeita ao contexto histórico da Capela, Casa do Despacho e Antiga Albergaria, será atualizado e novos folhetos sobre os dois últimos serão elaborados.

Simultaneamente, continuar-se-á a fazer o levantamento da informação histórica sobre a Misericórdia de Albufeira, para compreendermos a sua fundação, dinâmica e evolução ao longo do tempo. Será necessário fazer pesquisa em bibliotecas municipais, acervos e arquivos históricos, incluindo o Arquivo da Diocese de Faro, para averiguação de alguma documentação, nomeadamente a listagem de nomes dos antigos provedores.

Com o intuito de fazer uma ponte entre o passado e o presente, demonstrando a contínua preservação das tradições, teremos a funcionar numa das salas da Casa do Despacho o nosso atelier de tecelagem.

A arte de trabalhar o fio de lã em antigos teares manuais, permitirá ao visitante verificar como eram difíceis o trabalho braçal de outros tempos e a importância de se manter vivas artes e costumes do nosso povo.



A.
4/1
CZ





3. ORÇAMENTO

O orçamento de exploração previsional corresponde à previsão de receitas e de despesas que a instituição prevê realizar durante o ano de 2026.

Trata-se de um instrumento de gestão de grande utilidade, pois o registo e sistematização da situação patrimonial e financeira da instituição facilitam os processos de planeamento e tomadas de decisão.

Espera-se um ano difícil em que será vital persistir nas medidas de racionalidade económica, contenção de gastos e rigor económico, com gastos criteriosos, devidamente ponderados na relação custo/benefício, de modo a garantir a sustentabilidade geral.

Nesta área prevê-se que os gastos mais avultados estejam relacionados com o pessoal (remunerações e encargos sobre remunerações) e que os rendimentos previstos advenham de duas principais rubricas: os subsídios do estado (Acordos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, IP) e as participações familiares dos utentes das respostas sociais.

A proposta de Orçamento para 2026 apresenta um modelo analítico assente em 7 Áreas de atuação, apresentadas da seguinte forma:

Envelhecimento | Infância e Juventude | Família e Comunidade | Saúde Mental | Deficiência e Reabilitação | Formação e Empregabilidade | Projetos

A Misericórdia de Albufeira desenvolve a sua ação em diferentes áreas de exploração, que se encaixam nos diversos Centros de Custo agrupados pela natureza da sua atividade:

Área do Envelhecimento

Estrutura Residencial Pessoas Idosas O Roseiral | Centro de Dia O Roseiral | Serviço de Apoio Domiciliário O Roseiral | Estrutura Residencial Pessoas Idosas Olhos de Água | Centro de Dia Olhos de Água | Serviço de Apoio Domiciliário Olhos de Água

Área da Infância e Juventude

Creche Tempos de Infância | Creche Olhos de Água | Centro Infantil Quinta dos Pardais Casa de Acolhimento a Gaivota | Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Família e Comunidade

Gabinete de Inserção Social | Oficina Ecológica de Cooperação Social | Casa Abrigo | Aldeia do SANACAI



Área da Saúde Mental

Casa da Paz - Unidade de Vida Apoiada e Fórum Sócio Ocupacional

Área da Deficiência e Reabilitação

Lar Residencial São Vicente | Centro de Reabilitação Profissional | Centro de Recursos

Formação Profissional e Empregabilidade

Centro de Formação Profissional a Bússola | Gabinete de Inserção Profissional

Os serviços centralizados e partilhados da Misericórdia de Albufeira estão incrementados nos vários centros de custo, uma vez que oferecem serviços especializados transversais a toda a instituição, nomeadamente:

Provedoria e Serviços. Administrativos | Planeamento e Desenvolvimento Organizacional | Comunicação, Marketing e Imagem | Gestão de Pessoas e Formação Interna | Financeiro e Contabilístico | Gestão do Património e Manutenção | Compras e Suporte Operacional | Saúde e Bem-Estar

A proposta de Orçamento apresentada foi elaborada com base nos elementos contabilísticos referentes ao corrente ano e permite-nos uma reflexão sobre o esforço desenvolvido e que nos resta desenvolver.

Importa realçar os aumentos com encargos com o Pessoal, estando anunciadas atualizações salariais, o aumento dos custos dos bens e serviços, nesta altura de imprevisibilidade.

A incerteza relativamente à evolução da situação que se vive na Europa, obriga-nos a ser cautelosos nas propostas a desenvolver no próximo ano.

As restantes rubricas foram calculadas com base em experiências anteriores por equiparação.

À semelhança dos anos anteriores, é feita a imputação dos gastos e rendimentos dos serviços centralizados e partilhados, pelos centros de custos das unidades operacionais da Misericórdia de Albufeira.

O Orçamento de 2026 mantém essa metodologia, atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência.

Assim, na análise dos mapas apresentados a seguir deve-se ter em conta que o resultado por área de exploração advém da contabilização da prestação de serviços e subsídios à exploração de acordo com o



MF

parecer Técnico da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e as respetivas imputações dos serviços partilhados.

O quadro seguinte resume os resultados previstos para 2026 por centros de custos principais, agregados por estabelecimento no caso das respostas sociais.

Tabela 1- Resume dos resultados previstos para 2026 por centros de custos, por ordem de resultado líquido.

Centros de Custos	%	Gastos	%	Rendimentos	Resultado Líquido
São Vicente	8,67%	774 892	11,28%	995 226	220 334
Património	0,80%	71 583	2,26%	199 595	128 012
Olhos de Água	23,29%	2 081 770	24,37%	2 150 542	68 772
Projetos	5,83%	520 902	5,90%	520 902	0
Espaço Em Con_tato	2,32%	207 151	2,33%	205 501	-1 650
Quinta dos Pardais	8,69%	777 023	8,78%	774 914	-2 109
Tempos de Infância	5,29%	472 932	5,32%	469 471	-3 461
GIS	3,95%	353 206	3,88%	342 199	-11 007
Irmandade	0,25%	22 168	0,09%	7 906	-14 262
Espaço Bússola	5,82%	519 791	5,64%	497 504	-22 287
A Cegonha	2,35%	209 954	1,57%	138 861	-71 093
O Roseiral	19,19%	1 715 336	18,56%	1 637 829	-77 506
Casa da Paz	5,67%	506 723	4,70%	414 411	-92 312
A Gaivota	7,88%	703 824	5,32%	469 288	-234 536
	100,00%	8 937 255	100,00%	8 824 149	-113 106

O total dos gastos propostos para 2026 é de 8.937.255 euros, dos quais se destacam os encargos com o equipamento de Olhos de Água, que representa 23,29% e o Roseiral com 19,19% do total dos gastos.

O total dos rendimentos previstos para 2026 atinge os 8.824.149 euros, o que se traduz num resultado líquido negativo estimado de 113.106 euros.

Dando cumprimento ao inscrito na alínea c) do número 1, do artigo 21.º, do Compromisso desta Irmandade, vem a Mesa Administrativa da Misericórdia de Albufeira, apresentar o Orçamento de Exploração Previsional para o ano de 2026 para apreciação e votação.



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'JK', and a large signature.

ORÇAMENTO PARA 2026		VALOR
RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
Rendimentos Operacionais		8 824 149
Gastos Operacionais		8 749 234
EBITDA		74 915
	Resultado Líquido	-113 106

RUBRICAS	NOTAS	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	1	4 529 208
Subsídios à exploração	2	3 758 363
Trabalhos para a própria entidade	3	119 343
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4	-159 162
Fornecimentos e serviços externos	5	-2 212 666
Gastos com o pessoal	6	-6 167 947
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		
Outros rendimentos	7	417 235
Outros gastos		-209 460
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8	74 915
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		-145 557
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-70 642
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	9	-42 282
Resultados antes de impostos		-112 924
Imposto sobre o rendimento do período	10	-182
Resultado líquido do período		-113 106



Pressupostos para Elaboração do Orçamento

A elaboração do orçamento previsional de 2026, teve como base de cálculo a informação contabilística direta efetiva, na qual o registo histórico foi a fonte mais relevante. Foram tidos em conta os gastos e os rendimentos acumulados, a 30 de setembro de 2025, os orçamentos, os protocolos e os Acordos de Cooperação com as entidades financiadoras e, ainda, a realidade salarial. Estes dados foram projetados em termos de doze meses, corrigidos pontualmente numa ou noutra rubrica, atendendo às especificidades próprias de determinados Gastos e Rendimentos, e tendo sempre como princípio uma análise prudente.

Em relação ao ano anterior, atualizou-se e ajustou-se a base de trabalho, tendo em conta os objetivos propostos pela Mesa Administrativa e os seguintes critérios:

- projeção da atualização da Remuneração Mínima Mensal para o valor de 920,00€ e atualização em 3% para os restantes salários;
- projeção da atualização dos Acordos de Cooperação nas respostas sociais em 3%, excepto no SAD em que não foi considerada a atualização dos Acordos de Cooperação na respostas sociais de Serviço Domiciliário;
- projeção da atualização em 5% sob o valor de referência do valor de participação nas estruturas residenciais para idosos

Dado o reconhecimento da relevância do trabalho efetuado pela Santa Casa em prol da comunidade, é exetável que o Município de Albufeira continue a apoiar financeiramente a Misericórdia, pelo que, foi considerada a verba de receita extraordinária.

Nota 1

As prestações de serviços projetadas, contemplam o valor das mensalidades contratualizadas para o biénio 2025/2026 e a atualização em 3% das participações do Centro Regional da Segurança Social ao funcionamento das Respostas Sociais, o que reflete uma variação positiva face ao orçamento do ano anterior.

Tabela 2 – Vendas e serviços prestados

Código de Conta	Vendas e serviços prestados	Valor
71	Vendas	99 379
7211	Mensalidades	1 915 715
7215	Participação Segurança Social	2 372 344
7221	Quotas de associados	7 890
7251	Serviços secundários prestados a utilizadores	116 741
7252	Outros serviços secundários	17 138
		4 529 208



Nota 2

Na rubrica de subsídios à exploração estão previstos os valores dos orçamentos, dos protocolos e os Acordos de Cooperação com as entidades financiadoras, tendo sido considerada a atualização em 3% nas participações do Centro Regional da Segurança Social ao funcionamento das Respostas Sociais.

Tabela 3 - Subsídios à exploração

Código de Conta	Subsídios à exploração Descritivo	Valor
7511	Centro Regional Segurança Social	2 266 125
7512	Instituto de Emprego e Formação Profissional	494 183
7513	Programa Regional do Algarve	520 902
7514	Administração Regional de Saúde do Algarve	4 307
7519	Subsídios de Outras Entidades	385 000
753	Donativos	87 846
		3 758 363

No global, a rubrica de subsídios à exploração regista um aumento face ao orçamento anterior devido à execução do projeto sQills no âmbito das Parcerias para a Inovação Social que visam o desenvolvimento de competências em crianças e jovens, o valor estimado de execução da candidatura ao aviso Algarve-2024-12 – Formações Modulares Certificadas e ainda o valor previsto de execução do projeto CLDS 5G.

Nota 3

Nos trabalhos para a própria entidade, está contemplada a mão de obra interna em trabalhos de benfeitorias no património da Misericórdia.

Nota 4

O custo das matérias consumidas regista essencialmente a estimativa de gastos com o número de cabazes alimentares distribuídos mensalmente às famílias carenciadas de Albufeira através do GIS e ainda o gasto com materiais de saúde e de higiene pessoal dos utentes.

Nota 5

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é a segunda grande rubrica dos gastos de funcionamento da instituição, em que estão incluídos os gastos com maior peso dentro da instituição, tais como os de serviços de alimentação, energia e combustíveis. Para o ano de 2026 estima-se um gasto no valor de 2.212.666 euros e uma diminuição em cerca de 88.307 euros face ao orçamento do ano anterior. Trata-se de uma diminuição expectável, uma vez que se espera uma otimização dos gastos com base na implementação e controlo rigoroso no consumo de materiais.



Nota 6

Nos últimos anos, a rubrica de gastos com o pessoal tem sido a rubrica que tem registado uma grande variação face aos anos anteriores. Esta variação deve-se em parte pelo aumento do número de pessoas necessárias para o funcionamento da instituição, uma vez que tem vindo a aumentar significativamente a sua ação, nomeadamente na execução de projetos e mais ainda pelo funcionamento em pleno do novo equipamento social Olhos de Água. A recorrente atualização da Remuneração Mínima Mensal (RMM) imposta pelo estado, a atualização da massa salarial e progressões na carreira, em conjunto com os encargos daí inerentes tem sido outro dos fatores que mais tem contribuído para o aumento dos gastos com pessoal. Nesta proposta de orçamento considerou-se um valor expeável de Remuneração Mínima Mensal no valor de 920€, a atualização dos outros salários em 3% para 2026 e os respetivos encargos. Prevê-se um incrementado no impacto dos salários em cerca de 608.168€ face ao orçamento do ano anterior.

Este incremento também é justificado com a assinatura do termo de aceitação do projeto CLDS 5G, em que se projetou neste orçamento a contratação do quadro técnico para 2026 com um valor estimado em cercad de 111.157€.

Nota 7

O valor previsto na rubrica de rendimentos suplementares regista essencialmente o valor estimado com o arrendamento dos imóveis na Rua 5 de Outubro, loja na Travessa da Liberdade, Brejos, Quinta da Palmeira e Clube de Pesca. Esta rubrica regista contabilisticamente em Outros rendimentos e ganhos, a estimativa apurada com o subsídio de alimentação processado mensalmente em espécie como “rendimentos de Recursos Humanos”.

Tabela 4 – Outros rendimentos

Código de Conta	Outros rendimentos	Valor
7812	Aluguer de equipamento	24 943
7873	Rendas e outros rendimentos propriedades investimento	71 546
7881	Correções períodos anteriores	13 506
7883	Imputação de subsídios para investimento	41 336
7886	Rendimentos por sentença de Tribunal	3 219
7888	Outros rendimentos e ganhos	264 011
		418 562

Nota 8

Os gastos estimados na rubrica de gastos/ reversões, depreciação e amortização decorrem da previsão das depreciações e amortizações de anos anteriores e do próprio ano, conforme se expressa na tabela apresentada a seguir.



Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature.

Tabela 5 – Gastos de depreciação e amortização

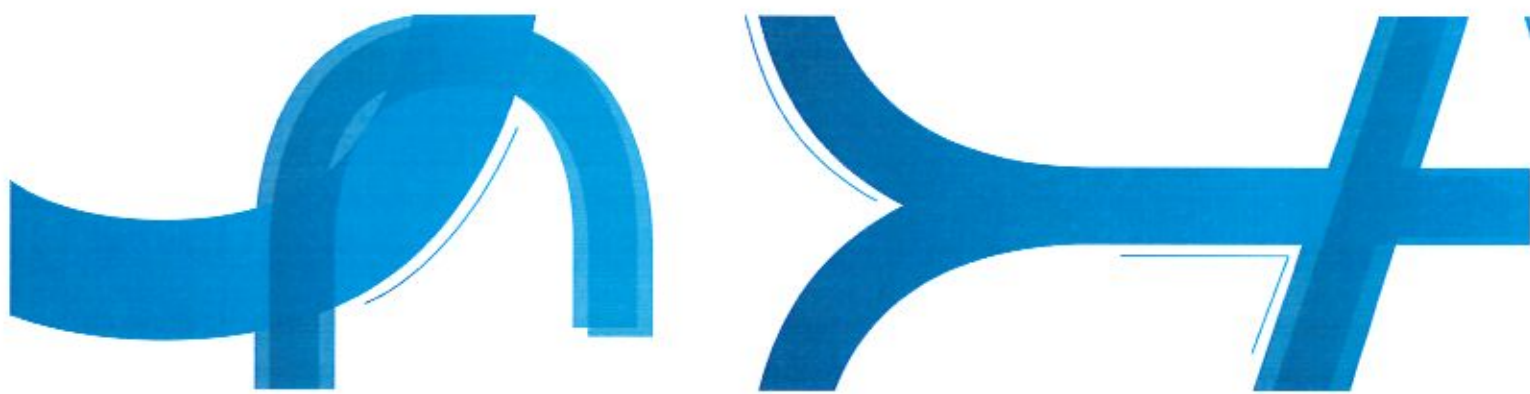
Código de Conta	Gastos de depreciação e amortização Descritivo	Valor Aquisição	Depreciações Acumuladas	Depreciações do Exercício	Valor Líquido Contabilístico
43	Ativos fixos tangíveis	7 981 075	3 362 027	145 557	4 473 490
44	Ativos fixos intangíveis	24 268	24 268		0
		8 005 343	3 386 295	145 557	4 473 490

Nota 9

Para o ano 2026, foram estimados encargos com juros de financiamento, decorrentes das obrigações atualmente assumidas.

Nota 10

Estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício está calculado à taxa de 19% sobre os rendimentos tributáveis em sede de IRC, que se prevê que totalizem a importância de 182,08 euros, em 2026.





EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS E PREVISÃO DOS ORÇAMENTOS

A seguir iremos apresentar os quadros com os resultados expectáveis para o ano de 2026 por estrutura de equipamentos várias respostas sociais agregadas por área de intervenção.

Área do Envelhecimento

Estrutura Residencial Pessoas Idosas O Roseiral | Centro de Dia O Roseiral | Serviço de Apoio Domiciliário O Roseiral | Estrutura Residencial Pessoas Idosas Olhos de Água | Centro de Dia Olhos de Água | Serviço de Apoio Domiciliário Olhos de Água

Tabela 6 - Demonstração de Resultados do Equipamento Roseiral

O ROSEIRAL	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	1 302 186	1 336 909	1 261 290	1 376 789
Subsídios à exploração	208 170	100 302	114 622	188 198
Trabalhos para a própria entidade	6 106	17 862		0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-49 479	-39 788	-28 961	-34 969
Fornecimentos e serviços externos	-518 066	-518 779	-387 288	-367 299
Gastos com o pessoal	-1 127 417	-1 115 890	-1 079 226	-1 178 213
Outros rendimentos	94 540	79 895	81 338	72 842
Outros gastos	-2 091	-1 205	-821	-93 219
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-86 052	-140 693	-39 046	-35 871
Gastos de depreciação e de amortização	-43 894	-37 169	-34 888	-33 243
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-129 945	-177 862	-73 933	-69 113
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-4 630	-5 858	-3 744	-8 393
Resultados antes de impostos	-134 576	-183 720	-77 678	-77 506
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-134 576	-183 720	-77 678	-77 506

Este Centro de custos é referente às três respostas sociais no âmbito do envelhecimento, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário que desenvolvem a sua atividade no equipamento Roseiral, com as imputações devidas dos serviços partilhados. Temos que dar nota que estas respostas estão espalhadas no território (Pirilampas, Sede, Bússola e equipamento Olhos de Água) para fazer face às obras em curso no edifício Roseiral.



Tabela 7 – Demonstração de Resultados do Equipamento Olhos de Água

OLHOS DE ÁGUA	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	33 545	1 004 544	1 567 243	1 739 386
Subsídios à exploração	155 364	446 908	333 173	321 473
Trabalhos para a própria entidade	1 622			0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-884	-17 960	-36 286	-30 768
Fornecimentos e serviços externos	-108 917	-670 946	-598 893	-427 143
Gastos com o pessoal	-140 781	-1 002 272	-1 271 922	-1 473 217
Outros rendimentos	5 335	53 082	40 954	89 683
Outros gastos	-106	-790	-847	-113 259
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-54 823	-187 434	33 421	106 155
Gastos de depreciação e de amortização	-4 040	-28 810	-13 641	-28 810
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-58 863	-216 243	19 780	77 345
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 230	-5 983	-3 825	-8 573
Resultados antes de impostos	-60 093	-222 227	15 956	68 772
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-60 093	-222 227	15 956	68 772

O Centro de Custos Olhos de Água iniciou o seu funcionamento no final do ano de 2023 com a abertura da creche e com a admissão de utentes de forma gradual em Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, e posteriormente a abertura da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, em março de 2024, pelo que os valores não são comparáveis com esse ano. Este equipamento agrega quatro respostas sociais: Creche, Centro de dia, Serviço de apoio domiciliário e Estrutura residencial para pessoas idosas.





Área da Infância e Juventude

Tabela 8 - Demonstração de Resultados da Creche Tempos de Infância

TEMPOS DE INFÂNCIA	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	49 008	34 556	22 005	25 177
Subsídios à exploração	351 369	355 314	413 353	440 658
Trabalhos para a própria entidade	3 007			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 461	-2 419	-1 165	-4 022
Fornecimentos e serviços externos	-97 881	-61 648	-49 548	-70 988
Gastos com o pessoal	-344 585	-339 241	-364 504	-390 180
Outros rendimentos	21 026	19 914	6 276	3 636
Outros gastos	-422	-283	-278	-121
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-20 939	6 193	26 138	4 160
Gastos de depreciação e de amortização	-6 748	-6 470	-10 294	-4 401
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-27 687	-277	15 844	-241
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-2 280	-2 247	-1 437	-3 220
Resultados antes de impostos	-29 967	-2 525	14 408	-3 461
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-29 967	-2 525	14 408	-3 461

Este centro de custos é referente apenas ao funcionamento da creche Tempos de Infância, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Tabela 8 - Demonstração de Resultados do Centro Infantil Quinta dos Pardais

CENTRO INFANTIL QUINTA DOS PARDAIS	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	116 462	78 145	31 155	34 899
Subsídios à exploração	578 408	648 903	662 410	724 387
Trabalhos para a própria entidade	19 587			0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 989	-3 842	-832	-2 994
Fornecimentos e serviços externos	-151 974	-248 131	-114 924	-155 030
Gastos com o pessoal	-713 306	-567 932	-543 206	-589 637
Outros rendimentos	60 653	33 742	6 694	15 628
Outros gastos	-1 219	-641	-192	-228
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-97 378	-59 757	41 105	27 024
Gastos de depreciação e de amortização	-20 740	-20 767	-21 174	-20 337
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-118 118	-80 523	19 931	6 688
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-4 562	-4 822	-974	-8 797
Resultados antes de impostos	-122 680	-85 345	18 957	-2 109
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-122 680	-85 345	18 957	-2 109

Este centro de custos é referente apenas ao funcionamento à Creche Quinta dos Pardais, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Tabela 9 - Demonstração de Resultados da Gaivota

A GAIVOTA	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	467	56		
Subsídios à exploração	513 683	593 840	547 196	445 881
Trabalhos para a própria entidade	2 357			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-23 214	-11 559	-12 545	-2 801
Fornecimentos e serviços externos	-166 976	-189 561	-183 583	-170 700
Gastos com o pessoal	-391 157	-454 862	-455 251	-516 783
Outros rendimentos	27 559	30 292	30 121	23 406
Outros gastos	-415	-451	-628	-282
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-37 697	-32 246	-74 689	-221 278
Gastos de depreciação e de amortização	-15 573	-10 660	-16 861	-10 661
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-53 270	-42 906	-91 550	-231 939
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 787	-1 813	-1 159	-2 597
Resultados antes de impostos	-55 057	-44 719	-92 709	-234 536
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-55 057	-44 719	-92 709	-234 536

Este centro de custos é referente apenas ao funcionamento da Casa de Acolhimento A Gaivota, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Tabela 10 - Demonstração de Resultados do Espaço Em Con_tato

ESPAÇO EM CON_TATO	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	59	1		
Subsídios à exploração	182 232	202 109	221 050	204 421
Trabalhos para a própria entidade	2 145			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0
Fornecimentos e serviços externos	-22 316	-27 052	-25 278	-28 727
Gastos com o pessoal	-140 726	-138 121	-183 368	-172 057
Outros rendimentos	2 333	5 003	5 336	1 080
Outros gastos	-2 230	-254	-247	-557
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21 497	41 687	17 494	4 160
Gastos de depreciação e de amortização	-7 013	-4 942	-5 468	-3 246
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	14 483	36 745	12 026	914
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 626	-1 789	-1 144	-2 564
Resultados antes de impostos	12 857	34 955	10 883	-1 650
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	12 857	34 955	10 883	-1 650

Este Centro de custos é referente apenas ao CAFAP e que desenvolve a sua atividade no equipamento Espaço Em_Contato, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Família e Comunidade

Tabela 11 - Demonstração de Resultados do Gabinete de Inserção Social

GABINETE INSERÇÃO SOCIAL	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	20	93		99
Subsídios à exploração	320 865	360 831	229 993	332 497
Trabalhos para a própria entidade	712			0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-60 073	-62 534	-21 600	-49 923
Fornecimentos e serviços externos	-115 619	-168 956	-118 194	-146 665
Gastos com o pessoal	-145 117	-205 293	-84 076	-145 669
Outros rendimentos	10 023	9 391	3 146	9 604
Outros gastos	-150	-1 746		-374
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10 661	-68 213	9 269	-432
Gastos de depreciação e de amortização	-13 215	-12 584	-11 645	-9 458
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2 554	-80 797	-2 376	-9 890
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-540	-776		-1 117
Resultados antes de impostos	-3 094	-81 574	-2 376	-11 007
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-3 094	-81 574	-2 376	-11 007

Este Centro de custos é referente a todas as atividades do Gabinete de Inserção Social, nomeadamente a ajuda alimentar, o SANACAI e o ECOS, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Tabela 12 - Demonstração de Resultados da Casa Abrigo a Cegonha

A CEGONHA	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	25			
Subsídios à exploração	111 382	120 253	121 115	124 562
Trabalhos para a própria entidade	904			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-14 844	-15 570	-13 445	-12 140
Fornecimentos e serviços externos	-17 811	-17 572	-19 473	-16 250
Gastos com o pessoal	-161 622	-162 503	-174 566	-178 131
Outros rendimentos	12 073	13 021	14 918	14 299
Outros gastos	-162	-80	-120	-29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-70 054	-62 451	-71 571	-67 689
Gastos de depreciação e de amortização	-5 775	-5 537	-2 998	-2 575
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-75 829	-67 988	-74 570	-70 265
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-686	-578	-369	-828
Resultados antes de impostos	-76 515	-68 565	-74 939	-71 093
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-76 515	-68 565	-74 939	-71 093

Este centro de custos é referente apenas ao funcionamento da Casa de Abrigo A Cegonha, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Área da Saúde Mental

Tabela 13 - Demonstração de Resultados do Equipamento Casa da Paz

CASA DA PAZ	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	325 056	354 879	377 477	382 927
Subsídios à exploração	38 974	14 128	12 013	8 406
Trabalhos para a própria entidade	10 695			0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 706	-3 549	-3 400	-4 057
Fornecimentos e serviços externos	-98 308	-109 112	-100 594	-99 181
Gastos com o pessoal	-380 711	-360 228	-397 071	-393 528
Outros rendimentos	21 201	19 506	19 352	23 077
Outros gastos	-1 693	-313	-368	-214
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-88 491	-84 690	-92 591	-82 569
Gastos de depreciação e de amortização	-12 151	-10 201	-8 818	-7 033
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-100 642	-94 891	-101 410	-89 602
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 506	-1 891	-1 209	-2 710
Resultados antes de impostos	-102 148	-96 782	-102 619	-92 312
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-102 148	-96 782	-102 619	-92 312

Este Centro de custos é referente às duas respostas sociais no âmbito da saúde mental, a Unidade de Vida Apoiada e o Fórum Sócio Ocupacional que desenvolvem a sua atividade no equipamento Casa da Paz, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Área da Deficiência e Reabilitação

Tabela 14- Demonstração de Resultados do Centro de Custos, Equipamento São Vicente

SÃO VICENTE	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	751 890	864 547	919 881	947 945
Subsídios à exploração	7 657	8 752	4 638	10 140
Trabalhos para a própria entidade	18 348	18 585		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-16 683	-14 659	-15 725	-12 461
Fornecimentos e serviços externos	-155 859	-160 053	-151 414	-157 455
Gastos com o pessoal	-541 403	-577 906	-604 734	-591 632
Outros rendimentos	37 088	39 093	37 219	37 141
Outros gastos	-288	-339	-336	-289
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	100 749	178 019	189 529	233 389
Gastos de depreciação e de amortização	-10 420	-9 572	-9 929	-9 572
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	90 329	168 447	179 600	223 817
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 948	-2 431	-1 554	-3 484
Resultados antes de impostos	88 381	166 016	178 046	220 334
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	88 381	166 016	178 046	220 334

Este centro de custos é referente apenas ao funcionamento do Lar Residencial São Vicente e seus ateliers, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Formação Profissional e Empregabilidade

Tabela 15 - Demonstração de Resultados do Centro de Custos, Espaço Bússola

ESPAÇO BÚSSOLA	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	22 755	11 197	8 452	14 096
Subsídios à exploração	178 379	180 868	399 567	434 737
Trabalhos para a própria entidade	834	18 243		0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 135	-2 464	-2 389	-4 470
Fornecimentos e serviços externos	-117 476	-119 475	-255 818	-286 176
Gastos com o pessoal	-199 341	-208 569	-197 488	-223 891
Outros rendimentos	53 400	46 157	33 081	48 671
Outros gastos	-151	-224		-59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-66 735	-74 267	-14 595	-17 091
Gastos de depreciação e de amortização	-7 150	-6 174	-5 790	-5 014
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-73 885	-80 441	-20 384	-22 105
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-632	-998		0
Resultados antes de impostos	-74 517	-81 439	-20 384	-22 105
Imposto sobre o rendimento do período	-200	-200	-2 072	-182
Resultado líquido do período	-74 717	-81 639	-22 456	-22 287

Este Centro de custos é referente a todas as respostas na área da formação e empregabilidade, tais como o Centro de Formação, as medidas da Unidade de Reabilitação Profissional, o Centro de Recursos e o Gabinete de Inserção Profissional e do arrendamento das salas que desenvolvem a sua atividade no equipamento Bússola, com as imputações devidas dos serviços partilhados.





Irmandade

Tabela 16 - Demonstração de Resultados do Centro de custos Irmandade

IRMANDADE	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	6 822	7 942	7 597	7 890
Subsídios à exploração	8 517	5 649		0
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0
Fornecimentos e serviços externos	-5 378	-9 521	-9 841	-3 634
Gastos com o pessoal	-11 988	-14 022	-16 469	-17 554
Outros rendimentos	852			16
Outros gastos	-660	-1 320	-660	-980
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-1 835	-11 272	-19 373	-14 262
Gastos de depreciação e de amortização				
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1 835	-11 272	-19 373	-14 262
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados		-2		0
Resultados antes de impostos	-1 835	-11 274	-19 373	-14 262
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-1 835	-11 274	-19 373	-14 262

Este centro de custos representa a atividade da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, ou seja, das quotizações dos irmãos e o apoio administrativo associado.





Património

Tabela 17 - Demonstração de Resultados do Património

PATRIMÓNIO	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados				
Subsídios à exploração	5 298	3 488	5 476	2 100
Trabalhos para a própria entidade	2 787	18 531	105 005	119 343
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0
Fornecimentos e serviços externos	-15 932	-20 690	-18 351	-20 145
Gastos com o pessoal	-49 183	-67 325	-39 107	-39 825
Outros rendimentos	849 274	226 020	61 405	78 152
Outros gastos	-495	-1 968	-3 469	-405
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	791 749	158 055	110 960	139 220
Gastos de depreciação e de amortização	-11 424	-11 208	-10 903	-11 208
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	780 325	146 847	100 057	128 012
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				0
Resultados antes de impostos	780 325	146 847	100 057	128 012
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	780 325	146 847	100 057	128 012

Este centro de custos representa a atividade do património de rentabilidade. Foi considerada a receita da atualização do contrato de direito de superfície com o Clube de Pesca, e a atualização das rendas de cinco imóveis:

- Rua 5 de outubro, n.º42,
- Travessa da Liberdade,
- Apartamento da Quinta da Palmeira,
- Casa dos Brejos,

Não foi considerada a verba prevista com o contrato da Breugma, por estarem em incumprimento desde agosto de 2024, com o pagamento no montante de um milhão de euros, e em agosto de 2025 com o pagamento no montante de um milhão e meio. Esperamos que estes valores sejam recebidos em 2026, mas para um orçamento cauteloso, entendeu a Mesa Administrativa ser prudente tratar como receita extraordinária enquanto não estiverem aprovados os dois álvaras de loteamento.



Projetos

Tabela 17 - Demonstração de Resultados de Projetos

PROJETOS	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados				
Subsídios à exploração	325 248	44	409 575	520 902
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-121 489	-615	-267 774	-263 273
Gastos com o pessoal	-265 314	-44	-148 790	-257 629
Outros rendimentos	33 445	454		
Outros gastos	-81			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-28 192	-161	-6 989	0
Gastos de depreciação e de amortização	-34 142			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-62 333	-161	-6 989	0
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
Resultados antes de impostos	-62 333	-161	-6 989	0
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-62 333	-161	-6 989	0

Este centro de custos agrega os projetos com financiamento europeu com termo de aceitação assinado. Para o orçamento apresentado foram considerados os valores expectáveis de execução face às candidaturas apresentadas. Trata-se de projetos que já iniciaram em 2024 e 2025 e que terão a sua continuidade em 2026. São projetos ao abrigo do programa Algarve 2030, nomeadamente o projeto sQills no âmbito da Inovação Social, do projeto CAPACITAR, ao abrigo do ALGARVE - Programa Regional do Algarve 2021-2027 e do projeto CLDS 5G no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Sociais – CLDS 5G.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS ESPECTÁVEIS
PARA 2026 DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA**

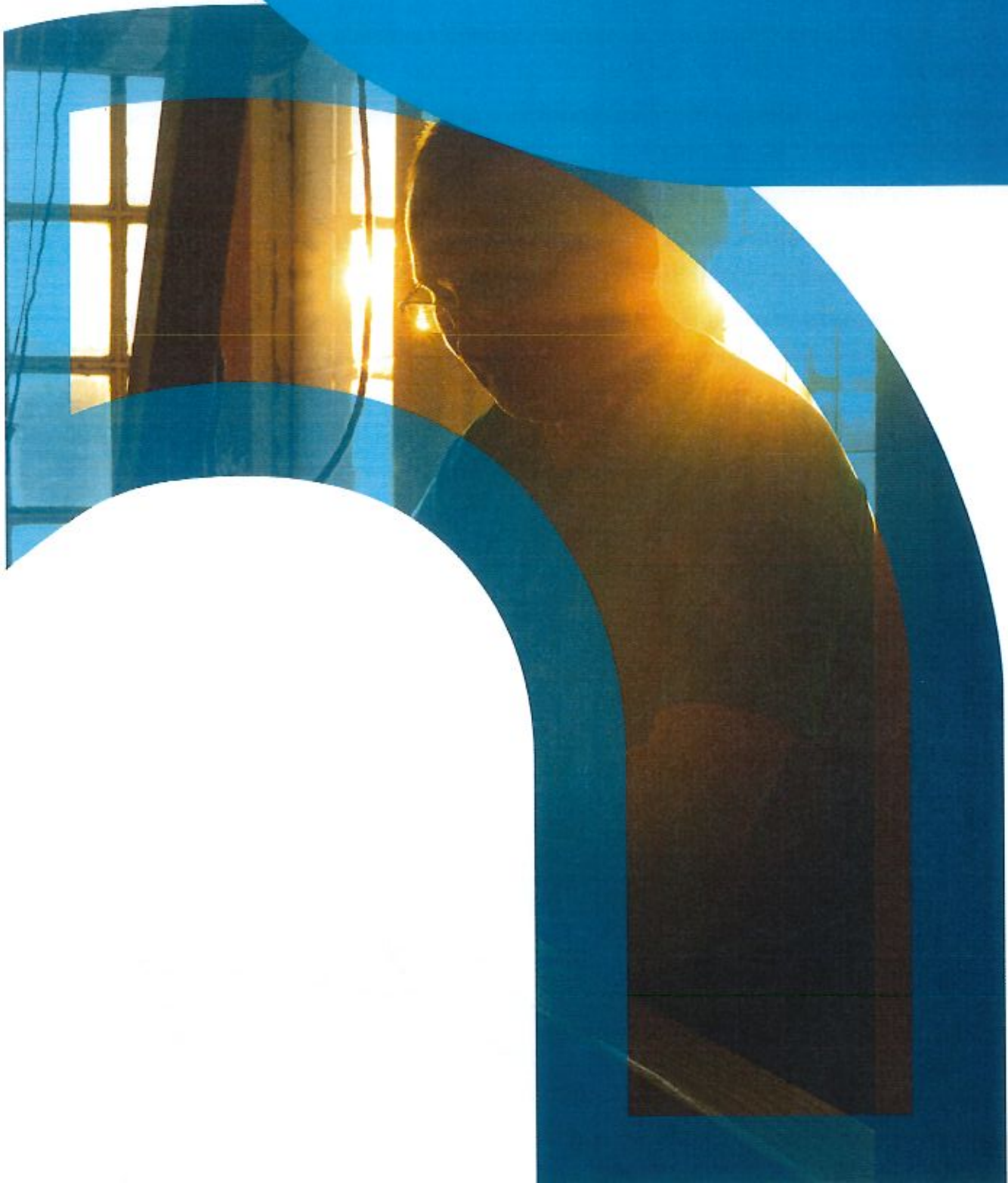
Tabela 18 - Demonstração dos Resultados Consolidados espectáveis para 2026 da Misericórdia de Albufeira

MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA	REALIZADO 2023	REALIZADO 2024	ORÇAMENTO 2025	ORÇAMENTO 2026
Vendas e serviços prestados	2 608 295	3 692 869	4 195 100	4 529 208
Subsídios à exploração	2 985 545	3 041 390	3 474 181	3 758 363
Trabalhos para a própria entidade	69 103	73 221	105 005	119 343
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-182 468	-174 345	-136 348	-158 605
Fornecimentos e serviços externos	-1 714 004	-2 322 111	-2 300 973	-2 212 666
Gastos com o pessoal	-4 612 651	-5 214 210	-5 559 778	-6 167 947
Outros rendimentos	1 228 803	575 571	339 841	417 235
Outros gastos	-10 163	-9 613	-7 966	-210 017
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	372 460	-337 228	109 063	74 915
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-192 286	-164 094	-152 409	-145 557
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	180 173	-501 322	-43 346	-70 642
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-21 427	-29 189	-15 414	-42 282
Resultados antes de impostos	158 747	-530 512	-58 760	-112 924
Imposto sobre o rendimento do período	-200	-200	-2 072	-182

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number "41".



Handwritten signature and initials in blue ink.





REFERÊNCIAS FINAIS

O Plano de Atividades e o Orçamento propostos para 2026 pretendem de uma forma exaustiva evidenciar os desafios que são visíveis para a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, num ano cuja exigência é muito elevada. Pretendemos melhorar e aumentar a nossa resposta á comunidade para se poder responder aos desafios do Estado Social e de bem-estar.

Gostávamos de agradecer a todos os nossos trabalhadores porque são a peça decisiva e invisível que permite que estas propostas se concretizem.

Aos Irmãos e Irmãs da Santa Casa porque o seu apoio significa também a sua confiança e empenho nestes resultados.

Às entidades públicas e privadas que conosco colaboram e às demais instituições do setor social uma palavra de simpatia pelo espírito de cooperação.

Aos organismos da Administração Pública e aos seus dirigentes o agradecimento do vosso empenho.

Ao Bispo do Algarve e aos Párocos de Albufeira, em especial ao capelão da Misericórdia, uma palavra amiga pelo conforto e apoio nas nossas decisões e apoio espiritual aos nossos utentes.

Por fim, pedimos o apoio da irmandade em sede de Assembleia Geral, que em legitimidade democrática consubstanciada se manifeste com o seu voto favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para 2026.







PLANO DE INVESTIMENTO

Para o ano de 2026 e seguintes, está prevista a continuidade dos investimentos ao nível das estruturas das respostas sociais, e ao nível da qualificação do património da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

O plano de investimento apresenta as prioridades definidas pela Mesa Administrativa e pelo Conselho Fiscal para os próximos anos, sendo que a sua concretização será feita em função das verbas de tesouraria disponíveis e das candidaturas aprovadas no quadro comunitário.

Aguarda-se com alguma expectativa a abertura de avisos no âmbito do quadro comunitário 20-30 para a concretização do plano de Investimento preconizado e que submetemos para aprovação com particular destaque para a obra de requalificação do antigo hospital, capela, casa do despacho e albergaria para concretização de um espaço cultural e cooperativo.

A Misericórdia de Albufeira viu aprovadas duas candidaturas em 2025, no âmbito do PRR, para as obras de remodelação e ampliação dos edifícios, Rainha D. Leonor e Roseiral, com valores de financiamento muito abaixo do total das empreitadas. Este facto, obriga-nos a elevado esforço financeiro, pelo que, foi necessário procurar outras formas de financiamentos, como é o caso da alienação de património para alavancar o investimento, e a possibilidade de financiamento bancário, assim como, o apoio da Câmara Municipal de Albufeira para concretizar em particular a empreitada de reabilitação e ampliação da ERPI Roseiral.

Também iremos reforçar as parcerias no âmbito da responsabilidade social e reforço de parcerias de investimento em consórcio.

O investimento previsto está em linha de continuidade com o plano de reabilitação e valorização do património imobiliário da Misericórdia de Albufeira, iniciado em anos anteriores, com vista a um retorno sólido e sistemático de receitas obtidas, contribuindo para a sustentabilidade financeira da Misericórdia de Albufeira.

É urgente e prioritário colocar o património a rentabilizar para criar receita regular da sua utilização, o qual irá reforçar a receita da exploração. Assim como é urgente e prioritário requalificar e ampliar os edifícios afetos à operação com dois objetivos:

- Adequar às recentes portarias e poder renegociar os acordos de cooperação com a Segurança Social,
- Aumentar a capacidade dos edifícios para aumento da receita e inclusive diversificar o tipo de cliente, deixando de ter apenas vagas contratualizadas com a Segurança Social e poder convencionar com seguradoras as vagas privadas.



A Misericórdia de Albufeira submeteu duas candidaturas ao PRR, às quais ainda aguarda deliberação, descritas no quadro abaixo:

Medida	Tipologia da Operação	Código do Concurso	Código Universal	Tipo Equipamento	Valor Candidatura	Ponto de Situação da candidatura
Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais	TO 1.2. Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais	16-C03-i01-2025	PRR-RE-C03-I01-16-000390	Equipamento Móvel Habitação Colaborativa	52 752,00	Submetida
Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais	TO 1.2. Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais	16-C03-i01-2025	PRR-RE-C03-I01-16-000411	Equipamento Móvel ERPI Roseiral	334 074,00	Submetida

Estas candidaturas tiveram como pressupostos a necessidade de mobiliar os dois edifícios que se encontra a ser alvo de intervenções profundas de reabilitação e ampliação com o financiamento PRR. O deferimento das candidaturas, vai obrigar ao seu investimento até ao final do mês de junho de 2026.

Apresentamos a seguir o quadro os investimentos previstos até 2030 nas várias áreas de exploração.



Área de Exploração	Natureza do Investimento	Financiamento	Valor s/ IVA	IVA	Valor c/ IVA	Fundos Comunitários	Fundos Próprios		Total Investimento Previsto
							Empréstimo	Capitais Próprios	
Património de Rendimento	Apartamentos D. Leonor	Financiamento Bancário e PRR	1 427 401	328 302	1 755 703	848 983	500 000	406 720	1 755 703
	Casa D. Aurora	Fundos Próprios	51 129	11 760	62 889			62 889	62 889
	Casa na Rua Alves Correia	Fundos Próprios	48 298	11 109	59 407			59 407	59 407
Património Cultural	Rua Henrique Calado	Financiamento Bancário	998 252	229 598	1 227 850		998 252	229 598	1 227 850
	Obras de Requalificação e Adaptação das casas nº 13, 15, 17 e 19	Fundos Comunitários	2 727 000	627 210	3 354 210			3 354 210	3 354 210
Operacional	Capela da Misericórdia	Fundos Próprios e Fundo Rainha D. Leonor	19 988	4 597	24 585	19 988		4 597	24 585
	ERPI O Roseiral	Financiamento Bancário e PRR	5 112 000	1 175 760	6 287 760	1 070 850	5 216 910		6 287 760
	Casa Abrigo	Fundos Próprios	83 089	19 111	102 200			102 200	102 200
	Residencial São Vicente	Fundos Próprios	80 690	18 559	99 249			99 249	99 249
	Residencial São Vicente	Fundos Próprios	60 000	13 800	73 800			99 249	99 249
	Casa da Paz	Fundos Próprios e Beneméritos	74 247	17 077	91 324			91 324	91 324

	Pirilampos	Obras de Requalificação e Adaptação do Edifício	Fundos Próprios	106 151	24 415	130 566		130 566	130 566
Plano de Pormenor de Brejos (PPB)	Plano de Pormenor com efeitos registais para a área de Brejos, produção e homologação da respetiva cartografia de base com o objetivo de reclassificação de solo rústico para urbano	Fundos Próprios	34 452	7 924	42 376		42 376	42 376	42 376
Gestão Organizacional e Sistemas Informáticos	Administrativos	Fundos Próprios	13 465	3 097	16 562		16 562	16 562	119 210
	Olhos de Água	Equipamento informático e periféricos, rede informática, Cibersegurança, sistemas de controlo de acesso físico e digital, sistemas de videovigilância e comunicação	1 285	295	1 580		1 580	1 580	
	Bússola		2 317	533	2 850		2 850	2 850	
	Espaço Em Con_tato		12 567	2 891	15 458		15 458	15 458	
	Casa Abrigo		4 993	1 149	6 142		6 142	6 142	
	Centro de Dia		1 829	421	2 250		2 250	2 250	
	Gaivota		15 202	3 496	18 698		18 698	18 698	
	Casa da Paz		11 797	2 713	14 510		14 510	14 510	
	Quinta dos Pardais		2 927	673	3 600		3 600	3 600	
	Tempos de Infância		4 480	1 030	5 510		5 510	5 510	
São Vicente		17 315	3 983	21 298		21 298	21 298		
GIS		3 761	865	4 626		4 626	4 626		
Pirilampos		4 980	1 146	6 126		6 126	6 126		
Equipamento de Transporte	Equipamento Social Olhos de Água	Financiamentos bancário, beneméritos e fundos próprios	73 555	16 918	90 472	65 000	25 472	90 472	90 472
Total de Investimento Previsto			10 993 171	2 528 429	13 521 600	2 004 821	6 715 162	4 827 066	13 547 049



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "L. Hoff".

4/

DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

Aprovado por unanimidade na reunião de Mesa Administrativa realizada em 13 de novembro de 2025

Provedora

Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho

Vice-Provedora

Ana Maria da Graça Rosa

Tesoureiro

Carlos Manuel Conceição Oliveira

Secretária

Ana Filipa Simões Grade Dos Santos Pifaro Dinis

Vogal Efetivo

Maria Margarida Santos Feteira

Vogal Efetivo

Carla Maria Gonçalves da Ponte

Vogal Efetivo

Jorge Miguel Sousa

Vogal Suplente

Valentina Cabrita Carruna

Vogal Suplente

Delfina Rosa Caeiro Leitão Santos

Handwritten initials and a signature in blue ink.



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, relativos ao período de 2026, que compreendem a demonstração dos resultados previsional por natureza, que evidencia um resultado líquido negativo previsto de 113.106 euros, as notas explicativas ao orçamento, as demonstrações de resultados previsionais por estruturas e o plano de investimento para o período de 2026, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nas notas explicativas ao plano de investimento.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



**& ASSOCIADOS
SROC**

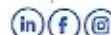
Conclusão e opinião

A Comissão de Normalização Contabilista (CNC) emitiu a FAQ 39, atualizada em 6 de setembro de 2024, sobre a correto enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais. A CNC considera que: i) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos; ii) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75). Os Instrumentos de Gestão Previsional de 2026, tal como os dos últimos dois anos, consideram esta alteração contabilística e, por isso, as projeções das rubricas das prestações de serviços e subsídios à exploração são comparáveis com o ano anterior.

O orçamento para o exercício de 2026 apresenta um resultado previsional negativo, em linha com os resultados verificados em 2024 e com as projeções para 2025. Encontra-se atualmente em curso o projeto de requalificação e ampliação da ERPI "O Roseiral", cuja entrada em funcionamento está prevista para o início de 2027. Este investimento representa uma etapa relevante na estratégia de desenvolvimento da entidade, prevendo-se que a sua concretização venha a contribuir para a melhoria da capacidade operacional e dos resultados futuros, a partir do exercício de 2027. O plano de investimento para 2026 contempla os encargos associados à referida obra, refletindo o impacto financeiro do projeto no período orçamental em análise. Assim, o orçamento para 2026 deve ser interpretado à luz deste contexto de investimento e transição, no qual o resultado negativo projetado decorre essencialmente do esforço financeiro associado à execução do plano de requalificação, sendo expectável que os benefícios económicos e operacionais se materializem nos exercícios seguintes.

[Handwritten signature]

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LINDA (FRANCO) PONSALGUEIRO HORTA
Sede | Largo Alberto Simões, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 281 16 62 10
Delegação Alentejo | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49
Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Póvoa do Varzim | Tel. 245 60 93 58
Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01
SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Lisboa - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrição como Auditor Externo sob o n.º 2015400 no CRM



WWW.GHI-SROC.COM



**& ASSOCIADOS
SROC**

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Faro, 17 de novembro de 2025

Galvão, Nunes, Tavares & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
Fernando Manuel Correia Marques (ROC n.º 2005)
SROC inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20220025

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

Conselho Fiscal

Rua do Oceano, Cerro Alagoa – Apartado 2117 / 8200 915 Albufeira

provedoria@scmalbufeira.com

TII.289 515 427



PARECER DO CONSELHO FISCAL ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES ANO 2026

Nos termos do artigo 31.º dos Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o orçamento e plano de atividades para o ano 2026.

Após a apreciação detalhada dos documentos, cumpre-nos emitir o seguinte parecer:

1. Análise Geral

O Orçamento e o Plano de Atividades para 2026 evidenciam uma gestão criteriosa, responsável e alinhada com a missão social da Instituição. Os documentos demonstram coerência entre os objetivos definidos e os recursos previstos, bem como uma clara orientação para a sustentabilidade das respostas sociais.

2. Situação Financeira e Condicionantes

Reconhece-se que a Santa Casa continua a enfrentar dificuldades financeiras, resultantes, entre outros fatores, do aumento dos custos operacionais e das exigências legais nas áreas social e de saúde.

Destaca-se ainda o impacto dos desafios inerentes às obras em curso, as quais, embora indispensáveis ao cumprimento da missão e à melhoria das condições de acolhimento, constituem um esforço financeiro significativo.

3. Apreciação da Gestão

O Conselho Fiscal regista com satisfação a excelente gestão exercida pela Mesa Administrativa, que tem demonstrado rigor, transparência e capacidade de adaptação num contexto particularmente exigente.

A execução prudente dos recursos, a priorização adequada dos investimentos e a procura contínua de soluções de financiamento revelam uma administração comprometida com o equilíbrio e a sustentabilidade da Instituição.

4. Conclusão e Parecer

Considerando a análise efetuada e a qualidade dos documentos apresentados, o Conselho Fiscal entende que:

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA
Conselho Fiscal
Rua do Oceano, Cerro Alagoa – Apartado 2117 / 8200 915 Albufeira
provedoria@scmalbufeira.com
Tlf.289 515 427



O Orçamento e o Plano de Atividades para 2026 se encontram tecnicamente bem elaborados;
Os mesmos refletem opções de gestão responsáveis e adequadas ao contexto atual;
Estão reunidas as condições para a sua aprovação em Assembleia Geral.

Assim, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação do Orçamento e Plano de Atividades para 2026.

Somos a propor à Assembleia Geral a sua aprovação.

Albufeira, 17 de Novembro de 2025

OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Proposta a ser submetida para deliberação em Reunião de Assembleia Geral a 28 de novembro de 2025.



Presidente da Mesa da Assembleia

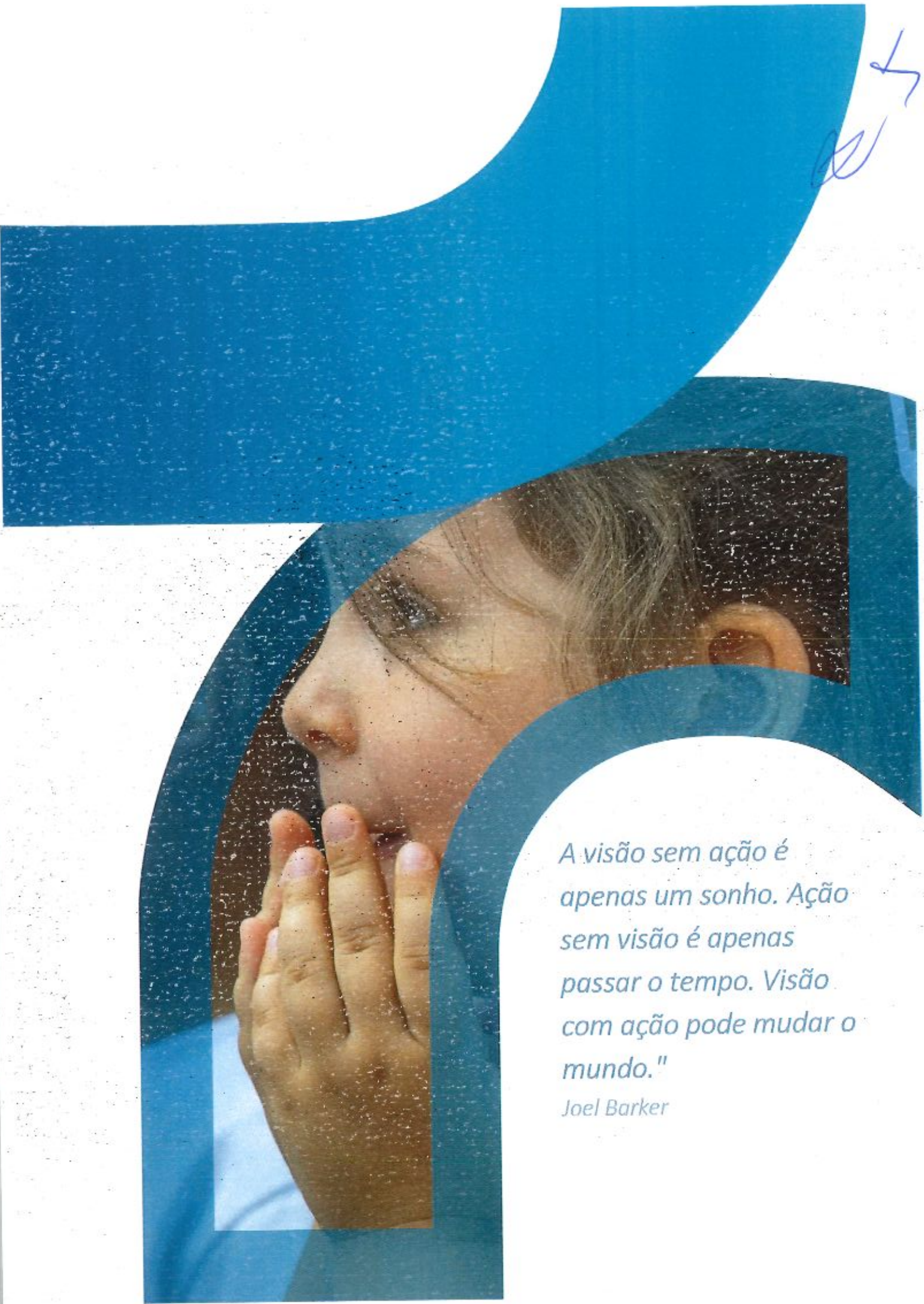


Vice-Presidente da Mesa da Assembleia



Secretária da Mesa da Assembleia

4
22



A visão sem ação é apenas um sonho. Ação sem visão é apenas passar o tempo. Visão com ação pode mudar o mundo."

Joel Barker



SCM
albufeira



Rua do Oceano s/n,
8200-163 Albufeira

provedoria@scmalbufeira.com
www.misericordiaalbufeira.com